



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANTONIO CARLOS ANDRADE DE SOUZA

**FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO-DF COM A CUT:
PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA.**

**BRASÍLIA - DF
2019**

ANTONIO CARLOS ANDRADE DE SOUZA

**FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO-DF COM A CUT:
PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA.**

•

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof^a.Dr. Erlando da Silva Rêses

**BRASÍLIA - DF
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de
SAN635f FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO-DF COM A CUT: PROCESSO
HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA / Antonio Carlos
Andrade de SOUZA; orientador Erlando da Silva RÊSES. --
Brasília, 2019.
165 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Formação Sindical. 2. Sinpro-DF. 3. CUT. 4. Formação
Política. 5. Hegemonia. I. RÊSES, Erlando da Silva, orient.
II. Título.

ANTONIO CARLOS ANDRADE DE SOUZA

**Formação Sindical do SINPRO-DF com a CUT:
Processo histórico de construção de uma hegemonia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof^ª.Dr. Erlando da Silva
Rêses

Data: 25 junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª.Dr. Erlando da Silva Rêses
Universidade de Brasília - FE – Orientador

Prof^ª. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Universidade de Brasília –FE/UnB

Dr. Sadi Dal Rosso
Universidade de Brasília – ICS/UnB

Prof^ª. Dra. Shirleide Pereira da Siva Cruz – FE/UnB
Universidade de Brasília –FE/UnB – Suplente

AGRADECIMENTOS

Aos professores membros da banca Sadi Dal Rossi e Kátia Curado por suas generosas e valiosas contribuições quando da Banca de Qualificação e agora na Banca de defesa da Dissertação.

Ao professor Erlando Rêses que sempre com suas convicções e participação nos movimentos sociais e na academia faz-nos dar mais sentido a luta, e apostou e apoiou este trabalho desde o início. E sempre engajado nos trabalhos de extensão na periferia.

Aos meus pais José Honório e Ana Andrade pelo apoio de sempre, desde que nasci. Aos meus irmãos Laurenice Andrade, João Carlos, Paulo Andrade, Rosa Maria e Francisco Andrade pelas muitas horas juntos e pelo compartilhando de nossas vidas. Abraço carinhosamente as cunhadas, os cunhados e todos os sobrinhos e demais familiares da grande família. Vocês são especiais. Precisamos de mais culandrias!

À Ildete (Amora) e a Luíza (Negueira) meus amores especiais. Agradeço a toda a sua família: dona Iva (e todos os irmãos), Ivete Maria, Isabella, Ivana, Carlos e Eliana e todos. Agradeço a todos os tios, sobrinhos e primos e os familiares de consideração. Axé!

Aos familiares baianos da Bahia e baianos ‘de fora da Bahia’. As tias, tios, primos, primas e parentes de consideração. Aprendi muito com todos. ‘Queta Moço!’

Aos amigos e colegas de infância e juventude no Gama-DF e moradores do Recanto das Emas. Estas se assemelham a outras tantas periferias.

À todas as professoras e professores e auxiliares de SEEDF com que tive a oportunidade de trabalhar e a satisfação em aprender e conviver.

Aos estudantes (‘alunos’) com que convivi ensinando e aprendendo nas escolas públicas. Especialmente aqueles que eu mais me dediquei. E as ausências. Aprendi muito.

Aos professores com os quais tive a oportunidade de aprender e desfrutar de seus saberes em suas disciplinas: Erlando Rêses, Kátia Curado, Cristina Massot, Patrícia Pederiva, Edson Húngaro, juntamente com os colegas, os debates e as contribuições.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa CONSCIÊNCIA e de toda a UnB.

A todos os amigos (e seus filhos e companheiros) e participantes do CAPE: Marla, Renata, Fábio, Chinha, Suzi, Érica Cristina, Cléssia, Érica Goulart, Lauricélia, Vinícius, Valdir Júnior, Manoel, Kleber, Airan e muitos outros pelo aprendizado. E a todos nossos professores representados nas pessoas de Renato Hilário e M^a Luiza Pinho Pereira.

Aos meus grandes exemplos de militância e aprendizados Jorge Henrique, Vinícius Rodrigues, George Augusto, Aldiney, Claudinha, Márcia, Socorro, Otamir, Cunha e muitos outros.

A todos os monitores do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, em especial, Scapi, Mauro, Emílio, Paulinho, Jacaré, João Felipe, Thiago, Camila, Ricardo, Jersey, Cintia e dentre outros. E à Goreti, Centro Pastoral Vergueiro e ao Martins.

Aos professores participantes dos cursos do Sinpro-DF, da pesquisa e os diretores. Saudar especialmente aos participantes do Movimento de Renovação Pela Base e todos os trabalhadores que constroem um movimento classista pela base, no Brasil e no mundo.

As(aos) professoras(es) Zezé, Zé Antônio, Anette, Olgamir, Lisboa, Jamil, Rose, Leda, Norberto, Luciana Custódio, Nilza, Jairo, Cleber, Gilza, Ison, Deuzair, Hamilton, Letícia, Fernando, Washington, Yuri, Tadeu, Thelma, Ângelo, Jorge, Melk, Ana Cristina, Mônica, Charles, Olímpio, Aline, Janaina, Lelton, Francisco por suas colaborações.

À categoria e ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal pela luta de sempre. Agradecimento especial aos participantes do Movimento de Renovação Pela Base, a partir de 2001 a 2010, pelo aprendizado.

À Secretaria de Estado de Educação do DF pela liberação para os estudos.

Aos que me ajudaram em hora de sufoco Manoel Mendes, Fábio, Grazielle, Jorge Henrique e Márcia Sampaio.

A todos que colaboraram de alguma forma para este trabalho e para a minha vida!

GIGANTES E MOINHOS

(Mauro Iasi e Luiz Scapi)

São gigantes!

São moinhos,
são só moinhos!

Rocinante

avança sob o tropel
de cascos
trôpegos.

São caminhos!

São moinhos.

Rocinante

de quadros e massas
vanguarda das cavalarias
força tarefa:

Príncipe Moderno.

Contra o que se atira,
delirante figura
sob estranha cavalgadura?
Não vê que são moinhos?

Cavaleiro alucinado, vê damas

em simples estalajadeiras
pensa ver senhores
em deserdados pastores,
vê gigantes
em pacíficos moinhos.

Delírio de malária:

são moinhos!

Chama da paixão:

são caminhos
inteiros
humanos
tangíveis,
não estrada
de atalhos fáceis:
aparências.

De onde tirastes a ideia
de cavalaria andante?
Ao invés da calma do lar
enfrentas gigantes!

Não vê

como devoram teu ar,
como rasgam teu tempo
em açoites de crime?

Redemoinhos
Reles moinhos...
Não vê... lutas
Sozinho.

Frágil

empunho
um breviário
igualitário.

Visceral luta

contra a propriedade
de coisas
e gentes.

Ao ataque!

o sol nascente
tinge as nuvens:
nosso estandarte móvel.

São moinhos
só moinhos

Rodopiam

embriagam
feito efeito
de vinho

Por que lutas?

Por que esforço tamanho,
eles já venceram.

Ao ataque!

Sobre as derrotas
Avançando.
Meio Marx,
meio Cervantes:
Che/Quixotes...

Talvez,

por não existirem
rebeldes como antes,
que como moinhos
ainda se disfarçam
aqueles letais
gigantes.

São moinhos!

São Gigantes!

Mas... agora?

Agora!

Mais Quixotes
mais amantes
mais mortais
e delirantes.

São só moinhos!

São apenas gigante!

RESUMO

O presente trabalho expressa o resultado do acompanhamento do Programa de Formação Sindical do Sinpro-DF, em parceria com a ECOCUT/CNTE, em vigor desde 2004. O programa vem sendo realizado com metade das 50 entidades filiadas a esta confederação. Ao longo dos seus 40 anos de existência, o Sinpro-DF vem desenvolvendo nos últimos 30 anos uma política de formação sindical institucional. O objeto desse estudo é identificar qual a concepção política de sociedade do programa de formação do Sinpro-DF e quais outras concepções já foram executadas ao longo de sua história. A política de formação do Sinpro-DF está vinculada historicamente a política nacional de formação da CUT, em que seu conjunto faz parte de uma linha política da Estratégia Democrática Popular. A política de Formação da CUT foi construída a partir da parceria e com apoio financeiro de entidades suecas. Esta cooperação possibilitou a construção das escolas sindicais e da linha hegemônica da CUT. O uso da pesquisa participante para realizarmos o acompanhamento de todas as atividades de cursos, reuniões de discussão/definição, entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa de documentação teórica e de registros históricos junto ao Centro de Documentação do Sinpro-DF. O recorte histórico temporal é da última gestão da diretoria, de 2016 a 2019. A orientação epistemológica do materialismo histórico dialético (MHD) foi determinante para o acompanhamento do processo de formação sindical e sua crítica. Como resultado do trabalho pode-se afirmar que uma concepção política se tornou predominante no Sinpro-DF, em meados dos anos de 1990, após um processo de expulsão de diretores divergentes, acabando com um outro processo de formação sindical anterior, mais plural e a esquerda. A centralização da direção pela Articulação Sindical consolidou o processo de hegemonia política e a hegemonização da política de formação. Esse processo é quase desconhecido, com pouquíssimos registros históricos. Em seu último estágio, a secretaria de formação do Sinpro-DF defende a concepção de sociedade de um Estado de Bem-Estar Social para o Brasil, em seu Projeto Político Pedagógico. Essa concepção diverge da formulação do 12º CONCURTO, que afirmou a defesa de um ‘projeto utópico de socialismo’.

Palavras-Chaves: Formação Sindical; Sinpro-DF; CUT; Concepção Política; Hegemonia;

ABSTRACT

This paper presents the results of the monitoring of the Union training program of Sinpro-DF, in partnership with ECOCUT/CNTE, in force since 2004. This program is carried out with half of the 50 entities affiliated to this Confederation. Sinpro-DF, over its 40 years of registered existence, has developed an institutional union training policy in at least 30 years. Do we seek to identify the political conception of the Sinpro-DF training program? What other conceptions have been performed throughout its history? Sinpro-DF's training policy is historically linked to the national training policy of CUT, which is part of a political line of the Popular Democratic Strategy. CUT training policy was built from the partnership and with financial support from Swedish entities. This cooperation enabled the construction of the trade union schools and of CUT 's hegemonic line. We made use of the participating research to carry out the track of all the courses activities, meetings of discussion and definition, interviews, application of questionnaires, research of theoretical documentation and historical records with the center of Sinpro-DF documentation. Our historical timeline is the last management of the board of directors, from 2016 to 2019. Availing ourselves with the epistemological orientation of dialectical historical materialism (MHD) for the accompaniment of the union formation process and its criticism. As a result of the work, we pointed out that a political conception became predominant in Sinpro-DF, in the mid-1990 years, after a process of expulsion of divergent directors, ending another process of previous trade union formation, more plural and to the left. The centralization of management by the Trade Union articulation has consolidated the process of political hegemony and the hegemonization of the training policy. This process is almost unknown, with very few historical records. In its last stage, the Sinpro-DF Training Secretariat defends the conception of society of a state of Social welfare for Brazil, in its pedagogical political project. This conception diverges from the formulation of the 12th CONCUR, which asserted the defense of a 'utopian project of socialism'.

Keywords: Union Formation; Sinpro-DF; CUT; Political Conception; Hegemony;

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Boletim de um Grupo de Professores de Oposição, 1982 e Pró-CUT	85
Imagem 2 - Convite Para a Participação em Debate Eleitoral 1986.....	93
Imagem 3 - Atividade da Greve dos Professores do DF em 1987.....	96
Imagem 4 – Ofício da Secretaria de Formação da CNTE aos Sindicatos do CO.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Coerência.....	17
Quadro 2 – Quadro Teórico dos Autores e Seus Referenciais.....	21
Quadro 3 - Sobre as Turmas de Formação Sindical do Sinpro-DF (2004-2018).....	70
Quadro 4 - Organização dos Dados por Entidades Convidadas Para a Reunião com CNTE	107
Quadro 5 - Localização Geográfica das Escolas de Formação (1994).....	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFIPEA	Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ASTE	Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação
ASTE	Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação
CES	Centro de Estudos Sindicais e Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAPE	Conferência Nacional Popular da Educação
CONSCIÊNCIA/FE	Grupo de Estudos Materialismo Histórico Dialético e Educação
CPB	Confederação Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
ECOCUT	Escola Centro Oeste da Central Única dos Trabalhadores
EBES	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
ESFOCE	Escola de Formação da CNTE
GEPT/ICS	Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Trabalho
GESST/SER	Grupo de Estudo sobre Seguridade Social e Trabalho
IBCIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais e Travestis
LGBTT	Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transgêneros
MHD	Materialismo Histórico Dialético
NEP 13 de Maio	Núcleo de Educação Popular 13 de Maio
OLT	Organização por Local de Trabalho
PHC	Pedagogia Histórico Crítica
POGE	Políticas Públicas e Gestão da Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SEEBB	Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de Brasília
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. A Construção do Posicionamento Teórico do Pesquisador	20
Seção I – O Capitalismo, História Geral: do Mundo e do Brasil	23
Seção II – Os Sindicatos no Brasil e a Formação Política.....	31
1 - As Pedagogias Contra-Hegemônicas.....	38
2 - Algumas Experiências de Formação Sindical no Brasil.....	41
3 - Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação.....	54
Seção III – O Contexto de Surgimento do Sinpro-DF	58
1 – A História do Sinpro-DF	58
2 - A Formação do Sinpro-DF com o Programa de Formação da CNTE.....	66
3 - Uma Síntese do Processo de Formação Sindical do Sinpro-DF.....	78
4 - História do Sinpro-DF e da CUT no CEDOC e Entrevistas.....	80
5 - Resumo dos Registros de Atividades de Formação no CEDOC.....	97
SEÇÃO IV – Concepções de Sindicato e da Formação Sindical	101
1 - Entrevistas, a História e as Concepções de Formação	104
2 - Compreensões Sobre a Cooperação e a ECOCUT	111
3 - Defesa do Estado de Bem-Estar Social e da Democracia	120
4 - O Conflito e as Disputas de Concepções Gerais ou o Estado de Bem-Estar Social e/ou Socialismo?	122
5 - Entrevistas com Representantes de Teses e as Concepções Gerais.....	137
Considerações Finais	146
Referências	151
Apêndice 1: Questionários 1, 2 e 3	
Anexo 1: Calendário da Formação do Sinpro-DF 2º semestre 2017	
Anexo 2: Calendário da Formação do Sinpro-DF 2º semestre 2018	
Anexo 3: Como Funciona este Programa de Formação	
Anexo 4: Capas dos Fascículos do Programa de Formação da CNTE	

APRESENTAÇÃO

Uma questão inicial se faz necessário: qual o sentido da formação?

A realidade se apresenta de forma imediata. Mas como um poliedro, não é possível, num primeiro momento, identificar todas as suas faces. Só depois de um exame mais atento ou das experiências em análises de outros estudos de objetivos, o observador vai se preparando para compreender o objeto que ele estuda. Embora as características dos objetivos já estivessem lá, o analista é que precisa de engrandecer para compreender o objeto, captar as suas nuances, seus pontos de encontro, suas conexões, suas adjacências, suas oposições, confluências e pontos de fuga.

Observar e apreender um objeto físico, estático, mesmo não sendo fácil, ainda assim é mais simples do que perceber o mesmo objeto em movimento, em desenvolvimento, em transformação, em sucessivas transformações. E se o objeto de estudo é algo dinâmico, social, cultural, histórico a necessidade de se engrandecer para compreender o objeto é ainda muito maior.

Para engrandecer e tentar acompanhar o desenvolvimento do objeto no processo de tentar perceber e compreender a dinâmica dos objetos, prescinde de: a) compreender a realidade, como um todo; b) utilizar-se de um método de análise e valer-se dele; c) compreender o método para desenvolver a análise; d) “adequar-se” na análise para compreender as transformações da realidade (e/ou transformar a realidade). Valer-se de tudo isso para qualificar o instrumental de análise.

Não se trata apenas de dizer que tudo está relacionado a tudo. Mas de compreender que a educação e o trabalho estão ligados a todo o princípio da criação humana. A Educação aqui compreendida não na sua dimensão escolar, mas em todos os processos de aprendizagem e de produção da vida material.

Posicionando-se em relação a discussão sobre a ontologia, o trabalho constitui-se também de um processo educativo. Portanto, o trabalho antecede o processo educativo (mas dele se vale e faz parte) no processo de constituição do ser humano e na produção da vida material. Saviani, ainda que de forma provisória, elabora sobre o trabalho educativo como “o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2018, p. 16)

Observar e discutir uma outra perspectiva da formação de professores enquanto trabalhador da educação. Sendo um trabalhador que realiza um trabalho concreto, com

um determinado valor de uso. Mas que, como todo trabalhador, realiza um trabalho com um valor de troca e como todos os demais trabalhadores, sendo assim participante de uma classe de trabalhadores realizam em conjunto uma massa de trabalho abstrato no conjunto da sociedade em que vivemos. Portanto, a realização de trabalhos, abstraindo-se as suas características específicas, concretas, constitui a maior identidade de trabalhadores, da qual fazem parte os professores.

Assim como o trabalho específico, junto a massa de trabalhos abstraídos de suas particularidades e especificidades, a educação é um processo pertencente a toda a sociedade, e não apenas para reproduzir a lógica de uma determinada parcela minoritária, enquanto classe que dirige a sociedade capitalista em que vivemos. A Educação não deve mais servir como uma forma de naturalizar as relações sociais de dominação, aceitas como norma na sociedade. A Educação deve apresentar a sociedade como uma produção histórica, de um determinado tempo e classe que a mantém. A partir desse ponto de vista, a educação na sociedade capitalista tem um valor intrínseco em sua ordem, a expressão hegemônica vocacionada a submissão e reprodução. Esse valor, intangível num primeiro momento, se torna fundante no processo de reificação do Estado.

A formação de professores, mais do que apontar para a profissionalização inicial ou para a qualificação técnica em processo de trabalho, deve apresentar os fundamentos que questione a organização e a sustentação da sociedade em que vivemos. Para isso deve desenvolver compreensões que superem as formações tradicionais: profissional e técnica.

As Questões Iniciais da Pesquisa

Diante destas questões iniciais, sobre a sociedade, a Educação, os trabalhadores em educação e as lutas para as transformações sociais, é apresentada a pesquisa: A Formação de Professores realizada pelo Sindicato dos Professores, Sinpro-DF.

Essa discussão se materializa diante da seguinte questão: qual a concepção política de sociedade da Formação Sindical, realizada pelo Sinpro-DF? A reflexão, discussão e tensionamento da questão, acabam passando necessariamente por outras reflexões, sobre: como é expressa a concepção política de sociedade dessa entidade. Como o Programa de Formação Sindical do Sinpro-DF, é executado em parceria com CUT/CNTE.

Neste processo de contextualização da atual proposta de programa do Sinpro-

DF é necessário voltar na história da formação do sindicato e da categoria, e perguntar:

- a) qual(is) a(s) concepção(ões) já foi(ram) expressa(s) em outros momentos da histórica do Sinpro-DF?
- b) quais as concepções são expressas por outras correntes de pensamento, e que se fizeram presentes no último congresso, o 11o Congresso dos Trabalhadores em Educação, CTE, do Sinpro-DF??

Para buscar refletir sobre essas questões pretende-se relacionar o desenvolvimento histórico dessa proposta de formação. Assim como relacionar os conflitos dentro da perspectiva da Estratégia Democrático Popular, em seu movimento e momento inicial, em 2004 e seu último estágio, iniciado em 2016. Embora seja necessário apresentar uma contextualização histórica de todo esse período em vigor desta proposta, nosso recorte temporal, priorizará o período da última gestão da diretoria do Sinpro- DF, do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2019.

Pretende-se saber como a política de Formação do Sinpro-DF foi feita, em alguns momentos dos períodos, ao longo de sua história e, principalmente, em seu atual estágio, em parceria com a CUT/CNTE.

Pretende-se além de acompanhar a execução da política de formação sindical estrita, nos cursos, também acompanhar a noção ampliada da formação em seminários, palestras, congressos, debates, assembleias e todos os outros tipos de reuniões da luta sindical realizadas pelo Sinpro-DF, em que estão expressas concepções de sociedade.

Com essa pesquisa sobre o estudo da proposta de formação sindical do Sinpro-DF, busca-se os pressupostos que dão suporte às concepções. Com isso objetiva-se a “compreensão dos processos da construção lógica dos conceitos, que integrados entre si, constituem as teorias” (GAMBOA, 2006, p. 92), que embasaram a elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro-DF, que se desdobrou nos Planos de Trabalho de 2018, apresentados no 11o Congresso dos Trabalhadores em Educação, do Sinpro-DF.

Em seu 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação, realizado em agosto de 2018, foram apresentadas formulações em 4 (quatro) teses, escritas pela diretoria e grupos políticos da base da categoria. Essas elaborações apresentam concepções e posicionamentos presentes na história do movimento dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Embora na diretoria existem muitas forças políticas atuando, elas na maioria dos momentos optam em atuar em bloco único, mesmo havendo diferenças e divergências de opinião e formas de atuação.

Em relação às questões de orientação da pesquisa, foi utilizada a epistemologia do materialismo histórico dialético (MHD), contando com a colaboração de vários autores desta linha de pensamento.

O enfoque adotado na abordagem foi o da Pesquisa Qualitativa e Quantitativa na forma de trabalhar e interpretar os dados encontrados ao longo do estudo. No que se refere ao recorte histórico, como a atual política de formação sindical do Sinpro-DF vem sendo desenvolvida a partir de 2004, foi feito o recorte histórico, no último período, na última gestão da diretoria de 2016 a 2019. Neste período foi acompanhado de todos os processos principais específicos da Formação, e de quase todos os da formação ampliada e geral da categoria.

Pela Formação específica compreende-se a realização estritamente dos cursos no Programa de Formação do Sinpro-DF, em parceria com ECOCUT/CNTE. Pela Formação ampliada compreende-se as atividades organizadas pelo Secretaria de Formação do Sinpro-DF como palestras, debates, seminários, encontros, congressos, reuniões, plenárias. E pela Formação geral compreende-se todas as atividades da agenda de participação e luta da categoria como assembleias geral e regionais, campanhas, atos públicos, mobilizações, eleições, eventos nacionais e internacionais e todos os seus materiais de imprensa;

Quadro 1 – Quadro de Coerência

QUADRO DE COERÊNCIA		
Tema: A Formação de Professores realizada pelo Sindicato dos Professores do DF.		
Título: A Formação Sindical do Sinpro-DF com a CUT: processo histórico de construção de uma hegemonização		
Objeto: A Proposta de Formação Sindical do Sinpro-DF, em parceria com a CUT e CNTE, e seu processo de desenvolvimento histórico		
Objetivo: Conhecer qual a concepção de sociedade na Proposta de Formação Sindical do Sinpro-DF;		
Questões de Pesquisa	Objetivos Específicos	Procedimentos/ Instrumentos
a) Qual é a concepção de sociedade expressa no Programa de Formação Sindical do Sinpro-DF?	Compreender qual a concepção de sociedade apresentada no conjunto majoritário da diretoria do Sinpro-DF.	Análise documental ; Entrevistas com as/os diretoras(es) responsáveis pela secretaria de formação sindical do Sinpro-DF;
b) Quais outras concepções já foram executadas em propostas	Conhecer quais outras propostas de Formação Sindical já foram	Análise documental dos registros no CEDOC do Sinpro-DF;

em outros momentos do Sinpro-DF?	desenvolvidas no Sinpro-DF; E como as propostas foram executadas, por outras diretorias do Sinpro-DF;	Entrevistas semiestruturada com ex-diretores do Sinpro, no período da proposta;
c) Quais concepções expressas por outras correntes de pensamento, na base da categoria, que se fizeram presentes no último congresso do Sinpro-DF, 11º CTE?	Conhecer e analisar, as avaliações das outras correntes de pensamento na base da categoria sobre a formação sindical;	Análise documental; Entrevistas semiestruturadas com os representantes das 3 Teses da base da categoria, apresentadas no 11º CTE, do Sinpro-DF, em 2018;
Abordagem: Pesquisa Qualitativa e Quantitativa		
Epistemologia: Materialismo Histórico e Dialético		
Método: Dialético		
Recorte Temporal: a última gestão do Sinpro-DF, 2º semestre 2016 ao 1º semestre 2019. Acompanhamento da formação específica, ampliada e geral da categoria.		

Metodologia da Pesquisa

Ao longo desse período da pesquisa o caminho percorrido passou por:

- A. Um conhecimento prévio do funcionamento da Formação Política;
- B. Leitura teórica de embasamento;
- C. Acompanhamento da prática dos cursos;
- D. Aplicação Simples de Questionário;
- E. Acompanhamento das reuniões de discussão e definição do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Trabalho 2018 da Secretaria de Formação;
- F. Realização de entrevistas e transcrições;
- G. Ida a Goiânia para apreender e manusear o programa NVIVO;
- H. Constatação da impossibilidade para a utilização do software NVIVO, em tempo hábil, para o mestrado;
- I. A participação nos Cursos de formação para constituição de referencial crítico, na UnB e nas atividades do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio¹;
- J. Acesso aos documentos e registros históricos do CEDOC;

¹ “O 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular é uma entidade que vem desenvolvendo a educação política de trabalhadores e trabalhadoras desde 13 de maio de 1992, inicialmente em São Paulo e posteriormente em vários pontos do Brasil. Embora carregue em sua denominação o termo **Educação Popular**, a atividade desenvolvida traz, também, muitos elementos do que se caracteriza como **Formação Política**” (SILVA, 2008, p. 17).

Nossa principal referência na observação dos dados coletadas é buscar nas entrevistas o contexto específico das compreensões de sociedade, de formação, de sindicato e das experiências dos entrevistados. A contextualização histórica e social da fala do entrevistado constituirá um conjunto para a contextualização de seus conceitos

Após o estudo sobre as evidências da pesquisa, podemos organizar, de forma resumida e esquemática, a história do Sindicato dos Professores² do Distrito Federal em uma cronologia geral das forças políticas que dirigiram o Sinpro-DF e as propostas de Formação Política Sindical.

- 1) as Associações Profissionais dos Professores (APPs) e a fundação do Sinpro-DF (de 1975 a 1986: setores de professores se organizavam próximo ao PMDB e o PDT). Uma proposta de formação sindical básica inicial, para a construção e organização do sindicato);
- 2) Período Cutista: eleição de 1986 até 2019. Uma proposta de formação política com o referencial de professores cutista. Este período foi muito intenso e pode ser subdividido em momentos históricos, mais ou menos organizados:
 - a. **entre 1986 até 1996:** disputas entre os professores do campo das forças: CUT Pela Base e próximos, e a Articulação Sindical (ArtSind).
 - b. **entre 1997 e 2001:** transição entre a disputa entre os professores e o controle do Sinpro-DF.
 - c. **entre 2001 até 2019:** o controle hegemônico dos professores ligados a ArtSind. Programa de Formação, a partir de 2004 até 2019, em parceria e determinação da ECOCUT e a CNTE, a ESFOCE.

Para a apresentação do conjunto do trabalho da dissertação o texto se organiza com a estrutura em quatro capítulos, contextualizando as preocupações históricas com a formação desde os momentos iniciais mais importantes na história da formação de um pensamento contra-hegemônico, com suas formulações e iniciativas de organização de trabalhadores dos séculos XIX ao XXI, até outra forma da hegemonia burguesa e hegemonia também no campo dos trabalhadores, de formulações.

Na seção I faz-se referência ao surgimento da discussão da formação política de trabalhadores e a necessidade de compreensão das mudanças, necessárias desde antes do sistema capitalista e no sistema capitalista. E que seu desenvolvimento agudiza esta

² Para todas as vezes que nos referirmos ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Sinpro-DF, estarão representados em seu conjunto, as(os) professoras(es) e as(os) orientadores(as) e demais especialistas da base de representação no DF.

necessidade da mudança, passando rapidamente por aspectos na história com efeitos no Brasil do século XX, que influenciaram e compõe o cenário de hoje.

Na seção II apresenta-se uma visão geral sobre a Formação política e a relação com os sindicatos. As quatro ‘concepções’, experiências de formação que atuaram no Brasil, com os anarco-sindicalistas, os comunistas; os cutistas e os do NEP 13 de Maio.

Na seção III a história da formação do Sinpro-DF, com suas três maiores fases de formação política na fase cutista (as 1ª e 2ª fases, de pluralismo apontam para o socialismo e a 3ª fase da hegemonização, não). O atual programa de formação com a ECOCUT e CNTE, durante os governos democrático e popular (ascensão de 2004 a 2015), em plena realização da Estratégia Democrática Popular (EDP). O último estágio, da 3ª fase da formação após o impeachment/golpe em Dilma Roussef, num momento de descenso, conservador, defensivo da EDP, em que se apresenta a defesa do Estado de Bem-Estar Social, no Projeto Político Pedagógico do Sinpro-DF.

Na seção IV, a partir do acervo do CEDOC,³ no Sinpro-DF, e as entrevistas com os diretores das fases anteriores e atuais da formação apresenta a concepção da formação sindical. A direção do Sinpro-DF, embora tenha composição de diversas forças, age de forma unificada e com a referência e direcionamento hegemônico da ArtSind e sua proposta nacional de formação. A formação colaborou com o processo de hegemonização política e as opiniões dos membros de forças políticas de outras posições, na base da categoria.

Nas considerações finais sobre o papel histórico da formação sindical no Sinpro-DF, afirma-se a construção de uma hegemonia política passando pelo controle e o fim de uma disputa pela política de Formação, listando os muitos aspectos que de sua configurou.

1 - A Construção do Posicionamento Teórico do Pesquisador

Junto com as aprendizagens acadêmicas das discussões nas disciplinas cursadas, foi apresentada também a perspectiva da participação nas atividades formativas das vivências a partir das disciplinas em todos os semestres do curso de mestrado, nas atividades de extensão nos cursos de formação no 2º/2018, do Grupo Literatura e Modernidade Periférica, sobre a obra O Capital, e o Método em Marx e Análise da Sociedade Capitalista, com os grupos de pesquisas da UnB (CONSCIÊNCIA/FE, GEPT/ICS, GESST/SER e AVANTE/EDF), colocaram reflexões acadêmicas sobre as

³ Optamos, na apresentação do texto, em colocar os materiais de pesquisa do Centro de Documentação do Sinpro-DF, CEDOC, junto aos relatos das entrevistas.

discussões marxistas. E mais diretamente com a formação dos trabalhadores com o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (com os cursos: Noções Básicas de Economia Política e as reflexões sobre a História das Revoluções).

Com isso, resgatar os sentidos históricos da educação dos trabalhadores em Marx, especificamente dialogando com a lógica classista que o levou a produzir e dedicar aos trabalhadores suas obras, colaborando com o avanço do movimento real e da consciência.

Foi desenvolvida a perspectiva da construção teórica do pesquisador participante. Para organizar o pensamento e a lógica de compreender a relação de todo o material da pesquisa, guiou-se a partir dessas experiências, ainda em construção: a) os estudos nos 4 cursos de formação política; b) o referencial classista; c) o sentido e o significado da mais valia; d) a tentativa de se valer da dialética. Apresentamos o quadro de autores que tentamos nos apoiar durante o estudo e a escrita.

O objeto é mais pleno de determinações, mais do que a análise feita sobre os objetos. Não compreende-se toda a essência do objeto. Mas aproximou-se ao máximo, o mais próximo de sua essência, o quanto for possível. Inicialmente, anunciamos o diálogo com alguns autores e suas temáticas. Estes mesmos autores apresentam outros com os quais dialogam. Ampliou-se esses diálogos, a partir destas referências.

Quadro teórico dos autores e seus referenciais

Autor	A temática ou abordagem dos autores
Vitor Neves	A Estratégia Democrática Nacional (EDN) e a Estratégia Democrática Popular (EDP).
Mauro Iasi	A discussão do processo de formação da consciência, da emancipação; e das formulações do Projeto Democrático Popular, no PT e suas extensões para a CUT e seu tempo histórico.
Paulo Tumolo	Discutir a partir da compreensão da proposta de formação sindical cutista e a discussão sobre as elaborações da discussão sobre o trabalho, em Marx.
Vilmar Both	Nos apropriarmos de sua análise sobre o conjunto da proposta de Formação da CNTE.
Emílio Gennari	O diálogo sobre o senso-comum; e as formas de Organização nos Locais de Trabalho (OLT), ligados a formação atuação sindical.
Demerval Saviani	A Pedagogia Histórico Crítica (PHC) e o engajamento com a luta política na educação e a escola pública.
Newton Duarte	A defesa da necessária atuação política dos professores com uma proposta de classe, socialista e orientação marxista.
Paulo Freire	A pedagogia da autonomia, compreender as referências da Formação Sindical cutista, utilizadas nos cursos e materiais de apoio. A pedagogia do oprimido como um marco histórico.
Henri Lefebvre	Referências de 'aspectos' teóricos do método dialético e o entendimento do objeto.

George Politzer	Aspectos da compreensão e utilização de categorias do método dialético, e uma referência aos 'manuais' do marxismo;
Paulo Netto	Operar inicialmente com algumas categorias básicas do método dialético.
Rede ASTE	As produções de vários autores da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos(as) Trabalhadores(as) em Educação;
Karl Marx	Os fundamentos para a crítica da sociedade capitalista e o método de análise, de aproximação e compreensão do objeto.
Silvia Manfredi	Incorporar as reflexões e enriquecimento das elaborações nos estudos sobre a história do sindicalismo, formação e a luta política.
NEP 13 de Maio	Nos apoiamos em elaborações e produções do coletivo de monitores e suas reflexões críticas.
Souza e Rêses	Nos valem das reflexões sobre o processo histórico da formação sindical do Sinpro-DF.
Mauro Marini	Os aspectos das elaborações sobre a Teoria da Dependência Marxista e reflexões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países centrais e periféricos;

Fonte: Levantamento bibliográfico do autor.

Dialogou-se e o posicionamento das evidências encontradas na pesquisa a partir de uma aproximação com a perspectiva marxista da formação qualificada dos trabalhadores e como os trabalhadores constroem um referencial de leitura da realidade para transformá-la, enquanto instrumental e organização da classe trabalhadora.

Dentro da compreensão do aprendizado junto à Educação Popular dos trabalhadores apontou-se por um caminho para a reflexão e formulação sobre a mais valia, que pode ser entendida como um dos referenciais na crítica ao modelo de formação política desenvolvido. Se a noção do lucro está para os empresários na compreensão dos capitalistas, a noção de mais valia deveria estar para os trabalhadores em processo de formação.

Seção I – O Capitalismo, História Geral

As características e marcas da nossa sociedade tem suas origens e no desenvolvimento do capitalista.⁴ A sociedade capitalista nem sempre existiu, portanto pode também deixar de existir. É uma construção histórica que tem início e desenvolvimento. E pode ter um fim. Essa é uma das possibilidades a partir da compreensão de que tudo está em constante movimento. O era, é, e tende a ser... Tudo que existe trás, em si, o princípio da sua superação. O movimento eterno das coisas.

A cerca do ano de 1350 é possível encontrar referência de alguns traços daquilo que veio ser a marca dominante do sistema de produção capitalista: uma fábrica produtora de mercadoria. Em Huberman (1986) são encontrados relatos dos primeiros sinais, do embrião deste modo de produção. Também algumas ações daqueles que tentavam controlar os feudos contra os avanços dos que trabalhavam na terra. Ao narrar sobre um julgamento ‘legal’ de Adam Clymme preso como traidor de seu juramento, Leo Huberman, escreve o seu desfecho e de muitos outros ‘camponeses que tivessem a desgraça de ter sido capturado’, que foram empecilhos ao desenvolvimento histórico:

Adam Clymme foi enforcado. Milhares de outros camponeses também foram. As revoltas diminuíram. Mas por mais que tentassem, os senhores feudais não podiam sustar o processo de desenvolvimento agrário. A velha organização feudal rompeu-se sob a pressão das forças econômicas que não podiam ser controladas. Em meados do século XV, na maior arte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil, e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa. (HUBERMAN, 1986, p. 51)

Alguns séculos depois o desenvolvimento do capitalismo encontrou obstáculos ao seu crescimento dentro do modo de produção feudal. Para superar esses entraves teve que suplantar todos os empecilhos ao seu livre desenvolvimento nas estruturas econômicas, na base jurídica e na forma de pensamento.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a

⁴ Faremos apenas um rápido resgate, de algumas condições históricas importantes, para situar uma melhor compreensão dos projetos em disputa.

encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. (MARX e ENGELS, 2008, p. 14 e 15).

O Iluminismo foi um dos grandes acontecimentos que colaborou de forma decisiva pela superação de um pensamento conservador ligado ao modo de produção feudal e sua estrutura de sustentação de seu sistema medieval. Depois de alguns séculos o capitalismo se torna dominante em grande parte da Europa. Nesse processo de desenvolvimento, até a força de trabalho escrava durante os séculos XVI e XVII nas Américas serviu como acumulação primitiva de capitais.

No processo de lutas contra as classes dominantes do sistema feudal, a burguesia, enquanto classe revolucionária realizou as mudanças necessárias para se tornar classe dominante na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa, por volta de 1670, e na França, em 1789, a Revolução Francesa. Em ambas as situações, a burguesia realizou a morte de seus reis, que representavam a velha estrutura feudal, através de processos violentos e de muitas lutas e mortos. Nos dois casos, a burguesia sofreu um processo de vitórias e derrotas que demorou muitos anos para se desenhar um desfecho definitivo.

Oficialmente e simbolicamente, fazem 230 anos em que a chamada Revolução Francesa venceu a velha estrutura da ordem feudal e tornou-se a grande referência da supremacia burguesa. Mesmo com sua vitória no final, houve um momento em que a burguesia não teve controle absoluto sobre as forças revolucionárias em ação. A Burguesia durante alguns séculos desempenhou seu caráter revolucionário contra a estrutura feudal propiciando um avassalador processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O desenvolvimento da economia burguesa ameaçava de morte a manutenção da estrutura e superestrutura da sociedade feudal.

O processo de desenvolvimento é dialético e traz a necessidade de rompimento com os entraves da lógica da chamada “idade das trevas”. Fez a idade média ruir. Os processos de construção do pensamento passaram por um longo período de desenvolvimento durante os últimos séculos da idade média, da chamada alta idade média. Que encontra seu ápice no pensamento iluminista e o desenvolvimento da razão. O desenvolvimento econômico material por que passavam e o tensionamento no fim da sociedade feudal encontrarão no iluminismo sua identidade de desenvolvimento e de pensamento.

Com a necessidade de superação da ordem feudal, a burguesia exerce seu papel revolucionário. Mesmo dentro da ordem capitalista, as tensões revolucionárias da classe que torna possível a existência da burguesia, do proletariado e em parte do próprio

campesinato. Mesmo dentro da Revolução Francesa com os “jacobinos” ou na Revolução Gloriosa Inglesa com “os cabeças redondas”, se faziam presentes os interesses dos trabalhadores que já demonstravam seu processo de amadurecimento histórico. Em luta contra a estrutura feudal, a burguesia soube usar a força dos de baixo, e dirigir suas forças e revoltas.

Depois do desenvolver o capitalismo, a burguesia não mais quis o desenvolvimento revolucionário. Ela passou a agir de maneira a conservar o que já estava estabelecido. A conter e a controlar o desenvolvimento das forças produtivas ao seu padrão de dominação em relação a classe produtora dos valores, a classe empregada pela burguesia para gerar valor e mais valor. Não deseja o movimento constante que tende a ser superador de uma determinada fase de desenvolvimento. A burguesia assumiu seu papel antirrevolucionário.

Mas a dialética é implacável. Tudo é movimento. Tudo se relaciona. Tudo se transforma, como elaborou Politzer (s/d). O desenvolvimento dialético na história é um método que se impõe na materialidade. A contradição é inerente a todas as coisas. Dentro do funcionamento do modo de produção capitalista o papel revolucionário é dos proletários. De tentar superar as relações de exploração do trabalho, da extração de mais-valia, da concentração de riquezas e da proliferação da pobreza. Estas são contradições e formas de lutar contra a ordem capitalista.

A história das sociedades é a também a história da luta de classes. O motor da história está ligado ao desenvolvimento das Forças Produtivas Materiais. No processo de passagem dos trabalhadores na terra, para serem livres dela e de quaisquer outras posses. Está relacionado as condições de destruição de um modo de vida e a ligação com a terra, e a força de trabalho e concentração nas cidades e a “mão de obra” fabril, destituído que qualquer posse ou até propriedade ou conhecimento profissional. A condição de ser “não proprietário” de nenhum meio de produção, para ser exclusivamente, “dono somente de sua força de trabalho” e de sua prole, os proletários.

As condições sociais e históricas para a produção e reprodução do modo de produção capitalista e a imposição deste, enquanto modelo de dominação, consolidou a vitória de seu sistema econômico e a burguesa se estabelecendo enquanto classes dominante, e assume a direção do Estado, oficial e simbolicamente, a partir da tomada pela força: a 330 anos atrás, a Revolução Gloriosa na Inglaterra e a 230 anos a com a Queda da Bastilha, na França, consolidando-se enquanto classe dominante politicamente.

De maneira geral podemos classificar o desenvolvimento histórico burguês em fases: i) a burguesia revolucionária, lutando contra a aristocracia (e/ou feudalismo); ii) o seu desenvolvimento econômico (mesmo antes no feudalismo) e enquanto classe dominante; iii) a burguesia não quer mais que o processo de desenvolvimento histórico e social leve ao seu fim. A fase antirrevolucionária e conservadora da burguesia. “Pois uma coisa pode transformar-se no seu contrário” (Reich, s/d). Mas continua a fazer os processos de mudanças necessários à sua existência e dominação. Continua a tentar resolver seus entraves ao seu “livre” desenvolvimento econômico, contudo, sem permitir o desenvolvimento revolucionário.

Para dar continuidade aos processos de transformações sociais históricas cabe agora ao proletariado, como classe oprimida no modo de produção burguês, construir os processos de desenvolvimento que o permitirá fazer um novo estágio dialético-revolucionário. Exerce o papel revolucionário do proletariado, embora o desenvolvimento capitalista continue. Ele por si só não se esgotará. Pelo contrário, tentará debelar todo e qualquer processo de desenvolvimento que vier a pôr em risco o domínio burguês. Cabe ao proletariado, compreendendo o processo histórico das lutas de classes nos modos de produção econômica, segundo Marx e Engels (2008), organizar o seu processo de revolução social. Eles nada terão a perder, senão os seus grilhões, suas correntes.

As experiências de construção de processos revolucionários como da Primavera dos Povos, em 1848, a Comuna da Paris, 1871, a Revolução Russa, 1917, no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), abrem-se as possibilidades de pensar na mudança e de elaboração teórica sobre elas.⁵ São exemplos de que o papel revolucionário contra o modo de produção burguês, tem nos proletários sua classe revolucionária. “A burguesia produz,

⁵ Ao refletirem e discutirem sobre estes aspectos da construção de experiências revolucionárias como referencial para a elaboração da classe, o coletivo de autores, NEVES, MOTTA, FIGUEIREDO, PRADO e MARTINS, argumenta que “em sua vertente comunista, ao processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si, ou seja: enquanto sujeito histórico portador da emancipação humana como possibilidade, com projeto societário próprio e autônomo. Este processo encontra, no plano histórico-universal, três balizas fundamentais: a revolução europeia de 1848 (a “Primavera dos Povos”), quando a classe trabalhadora se antagoniza à burguesia e rompe-se definitivamente o “terceiro estado” feudal; a Comuna de Paris d 1871, quando pela primeira vez a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos e inicia a implementação de um conjunto de medidas tendentes à emancipação humana; a Revolução de Outubro de 1917, a partir da qual a classe trabalhadora consegue efetivar, pela primeira vez na história, um Estado de transição socialista. Neste ponto, é necessário lembrar que o processo de constituição da classe enquanto classe para si não é linear nem muito menos se desenrola unidirecionalmente: encontra culminações e depressões a depender do próprio evoluir das condições econômicas, políticas e sociais em cada formação nacional, bem como da capacidade de resistência e atuação da classe trabalhadora através de suas formas organizativas” (NEVES, 2014, p. 358)

antes de mais nada, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (MARX e ENGELS, 2008, p. 29). Não se trata de um determinismo, mas olhando o movimento dialético do era, é, e tende a ser, para Lefebvre (1991).

No processo de desenvolvimento que levou as nações a I Guerra Mundial abriu-se uma passagem, um portal para a para a Revolução Russa e a possibilidade da revolução na Alemanha, que até chega a ser ‘declarada’, em novembro de 1918, por membros da Liga Spartakos. Este movimento será sufocado, e seus líderes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht serão assassinados. Eles se opuseram a República de Weimar, cujo chanceler é o presidente do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), Friedrich Ebert. Este será eleito o primeiro presidente operário da história, em 1924.

Ao contrário de outras crises econômicas anteriores, a crise mundial de 1929, abre a possibilidade dos ciclos de crises capitalistas. Algo sério passa a preocupar os economistas capitalistas em como enfrentar esta e as próximas crises econômicas e suas destruições. E qual deve ser o papel do Estado no enfrentamento da crise econômica e seus perigos com os descontroles sociais que podem vir a colocar o sistema vulneráveis ao inimigo interno: a insatisfação social com a pobreza dos trabalhadores e as condições de manutenção de suas vidas e do sistema. Para os capitalistas é colocada a questão de como administrar a produção e concentração extrema de capitais e os contextos sociais. É recolocada a questão do conflito capital x trabalho.

As condições de desenvolvimento na Alemanha (e disputa e outras condições econômicas, sociais e históricas, e heranças da I Guerra perdida) levam a ascensão de Hitler à situação da II Guerra e sua tentativa expansionista, que influenciará toda a Europa, parte da Ásia e os outros países envolvidos na guerra.

Mas, no contexto de ‘encerramento’ da II Guerra Mundial, criam as condições maiores para as revoluções dos trabalhadores. A Revolução Chinesa e a partilha por áreas de influência entre os EUA e a Rússia, e a afirmação da disputa entre os dois polos capitalistas e socialista, que chegam a dividir a Alemanha, como espólios da guerra. Nesse contexto é que se cria o Muro de Berlin.

A situação pós Revolução Chinesa e o início das condições da chamada “guerra fria” criam as condições para as disputas na Ásia e as ex-colônias europeias, como a Indochina. As guerras ‘quentes’ no Laos, Camboja, que criam a ‘Guerra do Vietnã’ e todo um problema para os EUA (a partir da ‘Teoria do Dominó’) [ou ‘efeito dominó’], que

tentam assumir o papel do 'xerife' do mundo capitalista, contra a possível expansão comunista.

Estas mesmas condições de ex-colônia e suas questões 'nacionais', após a II Guerra, levará a um processo de insatisfações nas (antigas) colônias europeias na África e alguns processos de independência, que caminharam para experiências socialistas, como Angola e Moçambique. Novamente se recolocam as contradições históricas entre capital x trabalho, e suas representações de classes.

Após as experiências da I e II Guerras Mundiais é possível ver que as mesmas tensões que levam as disputas entre as 'burguesias nacionais' podem criar as condições para as guerras burguesas e as condições que levantam os trabalhadores contra as burguesias, e caminham numa ameaça das revoluções comunistas e/ou socialistas.

Parece que é melhor ter cuidado com as guerras e com as revoltas dos trabalhadores, já que elas estão presentes em todos os processos de desenvolvimento, e sem eles, não há capitalismo. Então, se coloca na Europa uma nova possibilidade de como envolver os trabalhadores, na defesa de um capitalismo humanizado nas economias de centro, que permitam uma certa 'condição de bem-estar social' e não só a exploração capitalista extrema.

A partir dos acordos que puseram fim a II Guerra Mundial, os EUA de um lado e a URSS, do outro, deram início as disputas pelas áreas de influência. Nesse processo de final da guerra, a Revolução Chinesa coloca um ingrediente novo, as possibilidades de revoltas populares que tenderiam às revoluções dos trabalhadores rumo aos socialistas. Com isso, EUA passam a se preparar e enfrentar o que eles vieram a chamar de 'ameaça comunista no mundo'. Para alguns, o próprio lançamento das bombas atômicas no Japão, passariam essa mensagem aos comunistas sobre a ameaça às disputas de territórios e área de influência econômica. Alguns anos mais tarde vão se materializar nas disputas (abertas ou veladas) para os norte-americanos, em guerras: no Vietnã, Laos, Camboja, (ex-Indo-China), na Coreia (do Sul e do Norte); Cuba, (1959-1961), na Nicarágua e El Salvador.

Após a II Guerra Mundial, a geopolítica e os blocos de disputa das áreas de influência da chamada 'guerra fria' e a relação de dominação, os EUA assumem o protagonismo imperialista, a partir da uma herança histórica do domínio inglês. A Rússia, e seu exemplo histórico, será sua 'suspeita' de ameaça constante.

A proposta do Estado de Bem-Estar Social (EBES) a partir da visão das elites burguesas, às possíveis ameaças revoluções socialistas, são vistas como um contraponto às propostas socialistas e/ou organização dos trabalhadores fora do capitalismo. De

maneira geral é vista como uma possibilidade de garantias de direitos sociais aos trabalhadores em uma sociedade capitalista desenvolvida, que não colocam os problemas das tensões econômicas sociais nas tensões políticas por mudanças radicais.

As ideias do Estado de Bem-Estar Social são anteriores a segunda guerra mundial, na Suécia principalmente, mas ganhará força no pós-guerra. A própria história de alguns países nórdicos coloca a discussão do EBES de uma outra maneira de que os países centrais da Europa.

Nos países centrais da Europa, e as diversas representações políticas e sindicais, em alguns momentos foram questionados e tensionados sobre os projetos que se pretendiam para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade. Diversos foram os partidos e os contextos. Os trabalhistas e socialistas estiveram à frente de alguns governos e, por conseguinte, suas relações com os demais países periféricos.

A maneira da reprodução pura e simples do capital já é o seu processo de imposição, do modo de produção burguês, e que faz com que tudo se submeta a sua lógica de existência e determinação. A própria lógica do mercado e expansão já carregam os elementos constitutivos da dominação burguesa. A lógica da realização do consumo, não como satisfação de necessidades básica, mas como lógica de práticas ‘consumistas’ de produção e circulação de mercadoria (e capitais) carrega em si, a realização do fetiche das coisas, dos objetos, da perda da essência humana nas coisas, para a coisificação da essência dos humanos. Se fabricam consumidores para os produtos serem consumidos.

As experiências europeias foram muito diversas. Desde as do leste europeu às de ocidental. Todas as experiências deixaram inúmeros aprendizados e críticas que ainda serão debatidos por muitos anos. Algumas foram mais emblemáticas. Mas não nos arriscaremos em fazer análises curtas ou longas. Apenas em citar as suas importâncias por o debate e a necessidade de conhecê-las. As experiências da Hungria, Tchecoslováquia (com a Primavera de Praga), o processo da Revolução Espanhola, a experiência da Revolução dos Cravos, foram experiências singulares, dentre outras, que merecem serem estudadas em seus contextos nacionais e regionais. Um caso especial e simbólico será, o Soliedariedad, em Gdansk, na Polônia (e o interesse da CIA/USA).

Dentro desse contexto mundial e resgatando a situação do Brasil, no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX é forte a presença do anarco-sindicalismo. A Revolução Russa de 1917 apontará para outras perspectivas o rumo de orientação dos movimentos sindicais no Brasil. O trabalho artesanal será a base das principais atividades econômicas ocupacionais e nas cidades. Naquele momento, o Brasil

é eminentemente agrário, iniciando um processo de urbanização de suas principais cidades.

O surgimento da classe operária brasileira remonta aos últimos anos do século XIX e está ligado ao processo de transformação da economia nacional, que tinha no setor agrário exportador cafeeiro, baseado no trabalho escravo, o seu principal sustentáculo. Todavia, ao criar o trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo, ao transferir parte de seus lucros para atividades industriais e ao propiciar a formação de um amplo mercado interno, a economia exportadora estabeleceu, numa primeira fase, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil (RÊSES, 2015, p. 61).

Após a I Guerra Mundial, o Brasil ainda se caracterizava economicamente com o modelo agrário exportador. Sendo afetado com a chamada ‘Crise de 29’, com a destruição, queima de seu principal produto de exportação, o café. Nos anos de 1930 tem início um processo de desenvolvimento.

Um longo processo de industrialização no Brasil, com empresas multinacionais estadunidense e europeias, que iria dos anos de 1940, até chegar a ser a 8ª economia do mundo. A economia capitalista dependente mais desenvolvida, no final dos anos de 1980. Esse processo se desenvolveu durante cerca de 50 anos.

E preciso fazer o resgate do desenvolvimento econômico do Brasil até o golpe de 1964. Passando pela “industrialização”, desenvolvimentismo, da era Vargas, JK e Jango. As forças imperialistas (burguesia internacional) e a suposta “burguesia nacional”. Daí a estratégia dos trabalhadores, via PCB e a Estratégia Democrática Nacional, EDN.

Enquanto isso, já é realizado o Estado de Bem-Estar Social, com a chamada construção do eurocomunismo e o desenvolvimento socialista soviético, no leste europeu, no contexto da ‘guerra fria’. Dentro do chamado mundo comunista, já apareciam as contradições, pois, para Reich, “tudo que nasce já traz em si o germe de sua própria superação”.

Seção II – Os Sindicatos no Brasil e a Formação Política

Para pensar a formação política sindical no Brasil é importante recuperar um pouco sua origem geral e seu significado na história da organização dos trabalhadores no início do capitalismo na Europa, ainda no século XIX. Antes de 1850, na primeira metade do século XIX, por parte dos trabalhadores, há ainda uma incompreensão do conjunto do funcionamento da sociedade capitalista, embora já fosse sentido os seus efeitos junto aos trabalhadores. Era preciso mudar a sociedade ou melhorar a condição de vida dos trabalhadores e sua prole.

O surgimento de opiniões contra o desenvolvimento do capitalismo e suas máquinas terá muitas versões e formas. Ainda sem uma consciência organizada o ‘movimento dos luddistas’ será um marco nos anos da década de 1810, na Inglaterra, como uma referência de oposição e da quebra física das máquinas demonstrava parte deste descontentamento com as condições de trabalho e apontava algumas mudanças sociais.

Outras ideias de resistência as formas sociais de produção e distribuição de riquezas apareceram mais organizadas e pensadores que tentavam ver no desenvolvimento da produção, também um desenvolvimento social para os donos dos meios de produção e para os trabalhadores, que desfrutavam de muito pouco dos benefícios desse desenvolvimento. É o surgimento de concepções e disputas junto aos trabalhadores.

Uma das mais importantes referências será Robert Owen, Sant-Simon e Charles Fourier como os mais significativos representantes da corrente de pensamento dos chamados ‘socialistas utópicos’. Acreditavam na possibilidade da criação de uma sociedade ideal, construído de forma pacífica e com a boa vontade. Rossi (1981) considera que Owen, concebia a transformação social como uma espécie de ‘revolução outorgada pelos dominadores’ e a crença no poder da educação como uma transformação. Owen chega a dizer

Eu sei que a sociedade pode ser organizada de modo que possa existir sem crimes, sem pobreza, com as condições de saúde grandemente melhoradas, com pouca ou nenhuma miséria e com a inteligência e a felicidade centuplicadas. E para que tal estado de coisas seja conseguido e torne-se universal, não há no momento qualquer obstáculo senão a ignorância. Robert Owen, em 01/01/1815. (ROSSI, 1981, p. 83)

Mais de 50 anos depois, em seus estudos, Marx considera a importância do pensamento de Owen, numa das notas a O Capital, livro I, cap. VIII, nota de rodapé, em 1867

Pouco depois da primeira década do século XIX, quando Robert Owen não só defendeu no plano teórico a necessidade de uma limitação do dia de trabalho, mas também introduziu realmente o dia de 10 horas em sua fábrica em New Lanark, consideraram sua inovação objeto de escárnio, utopia comunista. O mesmo ocorreu com sua ideia de ‘união do trabalho produtivo com a educação da infância’ e com as cooperativas de trabalhadores que fundou. Hoje, a primeira utopia é lei fabril, a segunda figura como frase oficial em todas as leis fabris e a terceira até já serve para encobrir embustes reacionários. (MARX, 1996, p. 412)

No texto de 1848, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels, em nome da antiga Liga dos Justos, que lançou seu manifesto com esta análise de transformação do contexto histórico em que a burguesia, como então classe revolucionária, removeu todos os entraves feudais ao seu livre desenvolvimento burguês⁶ numa primeira parte do documento. Numa parte posterior vai enumerar os vários matizes de pensamento aos quais os comunistas também vinham se apresentar com uma concepção própria.

Dentre estas linhas de pensamento contadas no Manifesto apresentadas estavam: a) o socialismo feudal; b) o socialismo pequeno-burguês; c) o socialismo alemão ou “verdadeiro” socialismo; d) o socialismo conservador ou burguês; f) o socialismo e o comunismo crítico-utópicos.

Neste momento, da publicação do Manifesto do Partido Comunista, 1848, Marx e Engels ainda não tinham o domínio da principal elaboração sobre a compreensão de produção da sociedade capitalista: a mais-valia. A compreensão sobre a mais-valia só será elaborada depois dos estudos dos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo, sua compreensão e sua superação dialética. A compreensão da elaboração teórica da mais-valia será uma marca do amadurecimento teórico de Marx, que também possibilitará uma elaboração mais consistente para a crítica da Economia Política, em *O Capital*⁷. A elaboração sobre a mais valia só se tornou possível depois de anos de estudo, e constituirá uma das suas principais categorias do seu objeto de estudo, a sociedade capitalista.

Se para Marx e Engels a compreensão teórica, a descoberta e o desvelamento inicial dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, fruto de muito estudo, sua compreensão seria ainda muito mais difícil para os trabalhadores. O esforço destes dois autores militantes, de como tornar compreensível os mecanismos de dominação burguesa, seja à Liga dos Comunistas (1847) ou à Associação Internacional dos

⁶ “A Revolução Francesa, por exemplo, suprimiu a propriedade feudal em prol da propriedade burguesa” (Marx e Engels, 2008, p. 31).

⁷ No Prefácio a primeira edição de *O Capital*, Marx diz que: “a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. (MARX, 1996, p. 131) de sua época.

Trabalhadores (mais tarde chamada de I Internacional) para que pudessem ser compreendidos, incorporados, criticados os mecanismos da dominação burguesa, e superados pelo conjunto da classe trabalhadora mundial, para tornar possível a derrubada desta ordem social capitalista.

O esforço do autor em tornar compreensível a elaboração teórica de O Capital, em sua crítica da economia política, demonstra a preocupação com a educação política dos trabalhadores de forma mais elaborada. Isto está marcado em seu comentário sobre a notícia de que o livro estava esgotado e a necessidade da impressão da segunda edição, em 1873. “A compreensão que O Capital rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho” (MARX, 1996, p.134). Ou mesmo, no Prefácio da Edição Francesa, em 1872. “Aplaudo a sua ideia de publicar a tradução de O Capital em fascículos. Dessa forma, a obra será mais acessível à classe operária e, para mim, isso é mais importante do que todo o resto” (MARX, 1996, p. 143). Além do esforço da educação/formação da classe, é possível, destacar a Dialética e amadurecimento, e a superação enquanto classe.

Gostaríamos de apresentar algumas poucas considerações sobre as práticas de formação no movimento dos trabalhadores. Embora essa preocupação já apareça antes, marcaremos a preocupação a partir de Marx, nas Teses contra Feuerbach, onde diz que o educador também tem que ser educado, 1844. E lança a questão de ‘quem educa o educador?’, sendo este o resultado de um processo social.

Nas apresentações que se fizeram sobre o Manifesto do Partido Comunista, quase sempre se ressalta, além do seu conteúdo, o formato de um panfleto que pudesse ser apresentado aos operários, que, em sua grande maioria não tinham grandes experiências com a educação escolar.

Há no Manifesto, de 1848, uma citação sobre a necessidade de como ampliar o acesso à educação para as grandes massas. “Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje [1848]. Integração da educação com a produção material etc”. (Marx e Engels, 2008, p. 44)

Essa questão da educação das massas ganhará uma versão mais elaborada no Crítica ao Programa de Gotha, 1875, em que Marx, ao criticar a fragilidade contida no programa sob a influência dos lassalistas, sugere:

O parágrafo sobre as escolas deveria ao menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola pública. Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das

escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola... é o Estado que, ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa (MARX, 2012, p. 46).

Embora, nessa polêmica sobre a discursão dos programas a compor o congresso de unificação dos dois partidos de operários na Alemanha, foi importante assinalar o caráter de educação subordinado ao Estado, sob o controle do governo e a influência da igreja não deviam ser aceitos e denunciados por parte do programa do partido operário.

Ressalta-se que o povo, subentendido a maioria de origem de trabalhadores, teriam a ensinar como gerir o Estado, segundo os seus critérios de classe e que os beneficiassem segundo sua lógica, enquanto maioria na sociedade.

Depois de sinalizar que a discussão da formação dos educadores e do povo teve uma preocupação em sua época, Marx põe em questão a própria submissão da educação do povo ao controle do Estado. Sobre a educação do povo, e a própria questão de que, os próprios educadores também estão sob a influência de seu tempo histórico, que é de uma lógica dominante da classe burguesa, e seu caráter de orientação para toda a sociedade. Portanto, nesta lógica de submissão é que faz a pergunta sobre quem deve ou educa os educadores?! De forma direta, é nesta perspectiva que se deve questionar sobre a formação dos professores feita em uma sociedade de classe. Quais perspectivas e qual sociedade? Se pretende em toda e qualquer formação que é executada?! Há em Marx e Engels, além da crítica a sociedade capitalista de sua época, a noção de que a educação do povo, dos trabalhadores e dos educadores merece uma grande atenção na construção do processo de formação.

Depois do resgate inicial em Marx, faremos um grande salto histórico e social, para aproximar essa discussão das nossas questões, hoje, no Brasil⁸, dentro de um contexto mundial. Trazendo essa discussão para o início do século XXI, após passar por vários processos históricos, re colocamos a discussão no patamar da educação da classe trabalhadora, dentro de um referencial de uma educação ampla para os trabalhadores brasileiros, num alto grau de desenvolvimento do capitalismo mundial, no contexto do Brasil. A formação dos trabalhadores no Brasil e a sua relação com a educação, passa por um referencial de classe e pela reflexão de um longo processo histórico.

⁸ No Brasil, em Rêses tem-se o registro de que “a luta da classe trabalhadora, eclodiu pela primeira vez em 1858” (RÊSES, 2015, p. 62), portanto ainda no Brasil imperial.

Junto as grandes massas de trabalhadores, a educação pública tem sido a grande referência de atuação. Algumas escolas de pensamento defendem que, qualquer mudança massiva, passe necessariamente pela escola pública. E que os professores podem e devem ser os principais aliados. Dentre estas, a Pedagogia Histórico Crítica se desponta com a principal referência. Um dos seus defensores, Newton Duarte defende o engajamento na formação de professores das escolas públicas com um viés classista

temos sempre insistido na necessidade de levar adiante a construção de uma pedagogia que sendo crítica e historicizadora apresente um posicionamento afirmativo, sobre a formação dos seres humanos hoje. Defendemos a necessidade de uma **pedagogia marxista**, articulada a uma **luta política socialista**, pedagogia essa que contenha indicações claras sobre as possibilidades concretas de ações educacionais que façam avançar a formação dos indivíduos na direção da agudização das contradições da sociedade capitalista contemporânea (DUARTE, 2000, p. 281-282. Grifos meus).

E sobre a função da escola pública, além de uma ampla abrangência e massificação do seu alcance, acredita-se que esta escola, com seus professores, possa ir além da questão meramente profissional, afirmando uma proposta de engajamento militante com os objetivos a serem alcançados pela escola, pois

há que se lutar para que um número maior de indivíduos se apropriem do saber científico, filosófico e artístico, de tal maneira que esse saber torne-se uma mediação na construção de uma prática social de luta contra o capitalismo, uma prática social de resistência às brutais formas de alienação hoje existentes (DUARTE, 2000, p. 282).

Mas este processo de uma prática de resistência e construção, do que poderia ser chamada de uma ‘pedagogia marxista’ não é algo que possa ser construído

como resultado de um processo exclusivamente teórico, nem mesmo como resultado da tão propalada articulação entre teoria e prática, se esta, a prática, for entendida apenas como a prática no interior das escolas que temos hoje. [...] Mas a relação entre teoria e prática no processo de construção de uma pedagogia marxista deve ser vista de forma mais ampla, isto é, como articulação entre a questão educacional e a questão política. [...] pois não será possível revolucionar a sociedade, superar o capitalismo, sem a elevação do nível de consciência da população. (DUARTE, 2000, p. 283).

Baseando em Gramsci, Duarte (2000) considera que a questão está relacionada à formação de intelectuais e à das relações entre os intelectuais e as massas e à das relações entre filosofia e senso comum.

No Brasil, o perfil geral das escolas e de seus trabalhadores ainda é bem tradicional, conservador. Estão dentro dos referenciais do pensamento e da lógica de dominação da sociedade burguesa, no modo de produção capitalista. E em relação as

escolas que temos hoje, também está ligado a concepção de formação de professores e seus referenciais, enquanto classe, enquanto trabalhadores.

De forma habitual, na academia, ao se discutir a formação de professores, se entende, de forma sintética e em linhas gerais, passando pelos ‘espaços’ de função do Estado, de governo. E se entende de uma determinada forma específica. A maneira como tem sido a compreensão sobre a formação de professores no Brasil pode ser apresentado assim:

- a) Formação **acadêmica** profissional (licenciatura para atuação nas escolas de Ensino da Educação Básica. Sendo feita na Graduação e Pós-Graduação, em instituições de Ensino Superior);
- b) A formação **continuada**, em processo de trabalho (técnica-pedagógica, em alguns casos, com aspectos político-pedagógico. No Distrito Federal aos moldes da EAPE - Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação – e/ou suas oficinas pedagógicas);⁹
- c) A formação de professores, **como trabalhadores**, organizados em sindicatos e suas centrais e a CNTE (por exemplo, o Curso de Formação Sindical, do Sinpro-DF e de outros sindicatos da educação); e outras experiências, paralelas as instituições formais ou não, de formação política: sindical, popular, partidária ou religiosa, a partir da ligação com a Educação de forma mais ampla, que não a escolar.

Esta forma de tentar compreender a formação de professores é ainda uma ideia inicial, que poderá ser melhor desenvolvida em outro trabalho. Neste, tentamos apenas compreender que a formação continuada perpassa todos os momentos e estágios. E que, o centro da nossa atenção, neste momento, é de enfatizar a formação de professores, como trabalhadores. Esta formação de trabalhadores, que embora exista a mais de um século e seja ainda pouco estudada, e é o cerne do artigo de Saviani (2017), vista por nós como ‘o conjunto de esforços teóricos e práticos de educação de trabalhadores na direção de transformar’ a sociedade capitalista de uma maneira geral. E de uma maneira mais específica a chamada “pedagogia socialista” teria os seus objetivos mais além, indo até

⁹ Na SEEDF teve as experiências históricas de Formação acadêmica profissional: licenciatura em Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização (PIE, um convênio entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, previsto para atender inicialmente, 5.000 professores, com início a partir do ano 2001 até 2005) e o Projeto Professor Nota 10 (também graduação em Pedagogia, um convênio entre uma faculdade particular, o Centro Universitário de Brasília, CEUB, e a SEEDF). Este programa aconteceu entre os anos de 2002 e 2005.

“transformar radicalmente a sociedade capitalista e construir uma nova ordem social, socialista, hegemônica pelo trabalho”. É exatamente esse o ponto central de divergência e construção entre as duas formulações sobre a formação de trabalhadores.

Grosso modo, poderíamos agrupar as propostas em duas modalidades: uma, **centrada no saber do povo e na autonomia de suas organizações, preconizava uma educação autônoma e, até certo ponto, à margem da estrutura escolar**; e, quando dirigida às escolas propriamente ditas, buscava transformá-las em espaços de expressão das ideias populares e de exercícios da autonomia popular; outra, **que se pautava pela centralidade da educação escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado** (SAVIANI, 2017, p. 116). [Grifos nossos].

A formação feita por trabalhadores, está no campo amplo do que Saviani (2017) se refere as formulações vinculadas a educação popular ou dos trabalhadores ‘*centrada no saber do povo e na autonomia de suas organizações, preconizava uma educação autônoma e, até certo ponto, à margem da estrutura escolar*’ está se referindo concepção libertadora formulada e difundida por Paulo Freire, estando próxima da Igreja em afinidade com a “teologia da libertação”. E quando considera que outras abordagem ‘*que se pautava pela centralidade da educação escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado*’ com aproximações com o marxismo, de um lado só no referencial da crítica as desigualdades sociais e da busca da igualdade de acesso e permanência nas escolas, de um outro lado, empenhavam-se em compreender os fundamentos do materialismo histórico, buscando articular a educação com uma concepção que se contrapunha à visão liberal.

Em linhas gerais estas são as mais comuns formulações no campo da educação dos trabalhadores. Neste sentido é que sugerimos se pensar em uma terceira possibilidade de formulação que praticasse a valorização do acesso ao ‘*conhecimento sistematizado*’¹⁰ pela classe ao longo de sua história, e que estivesse ligado a ‘*autonomia de suas organizações*’ e uma educação com o princípio classista, contra a sociedade capitalista. Acreditamos que já exista tais experiências na organização e formação política dos trabalhadores.

Em comum entre as três abordagens de formação de professores estão compreendidas a Formação, a educação e o ser humano. Todas as elaborações, de alguma

¹⁰ Sobre esta sistematização, concordamos que “O conhecimento científico, decorrente da relação dialética entre sujeito e objeto tem como compromisso o desvelamento da realidade, possibilitando a apreensão dos seus nexos constitutivos. O caminho do conhecimento, portanto, parte da aparência para essência, essencialidade que é histórica e aberta e que constitui uma verdade histórica” (CURADO SILVA, 2016, p. 29).

maneira, expressam uma concepção de homem, educação e sociedade, de forma explícita ou não. Nas discussões em educação é lugar comum falar em mudança. Mudar a sociedade! A questão que tem referenciado os grandes posicionamentos é: mudar a sociedade, mas para qual referencial de sociedade? Dentro ou fora do capitalismo?

A esses grupos de pensamentos sobre a crítica à escola e seu papel de classe na manutenção da ordem e hegemonia na sociedade capitalista, foram chamados, em linhas gerais de contra-hegemônicos. Veremos um pouco de sua história.

1 - As Pedagogias Contra-Hegemônicas

O perfil de classe dos trabalhadores em geral, organizados em sindicatos e em partidos políticos tem uma longa história que se vincula à dos trabalhadores em educação no Brasil e no mundo. A luta contra a hegemonia burguesa e sua lógica se fez presente na história da educação. ‘As ideias dominantes na sociedade, são as ideias da classe dominante’, se não fosse assim, estas ideias não se sustentariam enquanto dominantes, dentro de um referencial marxista de análise.

Ao fazer um estudo geral sobre as ideias pedagógicas no Brasil, Saviani faz um longo resgate histórico na obra: História das Ideias Pedagógicas no Brasil. E “pensando em contribuir para o desenvolvimento do trabalho dos professores nas salas de aula, assim como dos dirigentes das escolas e sistemas de ensino, que decidi publicar este livro” (SAVIANI, 2008, p. 22).

Em um seminário na Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes, Saviani traça um Panorama Histórico do Processo de Construção da Pedagogia Socialista no Brasil. O Seminário¹¹ Construção Histórica da Pedagogia Socialista: legado da Revolução Russa de 1917 e desafios atuais, no ano do centenário da Revolução Russa/Soviética de 1917.

Em uma de suas elaborações, tratando exclusivamente das abordagens da educação dos trabalhadores e suas organizações, e numa perspectiva contra hegemônica, Saviani afirma que

Embora a circulação de ideias socialistas e anarquistas no Brasil remonte a meados do século XIX, ideias pedagógicas ligadas à situação dos trabalhadores e ao movimento operário começam a se manifestar, propriamente, a partir do final do século XIX, pois a constituição da classe trabalhadora brasileira e o desenvolvimento do movimento operário têm início após a abolição da escravidão em 1888 (SAVIANI, 2017, p. 103-104).

¹¹ Este Seminário foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Escola Nacional Florestan Fernandes, em parceria com a Articulação dos Professores de Instituições de Educação Superior com o MST e a Editora Expressão Popular.

Além das divisões clássicas da educação, Saviani tenta apresentar uma compreensão do que chamou de pedagogias contra-hegemônicas no Brasil

Grosso modo, podemos esboçar uma periodização aproximada das pedagogias socialistas ou, mais precisamente, das pedagogias contra-hegemônicas da seguinte forma:

- I - Ideias de educação influenciadas pelo socialismo utópico (1889-1900);
- II - Pedagogias de orientação anarquista ou libertária (1900-1920);
- III - Advento da influência comunista (1920-1945);
- IV - Tendência socialista em defesa da escola pública na LDB (1947-1961);
- V - Marxistas e católicos no Movimento de educação e cultura popular (1959-1965);
- VI - Intelectuais e estudantes na resistência à ditadura (1965-1976);
- VII - Organização dos educadores, propostas pedagógicas contra-hegemônicas e mobilização pela escola pública no processo de elaboração da LDB e do PNE (1977-2000);
- VIII - Tentativas de reorganização de redes públicas da educação básica pela via contra-hegemônica e advento das pedagogias dos movimentos sociais (2001-2017). (SAVIANI, 2017, p. 104).

Além da historicização feita, segundo seu estudo, Saviani (2017) entende que houve, na primeira década deste século, uma tentativa de retomada nas redes públicas¹² de educação básica das pedagogias contra-hegemônica, em especial nas redes municipais, e expandindo as iniciativas no âmbito da educação do campo. E, no complemento, Saviani (2017) quando se refere ‘especificamente à educação do campo, por iniciativa dos movimentos sociais populares, desenvolveram-se diversas versões pedagógicas contra-hegemônicas’. Estas pedagogias¹³ são identificadas como a **pedagogia da alternância**, a **pedagogia do campo**, a **pedagogia do movimento**, também conhecida como *pedagogia do Movimento Sem Terra*, e a **pedagogia da terra**, que é considerada como equivalente a ‘ecopedagogia’ e ‘pedagogia do desenvolvimento sustentável’.

Segundo Saviani, é necessário explicar o que ele define como contra-hegemônica:

¹² Tendo como exemplos: Escola Plural (BH), Escola Cidadã (formulada pelo Instituto Paulo Freire). Escola Cidadã também em Porto Alegre. No Distrito Federal, a Escola Candanga. Estas escolas tiveram seu apogeu na década de 1990.

¹³ Segundo Saviani, “um ponto a destacar nessas várias manifestações pedagógicas é o fato de que deixaram de disputar entre si a primazia do caráter transformador, passando a convergir no propósito comum de fazer avançar as lutas populares nas quais a educação desempenha importante papel no processo de emancipação humana a efetivar-se com o advento da sociedade comunista. De fato, trata-se de um indício promissor que sinaliza para a maturidade do espírito revolucionário que deve animar a mobilização popular”. (SAVIANI, 2017, p. 123-124). Não se trata, nesse momento, de analisar a compreensão de Saviani. Mas apenas valer-se inicialmente de sua síntese destas pedagogias, pois não contempla todos os movimentos neste período.

Nesse contexto, as ideias pedagógicas contra-hegemônicas também continham certa ambiguidade e revestiam-se de uma heterogeneidade que ia desde os liberais progressistas até os radicais anarquistas, passando pela concepção libertadora e por uma preocupação com uma fundamentação marxista. Assim, parece apropriado considerar, como Snyders, que, se há uma denominação que poderia abranger o conjunto das propostas contra-hegemônicas, seria a expressão ‘pedagogias de esquerda’ e não ‘pedagogia marxista ou revolucionária’: uma pedagogia ‘de esquerda’, como toda a vagueza ‘que o termo comporta, e também com todas as esperanças de entendimento, de união de que o termo está carregado’ (Snyders) (SAVIANI, 2017, p. 115-116).

Sistematiza Saviani (2017) em quatro modalidades, em termos teóricos-pedagógicos, as tentativas de elaboração de propostas suscetíveis de orientação à prática educativa, no “período da resistência à ditadura às propostas contra-hegemônicas”, em uma direção transformadora, entre os anos de 1965-2000:

- a) Pedagogia da “educação popular”;
- b) Pedagogia da prática;
- c) Pedagogia crítico-social dos conteúdos;
- d) Pedagogia histórico-crítica;

A partir dos escritos nas formulações apresentadas no site da ECOCUT, que se refere ao tema do nosso estudo, o enfoque na Formação Sindical do Sinpro-DF, na 3ª etapa de sua história de formação, realizada pela ECOCUT, a partir de 2004, se aproxima mais da modalidade da educação fundamentada em Paulo Freire, reivindicada pelas próprias entidades. Baseada no ‘saber do povo e na autonomia de suas organizações’. Reivindica a crítica à sociedade capitalista. E uma educação autônoma e, até certo ponto, à margem da estrutura escolar. Embora toda a base da categoria atue na estrutura da educação em escola formais da rede de ensino público do Distrito Federal, não há uma elaboração profunda sobre a orientação freireana. Mas referências gerais aos pensamentos sínteses de suas elaborações. E a referência a forma de estabelecer a relação horizontalizada da aprendizagem e na condução das atividades de formação.

Isto, a princípio não é visto como um empecilho ao trabalho de formação. De uma certa maneira é até enaltecido pelos formadores/educadores da ECOCUT. Sobretudo, no enfoque da não estruturação, na não organicidade rígida das formas e conteúdos ministrados. Em sentido contrário está a formação mais ligados aos partidos ou tendências que se aproximaram de uma orientação próxima ao marxismo-leninismo, por influência da III Internacional (dos trabalhadores) e até ao trotskismo, da 4ª Internacional. Esta visão

se aproximaria mais da própria elaboração de Saviani na PHC, que tem uma vinculação com os trabalhadores em muitas escolas e redes de educação públicas no Brasil.

2 - Algumas Experiências de Formação Sindical no Brasil

Algumas experiências de formação política dos trabalhadores teórico-políticas no Brasil, remontam desde o período imperial. Para nosso estudo, faremos uma síntese sobre as mais significativas. Utilizaremos o trabalho de CRUZ (2010), em seu estudo sobre o papel da formação teórica política na construção da consciência de classe, em que diz que “as experiências de formação teórica-política dos anarco-sindicalistas, dos comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do NEP (Núcleo de Educação Popular) 13 de Maio/SP” (CRUZ, 2010, p. 118) foram as mais destacadas.

a) Formação Política dos Anarco-sindicalistas

Para seu trabalho usa os estudos de Silvia Manfredi, uma das mais importantes pesquisadoras sobre a história do movimento dos trabalhadores no Brasil.

Segundo Manfredi ‘no Brasil, o projeto educativo dos libertários eixou-se em três dimensões que se articulavam entre si: a educação política-sindical; a educação escolar e as práticas culturais de massa’. A educação política sindical (voltada para a transformação revolucionária) efetivava-se tanto pelo engajamento em movimentos e lutas de reivindicação, protesto e resistência, como também pela divulgação das ideias dos libertários, através de conferências, debates, estudos promovidos em sindicatos e centros de estudos e pelos jornais operários (CRUZ, 2010, p. 118-119).

A atuação dos anarco-sindicalistas foi a principal orientação do movimento dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX, no Brasil. Suas experiências ainda são descritas por Cruz

A proposta anarquista de educação, particularmente dos anarco-sindicalistas (espontâneas ou planejadas) articulava-se com outras iniciativas no campo cultural e de lazer de caráter massivo e popular, como atividades de teatro, festivais de música e poesias e piqueniques, promovidos pelos libertários nos bairros operários dos centros industrializados da época” (CRUZ, 2010, p. 119).

Nas palavras de Manfredi (1996), citadas no trabalho de Cruz, que o projeto de educação dos libertários demonstrava

seu caráter globalizante, sua diversificação – abrangendo ao mesmo tempo aspectos culturais, educativos, literários’. Tudo isso pensado ‘como um projeto de educação classista (destinados às crianças, jovens e adultos) voltado para a emancipação político-ideológica e cultural da classe operária” (MANFREDI, apud em CRUZ, 2010, p. 119).

Outro relato de Saviani (2017) contextualiza a educação de orientação anarquista nas primeiras décadas do século XX no Brasil, acentuando também a influência europeias e outras questões relacionadas, enfocando mais o aspecto escolar.

A educação ocupava posição central no ideário libertário. A par de denunciar o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos, os anarquistas estudavam os autores libertários extraíndo deles os principais conceitos educacionais como o de ‘educação integral’, oriundo da concepção de Ferrer [...] e os traduzia e divulgava na imprensa operária. Mas não ficavam apenas no estudo das ideias. Buscavam praticá-las por meio da criação de universidade popular, centros de estudos sociais e escolas, como a Escola Libertária Germinal, criada em 1904, a Escola Social da Liga Operária de Campinas, em 1907, a Escola Livre 1º de Maio, em 1911, e as Escolas Modernas. Estas proliferaram de modo especial após a morte de Francisco Ferrer, inspirador do método racionalista, executado em 1909 pelo governo espanhol, pelo crime de professar ideias libertárias. Também no Brasil as escolas modernas foram alvo de perseguição, sendo fechada pela polícia. A última delas teve suas portas fechadas em 1919 (SAVIANI, 2017, p. 106).

Após a criação do PCB, em 1922, e a vitória da Revolução Soviética em 1917, cresce a influência comunista no Brasil. A partir daí,

o PCB vai se tornar desde os anos 20 até 1964, o principal partido dos trabalhadores brasileiros. Todas as grandes lutas deste período, realizadas por parte dos trabalhadores, terá a presença ou o comando do PCB; e no movimento sindical. A educação sindical, terá no CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), seu braço sindical” (CRUZ, 2010, p. 120).

Na década de 1930, a atuação do PCB sofrerá com as restrições e a perseguições. Estas ações influenciaram também a formação, mas principalmente a linha política e num contexto até a 2ª Guerra Mundial

A educação sindical, durante os períodos da resistência nos anos 30, se constituía essencialmente de atividade semi ou totalmente clandestinas, eram atividades educativas espontâneas, informais, próprias do saber fazer do cotidiano dos militantes operários e serviam para dar suporte às práticas sindicais possíveis, tanto para iniciar ou manter núcleos organizados nos locais de trabalho; como para driblar o controle dos interventores e/ou dirigentes sindicais pelegos (CRUZ, 2010, p. 120).

Durante e por causa da repressão política ao partido, o PCB vai vivenciar uma outra forma de atuação junto aos sindicatos e seus militantes.

A partir de 1947, com a nova onda de repressão do Governo Dutra, com a intervenção nos sindicatos, decretos que proibiam greves e outras medidas contra as forças democrático-populares, somente os militantes sindicais que tinham alguma articulação partidária é que participavam de atividades formativas que envolviam discussões de cunho político-ideológico” (CRUZ, 2010, p. 120).

Na análise de Cruz (2010), diz que está aí a origem para “a dicotomia entre formação sindical de base versus formação de quadros”. Foi a partir de uma realidade material, para inicialmente fugir da repressão de Dutra, que se estabelece essa separação. E citando Segundo Manfredi, continua

por formação de base entende-se aquela educação (intencionalmente planejada) que visa atingir os trabalhadores que pertencem à base profissional e territorial de um sindicato, por educação de quadros entende-se aquela formação mais consistente política e ideologicamente, que se destina aos quadros dirigentes atuais ou futuros (de militantes e/ou ativistas com potencialidades para se tornarem futuros dirigentes) MANFREDI, apud CRUZ, 2010, p. 120).

Em outra análise de Cruz (2010), por conta de problemas recorrentes da repressão e restrições severas contra o partido, “se percebe na tradição do PCB, é um nítido privilégio concedido à formação político-partidária, e uma falta de sintonia com a formação sindical” O que para alguns é relacionada com a compreensão de ver os sindicatos como ‘correia de transmissão’ da atuação do partido, ‘agindo de acordo com sua linha e praticamente nenhuma autonomia em relação a ele’. Mas, esta linha também tem seus efeitos colaterais

por outro lado, o PCB acabou por privilegiar a formação teórico-político exclusivamente voltado para a formação de quadros dirigentes, refletindo assim, uma posição ‘vanguardista’ de revolução, desconsiderando a formação voltada para as bases (CRUZ, 2010, p. 120).

É importante destacar que tanto os anarco-sindicalistas, como os comunistas, além da repressão pelos órgãos estatais, tiveram que conviver e enfrentar a concorrência com o chamado “sindicalismo amarelo”¹⁴.

b) a Formação Política do PCB

Na formação do PCB, “o conteúdo girava em torno da política do partido e alguns pontos da teoria marxista” e o chamado trabalho de massa, segundo as pesquisas de Cruz (2010). Com a ilegalidade, em 1947, que “interrompeu o trabalho inicial da Escola de Formação de Quadros”, mas continua a tarefa de organizar curso ligeiros para outros militantes. E

¹⁴ O chamado “sindicalismo amarelo” nasce na França, mas no Brasil, esteve identificado em dois grandes momentos: início do século XX e em um período do chamado “sindicalismo sobre a ‘influência’ do Estado”. Amarilho Souza e Domingos Corcione, nos artigos sobre Concepções e Correntes Sindicais no Brasil, apresentam em seu quadro-síntese as atuações do ‘sindicalismo amarelo’: colaboração de classes; sindicatos e organizações comuns (entre patrões e operários); sindicatos assistencialistas. Apresentam dentre os objetivos: continuidade do capitalismo; negação da existência da luta de classes; sociedade harmoniosa.

em 1950, as escolas do PCB são pensadas e orientadas para assegurar uma fundamentação político-ideológica a seus militantes, de modo a garantir certa homogeneidade, que era fundamental ao partido, principalmente naquela conjuntura (CRUZ, 2010, p. 122).

Durante os anos de 1950, “mostrando que a direção do partido, entendeu que a formação ideológica dos militantes era algo muito importante” houve um período de intensa atividade. As escolas de formação do partido “começaram a ser organizadas de forma clandestina e funcionavam em casas, que aparentemente ficava sob o cuidado de uma família, em que militantes ficavam de 20 a 30 dias fazendo cursos” (CRUZ, 2010, p. 122). E continua dizendo que “as escolas se ampliaram, e havia uma escola em praticamente todos os estados onde o PC tinha alguma base importante”.

Cruz, citando o estudo de Manfredi, diz que alguns aspectos chamam a atenção no resgate histórico da Formação Política do PCB: a) a visão iluminista do saber que está baseado na visão de que quem tem acesso ao conhecimento distinguir-se-ia dos demais por ter mais competência política; b) a ideologia do discurso competente está naturalmente articulada com a visão da educação, com uma concepção de educação que visa principalmente o repasse, o mais eficiente possível, do saber sistematizado que se julga importante que os outros assimilem.

Ao final, Cruz (2010) destaca “o esforço ao estudo, a importância dada à formação teórico-política como instrumento fundamental para o avanço da organização do partido e dos sindicatos, para que estes possam dirigir as lutas dos trabalhadores” mesmo considerando as críticas aos “manuais soviéticos e a forma tradicional de estudos desenvolvidos pelas Escolas do Partido”.

Ao longo de sua atuação política, o PCB se orientou por uma linha política de desenvolvimento, por uma Estratégia¹⁵ Democrática Nacional. “Para esta estratégia acreditava-se que Aliando-se à ‘burguesia nacional’, acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa a revolução socialista” (NEVES, 2014, p. 360)

Durante o período em que vigorou a ditadura econômica-civil-militar no Brasil, todos os movimentos sindicais ficaram sob observação e certo controle do governo. Para resistir a ditadura, uma das práticas foi a descentralização das atividades e tentativa de sobrevivência política e física.

¹⁵ No campo dos movimentos políticos de esquerda, “estratégia refere-se à forma pela qual a classe – através dos instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diversos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução”. (NEVES, 2014, p. 359)

c) a Formação Política Cutista¹⁶

No contexto dos últimos anos da ditadura, no final dos anos de 1970 e início dos anos 80, já se desenhava o processo da ‘transição, lenta, gradual e segura’, e estava em gestação os movimentos que deram origem a CUT¹⁷, orientados mais tarde pela Estratégia Democrática Popular.

A estratégia democrática e popular pauta-se no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços do Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo. (NEVES, 2014, p.360)

Em agosto de 1983, nasceu a CUT (Central Única dos Trabalhadores), no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em São Bernardo do Campo – SP. Estiveram presentes mais de cinco mil delegados do movimento operário-sindical da cidade e de trabalhadores do campo brasileiro e convidados internacionais.

Segundo Cruz, a CUT

foi formada a partir de três experiência sindical presentes no movimento sindical dos anos oitenta: as ‘oposições sindicais’, cuja maior expressão foi o Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo – MONSP e o ‘novo sindicalismo’, cujo nascedouro foi a experiência das greves em São Bernardo do Campo – SP, e o sindicalismo rural” (CRUZ, 2010, p. 130).

O histórico do sindicalismo da CUT é definido por Tumolo (2002) em três fases: de 1978-1983, que pode ser estendida até 1988, caracterizada por uma ação sindical combativa e de confronto; outra de 1988 a 1991, como uma fase de transição, e a última, de 1991 a 2002, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Ele assim define

Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania (TUMOLO, 2002, p. 129).

¹⁶ Apresentaremos uma análise geral sobre a Formação cutista. Quando tratarmos da formação no Sinpro-DF, com a ECOCUT/CNTE, veremos a proposta da CUT em execução, que é a maior parte do estudo.

¹⁷ Os militantes que atuaram para a construção da Central Única dos Trabalhadores, CUT, em sua grande maioria estiveram na construção do PT, Partido dos Trabalhadores, e eram orientados por ele, como sua principal influência. A CUT tem uma relação umbilical com o PT.

Esta análise está ancorada a partir caracterização da reestruturação produtiva realizada pelo capital intensificando a exploração da classe trabalhadora, e causando profundas consequências no movimento sindical mundial, analisa Tumolo (2002). Esta linha da formação sindical se consolida com o viés da formação cidadã até depois da década dos anos de 2010. No Brasil

estas mudanças vêm provocando mudanças nas relações de trabalho, cujo objetivo é afastar e neutralizar a ação sindical principalmente a de cunho combativo, já que tal padrão de acumulação do capital é incompatível com o sindicalismo combativo, e tem dificuldades de conviver até com o sindicalismo de corte social-democrático (CRUZ, 2010, p. 130).

Em Tumolo (2002) é analisado que a estratégia implementada pelo capital no Brasil, balizada pela chamada reestruturação produtiva e, portanto, pelas mudanças no mundo do trabalho, vem resultando num processo de adequação da CUT à ordem capitalista. Considera ainda que a central continua a desenvolver ações sindicais contra os vários aspectos dessa reestruturação produtiva e aos modelos políticos e econômicos, ao que se convencionou chamar de “neoliberalismo”.

Cruz (2010), a partir da leitura de Tumolo, analisa que além dos elementos estruturais das mudanças econômicas, a conformação da nova ordem mundial da acumulação do capital e a reestruturação produtiva, outros fatores, como “a derrocada dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim, o fracasso da experiência revolucionária sandinista” colaboraram politicamente para dar força as novas referências. Somando-se a isso, “as duas derrotas eleitorais de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, notadamente a de 1989” (CRUZ, 2010, p. 131).

Outros aspectos, que dizem respeito à própria trajetória da CUT, serão elencados por CRUZ (2010), destacando:

- O processo de burocratização interna;
- Os aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial;
- Política de relações internacionais, filiação à CIOSL¹⁸, que financiou várias atividades da CUT, inclusive a formação sindical;
- Disputa com outras centrais sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical;

¹⁸ Esta Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres tem uma relação estreita com os partidos social-democratas de vários países. Fonte: 13 de Maio/NEP, As centrais sindicais mundiais: FSM, CIOSL e CMT. São Paulo. 2ª edição, 1986.

- Uma política interna que passou pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais.

Ao fazer a crítica da política de formação implementada pela CUT a partir de 1994, Tumolo lembra que, ao “desvendar os segredos desta sociedade, assentada na propriedade privada dos meios de produção, na relação de exploração por meio da mais-valia e, por conseguinte, na luta antagônica entre as duas classes sociais fundamentais” (CRUZ, 2010, p. 138). E referindo a Marx e Engels, conclui

não existe saída para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade nos marcos desse modo de produção, o que implica a necessidade de uma estratégia revolucionária, cujo objetivo não é o de remediar a sociedade vigente, mas o de superá-lo em favor de uma sociedade fundada sob os alicerces da propriedade social dos meios de produção. Além do mais, o conhecimento da sociedade é premissa de construção de um projeto estratégico que vise sua transformação revolucionária. Por isso, a relação entre o conhecimento e revolução é o pressuposto sobre o qual se assenta toda a obra de Marx e Engels, ou seja, a ideia segundo a qual a viabilidade de uma estratégia revolucionária é diretamente proporcional ao conhecimento que se tem da mesma realidade” (TUMOLO, 2002, p. 210).

Fazendo referência à opção teórico-política adotada pela CUT, Tumolo (2010) afirma que a análise da realidade desenvolvida pela Central, que está expressa em seus textos, só resultaria em estratégias ilusórias e sedutoras. E continua

A partir dessa compreensão, é possível entender por que a crítica radical do sistema capitalista, a luta de classes, de caráter internacional, e a necessidade da ruptura revolucionária e de construção de uma sociedade socialista não aparecem. Em seu lugar, a crítica de um determinado modelo e, por conseguinte, a apresentação de um projeto nacional com Estado soberano, baseado na democracia e na justiça social; ou seja, sem ‘traumas revolucionários’ a construção da ‘sociedade cidadã’. Dessa maneira, tanto a formação sindical quanto a formação profissional devem estar balizados por esse horizonte estratégico. Aliás, mais do que se constituir como uma formação instrumental, como já havia sido apontada anteriormente, esta é a característica determinante que a formação sindical e profissional da CUT foi gradativamente adquirindo ao longo dos anos 90” (TUMOLO, 2002, p. 12).

Ao desenvolver sua análise, Tumolo (2010) que as três grandes fases da formação sindical cutista estão em consonância com sua trajetória política. E que “não se trata somente de adequação à ordem capitalista, mas, pelo menos tendencialmente, de ações sindicais que culminam numa estratégia de aceitação e convivência com essa mesma ordem” (TUMOLO, apud CRUZ, p. 139).

À medida em que começou a desenvolver, também uma formação profissional, a partir da Escola de Hotelaria, em Santa Catarina representaria “o início de um processo

no qual a CUT estaria se transformando numa *partícipe* da ordem capitalista, na medida em que se inaugura como central sindical empresária” (TUMOLO, apud CRUZ, p. 139).

Finalizando sua análise, Cruz resgata a construção e direção de duas importantes escolas de formação da CUT, a partir de Tumolo.

A formação sindical não reproduziu no interior da CUT a dinâmica de luta e disputa política entre as diversas correntes da forma como se dava no âmbito da Central. Um fato que corroborou para isso foi que, desde o II CONCURTO, a Secretaria Nacional de Formação passou a ser controlada pela tendência majoritária: a *Articulação Sindical*. Tal corrente criou e dirigiu, por fora da estrutura oficial da CUT, a principal escola de formação, o *Instituto Cajamar*. Na sequência, as outras correntes políticas vinculadas à *CUT Pela Base* também acabaram criando ‘sua’ escola, o *Nativo da Natividade*. Esse elemento foi decisivo para o esvaziamento da disputa no âmbito das estruturas e fóruns internos da formação, bem como de realização de praticamente todas as atividades de formação sindical, e projetos fundamentalmente diferenciados que passaram a se dar fora do espaço interno. Essa disputa somente veio a retornar ao interior da Central nos anos noventa (CRUZ, 2010, p. 139).

Continuando sobre o processo de disputas internas a Central, em que se consumou uma caracterização “propositiva e negociadora” dentro dos limites da ordem capitalista é necessário assinalar “que existem e continuam a existir outras possibilidades de respostas, outras estratégias políticas que, por razões histórico-políticas, foram preteridas em favor daquela determinada opção” (TUMOLO, apud CRUZ, p. 139).

Em síntese, Tumolo finaliza que

Faz-se necessário ressaltar, contudo, que, se os elementos elencados anteriormente buscam explicar a profunda mudança na trajetória da CUT, eles só podem ser pensados articuladamente. Por outro lado, é possível afirmar que as condições objetivas se constituíram como elemento determinante no referido processo ou, em outras palavras, que *a atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, através da consolidação do novo padrão de acumulação, cuja manifestação aparente são as metamorfoses no mundo do trabalho, e tendo em vista o fracasso da construção do socialismo, a estratégia tem sido, em linhas gerais, a de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores*. Isso explica a CUT do *sim* dos anos 90 como superação da CUT do *não* dos anos 80. Entretanto, não quer dizer, em absoluto, que existia ou existe somente tal alternativa, mas esta tem sido a que efetivamente logrou ser vitoriosa e se consolidar (TUMOLO, 2002, p. 131-132, grifos do autor).

Depois da síntese das duas décadas de desenvolvimento da linha política da CUT, ficam muitas questões sobre todo o processo histórico da central e a sua proposta de formação política sindical. Serão expressas por Tumolo

Em que medida a referida mudança na trajetória política da CUT atingiu sua formação sindical ou, de forma mais ampla, qual a relação entre tal fenômeno e a formação sindical? Que possíveis modificações poderíamos encontrar na formação sindical cutista advindas da mudança na estratégia da Central? Como a formação sindical tem respondido?” (TUMOLO, 2002, p. 132).

Tumolo responde às perguntas com o capítulo “A Formação Sindical da CUT: da Formação Político-Sindical à Formação Profissional” (TUMOLO, 2002, p. 132). A expressão resume bem o próximo estágio da CUT.

Nas disputas sobre a convivência e o controle da Central, indivíduos, grupos e correntes político-ideológicas marcaram as divergências que, em alguns casos chegaram ao antagonismo.

No início, segundo Cruz, apoiando-se Tumolo, a CUT desenvolveu uma proposta de formação teórico-política numa “perspectiva crítica e emancipadora, mas no seu desenvolvimento, foi privilegiando uma formação mais técnica ou instrumental”, outros na “perspectiva da transformação social”. Mesmo com o controle da tendência majoritária, outros grupos construíram outras perspectivas de Formação Teórico-Política. Muitos desses grupos nem se encontram mais no interior da central. Uma das opções, no referencial de formação teórico-política será o 13 de Maio Núcleo de Educação Popular, que já existia antes da fundação oficial da CUT.

Depois desta necessária contextualização sobre a linha política e a formação cutista nacional, é necessário explicar que o conjunto do nosso estudo está centrado, principalmente, a partir de 2004, no Sindicato dos Professores no Distrito Federal, sabendo que toda essa história influenciou o momento seguinte das sete escolas nacionais de formação sindical da CUT, dentre elas a Escola Centro-Oeste da CUT, ECOCUT, que hegemonizou a condução do processo de formação do Sinpro-DF, até o ano de 2018.

Buscaremos, mais adiante, estabelecer mais relações sobre a história nacional da CUT, com a específica da ECOCUT e a história do Sinpro-DF.

d) a Formação Política do NEP 13 de maio

O Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, criado em 13 de Maio de 1982 é uma das poucas entidades que se mantém há tanto tempo realizando cursos e atividades de formação política, que segundo Cruz (2010) não perdeu sua linha política na defesa da classe trabalhadora, na crítica ao sistema capitalista e a luta pela construção do socialismo em nosso país. Pois

o 13 de Maio NEP, situa-se no âmbito das escolas de formação no campo da esquerda, que contribuíram para a construção do programa de

formação político-sindical da Central Única dos Trabalhadores em seu início, e também para a formação teórico-política do PT, dos movimentos sociais e pastorais, e também do MST. Esta entidade, ao longo de sua história acabou se especializando na realização de atividades de formação teórico-política, e por ter colaborado com suas atividades para o fortalecimento destes diversos movimentos sociais (CRUZ, 2010, p. 141).

No início, as atividades do Núcleo de Educação Popular, foram organizadas em três frentes: a) o trabalho direto; b) o trabalho de produção de recursos pedagógicos (como cartilhas, manuais, audiovisuais); c) o trabalho de formação sindical.

O trabalho direto, ou o chamado trabalho de base, foi a ação central do 13 de Maio NEP no seu início. O que permitiu (CRUZ 2010) construir de forma autônoma a experiência que se tinha com a organização de atividades de base, a redação de boletins e outros veículos de comunicação, preparação de assembleias e outras atividades

o início da produção de materiais didático-pedagógicos mais especificamente os audiovisuais, deu-se ainda durante a atuação na FASE¹⁹, de 1979 a 81. Posteriormente o 13 de Maio NEP deu continuidade ao trabalho, em conjunto com outras entidades que formavam um coletivo. Entre elas estava o CPV – Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – que deu continuidade à produção ainda por algum tempo, além da FASE, o CEPIS na produção de audiovisuais.

O trabalho de formação política, acabou prevalecendo como a principal atividade do 13 de Maio NEP, que se consolidou ao longo da trajetória desta instituição (CRUZ, 2010, p. 142).

Nos anos iniciais da formação política da CUT nacional, ainda não existia de forma organizada. Mas, CUT estadual São Paulo foi a grande referência. E

Na gestão de 1984-86 da Central, a primeira Secretária Nacional de Formação foi Ana Lúcia²⁰, participante da Equipe do 13 de Maio NEP. Scapi²¹ foi para a Secretaria de Política Sindical e tornou-se responsável pelo trabalho de organizar as oposições. Humberto Bodra²² foi para a Secretaria de Formação da CUT estadual paulista. Nesse período, inclusive, algumas reuniões da Secretaria de Formação aconteceram na sede do 13 de Maio NEP (SILVA, 2002, p. 112).

¹⁹ FASE: Federação dos Órgãos para Assistência Social. Construindo '*outro referencial de formação*'.

²⁰ Ana Lúcia da Silva professora de história na UFG. Participou da ADUFG. Membro da Comissão Nacional Pró-CUT. Membro da Executiva Nacional da CUT - Vice-Presidente da Região Centro-Oeste (1986-1988); Membro da Direção Nacional (1988-1991). Participou da Equipe do NEP 13 de Maio. Hoje aposentada. O objetivo da citação é de informar que outros construam outra formação, mesmo '*na base*'.

²¹ Luiz Carlos Scapi ainda hoje é monitor e um dos coordenadores da Equipe do NEP 13 de Maio. Um grande pensador e militante histórico. Não é acadêmico institucional. Um '*outro referencial de formação*'.

²² Humberto Bodra foi um intelectual militante, que além de ser professor na PUC São Paulo, militava no âmbito da formação política e desenvolvia trabalhos junto aos trabalhadores na periferia de São Paulo. Membro da Equipe do NEP 13 de Maio. Ele foi o primeiro secretário de formação da CUT São Paulo de 1984 a 1986. Faleceu em 1992. Construindo '*um outro referencial de formação*'.

Em 1990, segundo Cruz (2010), o Programa de Formação do 13 de Maio NEP, está desenvolvido com os seguintes cursos:

- 1) Questão de Sindicalismo;
- 2) Plano de Ação e Administração Sindical;
- 3) Campanhas Salariais;
- 4) Técnicas de Expressão e Dinâmica de Grupos;
- 5) Noções Básicas de Economia Política;
- 6) A Organização nos Locais de Trabalho;
- 7) Histórias das Revoluções Contemporâneas;
- 8) Histórias do Movimento Operário Sindical no Brasil;
- 9) Análises de Conjuntura²³;

Segundo Cruz (2010) com a crescente demanda por atividades por curso de formação por todo o Brasil, a Equipe do 13 de Maio NEP, fixada em São Paulo, não conseguia mais atender todos os pedidos. Em 1988 surgiu a necessidade e a ideia de dar início a formação de multiplicadores do Programa de Formação da Entidade. No mesmo ano de 1990, a equipe do NEP 13 de Maio, decide pela implantação do Programa de Formação de Formadores

num contexto político pós primeira derrota eleitoral da candidatura Lula, diante da qual a reação da ‘militância dos movimentos sindical, popular, pastoral etc. no Brasil era de perplexidade’. Por outro lado, quando da elaboração do relatório de avaliação, já em 1992, o ‘clima’ político era o da iminência do *impeachment* do então presidente Collor de Melo, expresso por massivas manifestações populares de repúdio. Dada essa conjuntura, a Equipe vinha trabalhando bastante para dar conta dos pedidos e limites. Verificava-se que, nesses momentos, sempre ocorria um aumento da procura por atividades de formação e a Equipe vinha trabalhando bastante para dar conta dos pedidos. Também em 1992 falece o educador e coordenador do Programa de Formação de Monitores, Humberto Bodra. Sua perda abalou toda a Equipe que, mesmo assim, buscou se reorganizar (SILVA, apud CRUZ, p.147. Grifos do autor).

Cruz (2010), relata que a experiência de formação política do 13 de Maio NEP nos mostra que a formação política levada à sério pode resultar em uma grande contribuição para a organização e a luta dos trabalhadores. Ao longo dos anos, a equipe do NEP 13 de Maio continuou a realizar os cursos do programa básico, os cursos de

²³ Além do curso, foi criado o boletim Crítica Semanal de Economia do Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio São Paulo, SP. Este boletim de análise de conjuntura é escrito por José de Souza Martins, economista e ex-professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Consulta disponível em www.criticadaeconomia.com.br. Na construção de ‘*outro referencial de formação*’ e um outro conjunto de cursos de formação.

aprofundamento e deram continuidade ao chamado curso de formação de formadores, que é o Curso de Formação de Monitores. Ainda estão em andamento as turmas de monitores²⁴.

Num contexto em que a maioria das experiências não reconhecem como atuais as históricas bandeiras de luta da classe trabalhadora, o 13 de Maio NEP, continua a desenvolver o trabalho de mais de 35 anos. Cruz assiná-la alguns dos aspectos do processo de formação

O desenvolvimento de um trabalho de formação política tem um papel a cumprir nesse cenário. Apontam que para ser superada a lacuna, ‘exige-se um esforço de formação destinado, não apenas a socializar as vivências históricas, pelas quais boa parte não passou, como para fornecer os elementos básicos para compreensão da realidade e meios de ação para transformá-la’.[...] tais atividades devem preservar seu caráter plural, tornando-se um instrumento que permita a democratização e a participação qualitativa daqueles que despertam para a necessidade de lutar por seus direitos. Um curso, um seminário, ou outra atividade educativa pode fazer com que os participantes olhem mais profunda e criticamente sobre sua prática e possam potencializar suas ações. Isso é conseguido com atividades que permitam aos participantes conhecer os elementos básicos do funcionamento de nossa sociedade e de sua história, dominar elementos de planejamento de suas ações de reflexão sobre a organização nos locais de trabalho, de exercício de análise de conjuntura e outras iniciativas que potencializem a participação e preparem as pessoas para assumirem, como sujeitos conscientes, seus destinos e de seus movimentos. Por isso é facilmente compreensível a razão pela qual a formação foi, nos últimos anos, considerada pela maioria das entidades como uma prioridade, ainda que tal prioridade tenha sido, por vezes, encarada como uma mera formalidade. (13 de Maio NEP, 1994, p. 8) A apresentação de um programa de formação política não podia criar a ilusão de que todas as mazelas dos trabalhadores seriam resolvidas. Por alertavam para o fato de que ‘um esforço educativo, por si só, não tem a capacidade de solucionar esse problema que tem raízes muito mais complexas e profundas’. Para eles, muitos confundiam a formação com ‘a simples execução de atividades isoladas, eventuais e sem continuidade’. Corriam atrás de eventos conjunturais e raramente conseguiam elaborar planos estáveis de formação permanentes. Há também os que concebiam a formação de forma utilitária, esperando resultados imediatos, como ‘a formação de uma chapa, para resolver um problema na diretoria, para atrair novos militantes’, e acabavam perdendo a especificidade do trabalho educativo que desaparecia no ativismo. O mais grave, no entender da Equipe, ‘foi o fato da formação ter sido direcionada para a disputa interna em torno do poder nas instituições, entidades e movimentos dos trabalhadores’. Ao contrário de formar para compreender uma realidade, entendê-la de forma crítica para agir sobre

²⁴ Neste ano de 2018 e 2019, estão em andamento a 31ª e 32ª Turma de Monitores, em São Paulo, com monitores de vários estados do Brasil.

ela, a formação foi dirigida para o ‘esforço de posições políticas contra outras’²⁵ (CRUZ, 2010, p. 154-155).

Muitas foram as experiências acumuladas apresentadas nesse longo relato. Estas questões que fazem parte dos problemas fundamentais do processo de educação dos trabalhadores feitos pelos sindicatos e pelos movimentos sociais numa perspectiva de luta e resistência a sociedade capitalista. O processo educativo junto ao movimento dos trabalhadores está, quase sempre, perpassado por questões de divergências e disputas próprias aos movimentos sociais.

O processo formativo quase sempre é tratado, dentro dos movimentos, como algo que interfere no controle de suas direções. Isso por apresentar uma leitura da realidade presente, da história, da elaboração teórica e ainda apresentar perspectivas de ações futuras. Além de arregimentar pessoas qualificadas e/ou em processo de formação. Por isso, é visto por muitas lideranças e direções como algo que deve ser executado com acompanhamento e controle. Que costuma interferir nas disputas eleitorais de movimentos, das categorias, centrais, partidos e outros.

Cruz aponta que os dirigentes e militantes procuram no 13 de Maio NEP a formação marxista que não encontram em suas formas de organização. E, por outro lado

mostra também a extrema fragilidade em que se encontram nossos movimentos, sindicatos e partidos políticos de esquerda no Brasil. Infelizmente, a formação teórica-política da classe trabalhadora parece estar sendo deixada de lado, e se juntarmos a esse fato a fragilidade e a fragmentação da esquerda na atualidade, teremos um quadro crítico de como está a luta de classes em nosso país por parte da classe trabalhadora (CRUZ, 2010, p. 171).

Após fazermos uma longa contextualização das quatro maiores referências de formação no Brasil nos últimos 120 anos, tentaremos compreender a história específica do sindicato dos professores no Distrito Federal, como parte e continuidade desta história de construção de educação dos trabalhadores.

²⁵ Esse trecho longo, é parte das Avaliações sobre o resgate da história do 13 de Maio, que constou de citação de parte dos textos escritos nos documentos internos, mimeografados, fruto da pesquisa de SILVA, 2008 e CRUZ, 2010.

3 - Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

As experiências de estudo e pesquisa sobre a organização dos trabalhadores em educação tem sido crescente nos últimos anos. Mais ainda, a partir da criação da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, Rede ASTE, que tem sido uma importante impulsionadora e divulgadora desta área tão importante e massiva²⁶ dos trabalhadores brasileiros.

Um dos referenciais na organização e luta dos trabalhadores em educação está no sindicalismo e associativismo da CPB, que vem a ser a CNTE. É com a CPB (Confederação dos Professores do Brasil) o início das lutas dos docentes em nível nacional pela aposentadoria especial, segundo Amarilio Ferreira Jr.

A luta sindical da CPB pela conquista da aposentadoria aos 25 anos remonta ao início da década de 1970. Logo após a aprovação da Lei 5.692/71, que instituiu a dimensão profissionalizante da categoria dos professores públicos de primeiro e segundo graus, a CPB passou a reivindicar da ditadura militar (1964-1985) o benefício previdenciário especial para a categoria do magistério [...] Assim sendo, a reivindicação da aposentadoria aos 25 anos, marco da profissionalização docente em âmbito nacional, originou-se no contexto de um regime político autoritário. Entretanto, a recusa da ditadura militar em atender o pleito dos professores transformou a luta pela aposentadoria aos 25 anos numa das reivindicações associativistas que deslocou a CPB para o campo das organizações da sociedade civil que lutavam pelas liberdades democráticas (FERREIRA JR, 2013, p. 151).

O embate maior desta luta, alcançou com a conquista da aposentadoria especial para professores na Constituição Federal em 1988. Já no final dos anos de 1980, que a CPB se transformou em CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), e continuará a atuação dos trabalhadores em educação.

Surgida durante o XXII Congresso Nacional da CPB (Confederação de Professores do Brasil), realizado em Campinas-SP, de 7 a 12 de janeiro de 1989, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) é uma entidade civil de caráter sindical de massa, autônoma, independente e democrática (SINPRO, 1990, p. 12).

A CNTE realizou lutas no final dos anos de 1980 e 1990, com as bandeiras nacionais, que envolveram muitos sindicatos em todo o Brasil. O Sinpro-DF contribuiu e participou das lutas nacional organizadas e convocadas pela CNTE, inclusive com diretores fazendo parte de sua direção nacional. E esta confederação

se propõe a organizar os trabalhadores em educação (professores, funcionários de escola, orientadores e supervisores educacionais) por

²⁶ Em documento do INEP, “em 2002, o Censo Escolar registrou um total de 2,4 milhões de funções docentes em creches, pré-escola, classe de alfabetização, ensino fundamental e ensino Médio, para um total de 50,6 milhões de alunos matriculados nesses níveis de ensino” (DAL ROSSI, 2011, p. 18).

suas reivindicações imediatas e histórica: Plano de Carreira, piso salarial nacionalmente unificado, autonomia curricular das escolas e uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de conteúdo popular e democrático. Tudo isso articulado à perspectiva histórica dos trabalhadores de transformação da sociedade brasileira. (SINPRO, 1990, p. 12).

Essas lutas se deram numa realidade capitalista e num contexto de discussão de uma educação contra hegemônica, e na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Embora as lutas e conquistas dos trabalhadores em educação estivessem diretamente ligadas à sua organização, constata-se que ainda são poucos os trabalhos acadêmicos sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação²⁷. Ainda se referenciam na Educação em geral e principalmente nas políticas para a educação de uma forma idealista. Fruto apenas de uma lei e/ou determinações administrativas ou de gestão, que, quase por si só, se realizando sem os sujeitos que as tornariam concretas. Nesse sentido é preciso materializar a construção dos processos educativos, a começar com quem as tornam possíveis de existirem, os trabalhadores em Educação.

As conquistas e melhorias nas condições de trabalho dos trabalhadores em educação podem trazer ganhos para a Educação, no processo de valorização dos profissionais. Nesse sentido, a importância do resgate de um pouco da história política e das lutas dos profissionais da educação. Segundo Monlevade (2014) houve um inegável ganho salarial para mais da metade dos professores públicos da educação básica do Brasil, principalmente no Nordeste e nas escolas rurais das redes municipais.

Ao falar das lutas nacionais, mais recentes, Monlevade (2014) aborda ‘a revalorização de 1997 a 2011: mudanças institucionais de luta salarial’ e apresenta as lutas específicas em

cinco principais movimentos:

- 1) A municipalização do ensino patrocinada pelo FUNDEF;
- 2) A frustração do Plano Nacional de Educação 2001/2010;
- 3) As vitórias do FUNDEB;
- 4) A sanção da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério e as turbulências em sua implantação;
- 5) E a profissionalização dos funcionários com a Lei Fátima Cleide (MONLEVADE, 2014, p. 89).

Os itens levantados acima, de âmbito nacional foram parte de lutas de mobilizações nacionais. Para Monlevade os movimentos nacionais em defesa de

²⁷ A partir de 2008, com a criação da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, a Rede ASTE, constituiu-se um espaço privilegiado de ‘estudos históricos sobre as peripécias do associativismo e do sindicalismo docente e que contribuem para a formação da história do campo’ (Dal Rosso, 2011).

Educação tiveram dois momentos de luta: desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando da elaboração da Constituição de 1988²⁸, a constituinte e a defesa da LDB da Educação, respectivamente, e a Luta pela aprovação do Piso Nacional dos Professores, já na década seguinte. “Em 16 de julho de 2008, depois de muita luta, marcha, passeata, greves, negociações, e no apagar das luzes do prazo dado pela Lei nº 11.497, de 2007, foi aprovada a lei do piso, de nº 11.738” (MONLEVADE, 2014, p. 93).

Com isso pode-se conseguir “melhoria salariais ao longo do tempo”.

Um grande movimento e uma grande vitória que devemos registrar e que interessa a toda a educação e à sociedade, mas principalmente a 1.200.000 funcionários de escolas públicas, é o reconhecimento, pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, desses trabalhadores da educação como ‘profissionais da educação’, desde que devidamente habilitados em nível médio ou superior (MONLEVADE, 2014, p. 94).

Com isso, a consolidação da unificação do segmento magistério com os auxiliares de ensino, como as lutas dos trabalhadores em educação. “Essa é uma reivindicação que nasceu com a própria unificação da CNTE, fruto da evolução da sociedade e da revolução da concepção de educação pública, que de elitista e seletiva, queremos democrática” (MONLEVADE, 2014, p. 94).

Fruto do processo de reorganização das lutas dos trabalhadores, no contexto do chamado “novo sindicalismo”, em 1983, fundou-se²⁹ a CUT. Os trabalhadores em educação em suas mais variadas organizações, foram também se vinculando a centrais sindicais. No contexto de unificação das lutas e construção da nova central, Monlevade (2014) aponta os caminhos que levaram ‘os sindicatos ligados à CPB e depois à CNTE, e ela própria, se filiaram à CUT’.

Em relação ao processo de sindicalização dos outros trabalhadores em educação com as centrais sindicais, com o passar dos anos,

O mesmo aconteceu com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Seção Nacional (ANDES/SN), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades (FASUBRA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), principalmente depois que a Corrente Sindical Classista, organizada

²⁸ Parte central das últimas atividades da política de Formação Sindical do Sinpro-DF para delegados sindicais tem sido na defesa da chamada ‘Constituição Cidadã’, de 1988. Dentre outras conquistas, está assegurado o direito à aposentadoria especial para o magistério, em 5 anos antes que a idade geral e/ou tempo de serviço, da regra geral, após algumas reformas no texto original da Constituição Federal.

²⁹ Segundo os registros da época, o NEP – 13 de Maio (de 1982) terá um papel importante na ruptura com os chamados “pelegos” e a fundação da CUT.

maioritariamente com o PCdoB, decidiu-se pela CUT³⁰ (MONLEVADE, 2014, p. 97).

As experiências de lutas dos trabalhadores em Educação Básica pública (filiados à CNTE) e da docência no Ensino Superior pública (filiados ao ANDES/SN), além constituem suas histórias próprias, fazem parte da história da educação no Brasil, com um capítulo a parte na história das organizações dos trabalhadores brasileiros e de seus projetos de sociedade enquanto classe. Saviani (2017) faz uma breve referência sobre esse processo histórico organizativo que seguiram ‘os professores do ensino superior’

No final da década de 1970 foram sendo criadas, em cada instituição, as respectivas associações de docentes. E em 1981, no Congresso Nacional de Docentes de Ensino Superior, foi fundada a ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), com a participação de 67 associações de professores de instituições de nível superior.

Articulada a essa intensa mobilização, ocorreu, também, na década de 1980, uma significativa ampliação da produção acadêmica-científica, amplamente divulgada por cerca de 60 revistas de educação surgidas nesse período e por grande quantidade de livros. As principais editoras criaram coleções de educação, abrindo-se, editoras especializadas na área (SAVIANI, 2017, p. 115).

O processo de organização e luta dos trabalhadores em educação merece um aprofundamento que demonstre todo o seu desenvolvimento de décadas de história e de contribuições com lutas específicas e geral dos movimentos organizados no Brasil. Estas experiências se dão nas dimensões municipais, estaduais e nacional que compõe o conjunto de uma história a ser estudada enquanto associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil, nos países da América e no mundo.

³⁰ Hoje o quadro da filiação de sindicatos às centrais é um pouco mais amplo: o ANDES/SN é filiado a CSP-Conlutas; a FASUBRA não traz em seus endereços públicos a sua filiação a central sindical; os sindicatos que se aproximam da linha da Corrente Sindical Classista estão mais próximos da CTB.

Seção III - O Contexto de Surgimento do SINPRO-DF

A história de luta dos trabalhadores em educação no Distrito Federal, mais especificamente da maioria de professores, é registrada desde as primeiras reivindicações antes mesmo da inauguração de Brasília, antes dos anos 60. Depois com a constituição da Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília lutando pela realização das promessas que haviam sido feitas.

Este caminho passou pelo percurso da criação da Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília, em 1961, e depois pela organização em associação de professores. Mais tarde acontece a primeira greve de professores no DF, e uma das primeiras durante o governo militar. Este, além de governar o país, também indicava o governador do Distrito Federal, para administrar a capital federal. “Em 08 de dezembro de 1975, após 12 anos de silêncio e repressão, um grupo de 38 professores funda a APDF, Associação dos Professores do DF.” (SINPRO-DF, 1990, p. 07) E depois, mais tarde, em “20/09/1978 – A Associação recebe o registro junto ao Ministério passando a ser APPDF – Associação Profissional dos Professores do DF”.

E em 14 de março de 1979, é reconhecida a Carta Sindical ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal.³¹ Em maio de 1979, o sindicato sofre a intervenção é ocupado por interventores. A relação de sindicato sob a referência no/do Estado vai permear os quase 50 anos, desde Getúlio ao início dos anos 80.

Nos mais variados momentos de sua história, o Sinpro-DF sempre tentou fazer da formação sindical um importante instrumento de sua organização. Seja em palestras, seminários, encontros, reuniões, cursos e todo e qualquer espaço coletivo. Além disso a imprensa sindical tem um papel importante nesse contínuo trabalho de organização do conjunto da categoria. O Quadro Negro é um jornal importante veículo de informação e defesa de posições políticas na categoria. “Nestas décadas de lutas, professores e professoras nunca temeram os agressores da democracia” (SINPRO-DF, 2014, p. 1). Objetivamos reconstruir parte a história da formação política relacionada a história geral da categoria e do sindicato.

1 - A História do Sinpro-DF

No seu endereço eletrônico oficial é contado parte da história do sindicato.

³¹ Embora o sindicato já exista no início da organização e na luta, só passa a existir se tiver o reconhecimento do patrão, da estrutura do Estado?! Nessa lógica, o estado se impõe como algo acima das disputas de classes. E o sindicato já nasce com essa relação de subordinação com o Estado.

“O Sindicato dos Professores no DF foi fundado em 14 de março de 1979. Seu embrião foi a Associação Profissional dos Professores do DF. A gestão do Sindicato é colegiada, formada por treze secretarias. Representou até outubro de 2005 os professores das escolas públicas e privadas, ano em que foi fundado o sindicato exclusivo dos educadores das escolas particulares. Atualmente possui cerca de 32 mil filiados, entre professores e orientadores da ativa e aposentados da Secretaria de Educação do DF”. (SINPRO-DF³²)

O Sindicato dos professores do Distrito Federal representa os professores e especialistas em educação da rede pública do DF. Hoje o Sinpro-DF tem uma base sindical de cerca de 41 mil trabalhadores. Sendo 28 mil na ativa e 13 mil aposentados. Tendo 34 mil filiados. É o maior sindicato do DF, um dos maiores do Centro-Oeste, e uma das referências no setor da educação no Brasil.

Ao longo de sua existência de 39 anos, sempre exerceu uma forte influência no DF e entorno. É uma das principais marcas na história da cidade com suas lutas.

Em todas as diretorias da CUT-DF, tem representantes do Sinpro-DF. E estes geralmente ocupam papel de destaque na direção da central. É o sindicato de maior referência da CUT no DF.

Desde a fundação do Sinpro-DF e em vários momentos da sua trajetória, os registros das lutas da categoria entrelaçam-se, confundem-se com a própria história da sociedade brasiliense e, até mesmo, com a do Distrito Federal. Muitas vezes, contar essa trajetória é discorrer sobre uma coisa só. As histórias simplesmente andam juntas e se complementam (SINPRO, 2016, p. 28).

Em quase todas as discussões que acontecem na educação do Distrito Federal nada passa, de alguma maneira ou de outra sem o conhecimento ou influência do Sinpro-DF. As políticas em educação e para a educação, que sempre são feitas, executadas com os trabalhadores em educação, fazem com que esta entidade ocupe um espaço de destaque. Sobretudo quando se resgata o seu papel de luta e protagonismo das discussões ligadas a educação e aos profissionais da educação, organizados ou não, em torno do sindicato.

O Sinpro-DF tem em sua história muitas lutas e conquistas que influenciam a educação e outras áreas com as quais ela tem relação, como a cultural, as questões sociais, dos direitos humanos, das mulheres, da infância, de gênero, de raça, de LGBTs, religiosa e outras. Seja por parte e iniciativa da diretoria, dos militantes da categoria, ou simples membros da base da categoria que acionam o sindicato e fazem um sindicato bem atuante. Tornando uma grande referência para os outros sindicatos no DF.

³² Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/secretarias/site> oficial. Acessado em 05/07/2018. Está desatualizada esta informação no site.

Outro aspecto importante é a relação direta e pessoal que os professores têm que exercer todos os dias, nas escolas de educação básica, na relação de ensino-aprendizagem, para além das perspectivas de vivência imediata e da construção de futuro da população a que estão vinculados. Uma ação organizada dos professores tem uma abrangência nas cidades e em todo o DF. Se tiver a colaboração do Sinpro-DF, costuma ter um amplo alcance na divulgação.

Todas essas possibilidades de relacionamento fazem com que muitas questões fiquem constantemente em foco sobre a situação da educação e dos professores. Esse potencial faz com que muitos acreditem que, toda e qualquer possibilidade de mudança passe pela educação e/ou escola. Ou que cabe a ela um papel privilegiado de mudança. Por outro lado, muitos atribuem à escola a responsabilidade primeira nos processos de insucesso social. E a culpabilização da escola em relação as mazelas sociais.

Todos estes aspectos estarão presentes nos vários posicionamentos que vão defender a necessidade de um processo de formação dos professores, de formação de trabalhadores. Seja para as mudanças no campo estrito do trabalho escolar, seja numa dimensão ampla de transformação da sociedade. Estas tensões também fazem parte dos dilemas enfrentados pelos educadores todos os dias, mais de uma vez ao dia, ao longo de seu processo de trabalho.

Sobre isso se colocam algumas questões iniciais: qual papel cabe a formação? Para essa questão, temos que fazer outras questões como que tipo de formação estamos nos referindo. E para quê. Onde a formação influencia no processo de transformação da sociedade. E para qual tipo de sociedade. Estas questões não precisam ser respondidas neste momento, mas servem de fio condutor a recuperação de aspectos da história.

De forma geral, o campo do objeto de nosso estudo é a Formação Política Sindical feita pelos trabalhadores organizados em sindicato e que estão inseridos no campo da educação.

Num dos jornais do Sinpro-DF, quando se tentou resgatar parte de sua história, começa com o relato de uma diretora, falando sobre a intervenção, na ditadura em 1980, na necessidade da formação de uma chapa, e com a participação de mulheres. Nestes processos estavam ligados a necessidade da formação.

A formação política-sindical é a principal ferramenta dos(as) professores(as) e dos(as) pedagogos(as) orientadores(as) educacionais do magistério público do Distrito Federal, cujo objetivo é fortalecer o movimento do magistério público (SINPRO-DF, 2016, p. 8).

Ao longo de sua história de 40 anos, o Sinpro-DF tem registro de uma política de formação sindical para toda a categoria, a pelo menos 30 anos, como registra Souza e Rêses.

Buscaremos compreender a Política de Formação Sindical de forma planejada e organizada pelo sindicato e a sua relação com a CUT. Podemos dividir a histórica da Formação Política Sindical do Sinpro-DF, em três momentos: 1º) Cadernos de Formação, 2º) Atividade de Curso de Formação com o NEP 13 de Maio e CES (Centro de Estudos Sindicais), e 3º) Formação com a ECOCUT, Apolônio de Carvalho. (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 73-74).

Nos meados e final dos anos de 1980, no interior da categoria havia muitas discussões políticas e seus grupos organizados. Este processo estava de acordo com a efervescência do momento político do país, de (re)organização dos movimentos dos trabalhadores.

É nesse contexto que o Sinpro-DF, contribuiu com os Cadernos de Formação. De forma geral, as elaborações do Sinpro-DF, podem ser sintetizadas assim:

1º) Os Cadernos de Formação 1 e 2:

No Sinpro-DF, o material de Formação, 1989 e 1990, reproduziu a lógica da 1ª fase classista e anticapitalista, em dissonância com a CUT nacional, no período. No primeiro caderno encontramos uma afirmação mais classista, síntese de todo o período inicial de construção e ascensão das lutas sindicais cutistas:

- a) o referencial de classe dos trabalhadores;
- b) a organização pela base e história do sindicato geral e específica.
- c) a afirmação de que, para as mudanças sociais necessárias, tem que se ter uma organização maior que o sindicato, a organização partidária;
- d) defende a participação nas disputas de cargos eletivos na sociedade; o caráter anticapitalista.
- e) E rumo a uma sociedade socialista; a importância da Bibliografia de Referência³³ de luta e resistência. (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 74)

Se no primeiro caderno encontramos mais forte as definições políticas, o segundo caderno se preocupa mais em fazer um resgate sobre a história da entidade.

No segundo caderno encontramos o resgate da história do sindicato, das diretorias anteriores até a atual (1990); os aspectos gerais e específicos da organização interna do Sinpro: as diretrizes estatutárias, a estrutura de organização, as instâncias de participação, o funcionamento dos mecanismos sindical no dia a dia e a centralidade na participação do sindicato por meio da figura do delegado sindical (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 74).

³³ A estrutura central da Bibliografia do Caderno 1 é o material do NEP 13 de Maio, numa perspectiva classista.

Os cadernos de formação do sindicato foram uma grande contribuição ao debate interno e externo a categoria. Ampliou para outros segmentos externos a categoria, como setores do movimento estudantil.

Ao analisar a história da política de formação sindical da CUT, nos anos 1980, Tumolo (2002), diz que no primeiro período, entre 1984 e 1986 [...] a formação sindical buscou se construir sob uma perspectiva claramente classista e anticapitalista. E que tal linha política se apresentava “com o objetivo de oferecer aos quadros militantes um aporte teórico-político necessário para municiá-los não só para a luta estritamente sindical, mas sobretudo, para a luta de classes, com vistas à construção de uma sociedade socialista”. (TUMOLO, 2002, p. 18)

A segunda fase da política de formação sindical cutista, Tumolo (2002) define como aquela que ‘adquire um caráter de formação instrumental, que busca preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical’. Já a terceira fase como ‘o advento da formação profissional e a tendência caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador, dentro da ordem capitalista’. Isso no programa da CUT nacional.

Em um contexto local, o Sinpro-DF, tem um 2º momento da história da sua formação sindical, marcada por uma tentativa de retomada na proposta de formação entre 1993 a 1996, para Souza e Rêses.

Sabe-se que nesse período desenvolveram-se algumas experiências de Formação Política, com a proposta do NEP 13 de Maio e do CES (Centro de Estudos Sindicais). Mas ainda não estão disponíveis os registros históricos³⁴ da época.

Foram cursos, palestras e debates. Mas não se têm documentos novos escritos, apenas relatos. Tinham como referência os dois Cadernos de Formação anteriores (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 75)

Este é um período que ainda merece muitos estudos sobre a história do Sinpro-DF e da sua política de formação sindical. Este foi um dos mais ricos processos da histórica do sindicato.³⁵ E que deixou marcas até hoje pouco compreendidas pelo conjunto da categoria. Naquele momento, entre 1996 e 1997, havia uma

³⁴ Todo o Centro de Documentação do Sinpro-DF está sendo digitalizado. Ainda não tivemos acesso e estes registros.

³⁵ Só conseguimos um segundo acesso ao CEDOC, do Sinpro-DF, em 05/04/2019, de forma que fizemos uma única consulta e registro ao material digitalizado. As explicações são de que parte do material ainda precisa ser digitalizada. E outra parte se perdeu. Não se informa exatamente o que dos documentos, guardados em caixa, anteriormente se perderam. Outra questão foi que o processo de digitalização foi interrompido e suspenso o contrato com a primeira empresa. E que hoje, o processo está paralisado a cerca de dois anos. Uma outra questão, é que não se sabe ao certo, mas há um processo de não dar muita ênfase

tensão entre o papel do sindicato: o governo de “esquerda” (Cristovam Buarque, do PT) e a diretoria do sindicato (com a maioria dos diretores filiados ao PT) renderam muitas discussões na base da categoria.

A mudança abrupta na direção do Sinpro (em decorrência dos acontecimentos das greves de 1996), as disputas de concepção de sindicato e independência ou não, perante o governo e ao partido (PT) tencionaram a luta.

Em 1997, na primeira Assembleia do ano, houve a devolução, para a base, de 9 diretores³⁶. Houve também a suspensão de uma discussão de formação e de construção pedagógica, a partir de alguns diretores da gestão do sindicato.³⁷

Todo esse processo interrompe uma proposta de Formação em andamento (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 75)

Neste segundo momento da Formação sindical do Sinpro-DF, dar-se início a formação através de um processo de reunião de grupo/turma, com a mediação de um condutor, monitor, palestrante responsável por direcionar a atividade formativa. Houve a superação de um momento individualizado das leituras dos cadernos, que era predominante, para uma ação coletiva e mediatizada. As atividades eram realizadas por duas entidades que realizaram as formações. Os cursos e debates foram as marcas dessa mudança. Além do poder agregador e coletivo das discussões, construções e divergências.

O contexto de construções das discussões pedagógicas e políticas no dia-a-dia da categoria, também se faziam presentes nas experiências dos participantes. As faces mais significativas desses poliedros que se tornaram as ricas experiências de construção da formação estavam relacionadas com os temas: categoria, fazer pedagógico, governo, sindicato, partido, gestão, relação ensino-aprendizado, comunidade escolar e sociedade, etc, não deixaram de estar nestas discussões³⁸.

ao período dos anos de 1990, pois o campo político atual assume a diretoria após ganhar as eleições em 2001, ficando até este ano 2019, por seis mandatos seguidos. Neste momento há eleições no Sinpro-DF.

³⁶ Estes diretores foram chamados de “governistas”/“cristovistas” durante a greve de 1996.

³⁷ As disputas internas por espaço de direção no sindicato e de influência junto ao governo local e ao PT, para muitos, foi o motivo real da devolução de diretores à base.

³⁸ Neste momento, tanto por parte do governo, como do sindicato e dos grupos de professores havia uma disputa de projeto de concepções de educação e de sociedade. O Governo apresentava a formulação da Escola Candanga, junto com a jornada ampliada. A discussão pedagógica era frequente e foi apresentado a concepção pedagógica do projeto Vira-Vira Brasília a Educação. O sindicato tencionava sobre a melhoria nas condições de trabalho e da carreira. O PT local tentava administrar as tensões entre ser governo, ser direção do sindicato e estar em sintonia com os filiados e simpatizantes ao partido na categoria e fora dela. O PT nacional via a possibilidade de transformar Brasília em uma grande vitrine eleitoral. Um desses tensionamentos foi a discussão sobre o apoio ou não ao programa assistencialista do Bolsa Escola?! O governador Cristovam Buarque, em 1998, é o primeiro a assinar a Lei de Responsabilidade Fiscal contrariando o PT. Essa foi a saída do governo ao resultado da tensão da greve de 1996. E acontece outra greve em 1998, mais devastadora que as anteriores. Com 69 dias parados e nenhum ganho. Vários atritos e os militantes divididos. Tudo isso em um ano eleitoral, em que o governo tentava a reeleição. Com certeza, todos esses ingredientes constituiriam um rico processo de conflitos, que seria matéria-prima (ou combustível) para um ‘sui genere’ processo de formação política sindical.

Um dos colaboradores financeiros do programa de formação foi a *Lärarförbundet*³⁹, Sindicato de Professores da Suécia. Em 1993, já há registros de parceria com esta entidade em eventos de participação ligados a formação e/ou atividade políticas como congressos. Com a interrupção do processo de formação em 1997, não se sabe se foi suspensa ou não, a parceria financeira da *Lärarförbundet*⁴⁰ com o Sinpro-DF.

Com relação as entidades de formação, CES⁴¹ e NEP 13 de Maio⁴², marcaram este período, e contribuíram na mudança para um formato coletivo da formação.

É neste período que nasce um dos protagonistas do 3º momento do Sinpro-DF, mas que só entrará em cena 10 anos depois, com a necessidade de uma política de formação sindical da CUT nacional.

Neste mesmo período, houve a criação da ECOCUT, Escola Centro-Oeste de Formação Sindical, e de outras escolas da CUT⁴³ em todas as regiões do Brasil.

No DF, a criação da ECOCUT, Apolônio de Carvalho, em 1993, não muda a prática da formação. Nos primeiros anos, a ECOCUT não chega a realizar nenhum curso e depois sua sede é transferida para Goiânia-GO. Neste momento há um intervalo entre estes dois grandes referenciais de processo de Formação, no Sinpro-DF, o inicial e o último (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 75).

Depois de um período de ausência sobre a existência de uma proposta de formação sindical do Sinpro-DF, Souza e Rêses (2017) apontam estranheza ao constatarem que sobre o 3º momento que “a proposta de formação sindical com a ECOCUT (2004 até

³⁹ A *Lärarförbundet*, o Sindicato do Professores Nacional da Suécia, apoia através de parcerias as atividades de formação com outras entidades em outros países. Aparentemente, seu interesse é apenas de formação. Mas esta entidade é a representante, a partir de filiações sindicais da LO e TCO, que são: em última instância agenciador de uma determinada concepção e associação de uma linha política internacional, que disputa as intervenções políticas gerais com uma concepção de sociedade. Que neste caso, a linha da social democracia europeia, pós 2ª Guerra Mundial que vai se referenciar na proposta do Estado de Bem-Estar Social, EBES. Segundo nosso entrevistado E-5, ‘em muitos países europeus os sindicatos têm acesso a recursos (fundos) públicos para investir em atividade de formação’. Falaremos mais sobre esta entidade no capítulo IV.

⁴⁰ Estão registradas menções de apoio da *Lärarförbundet* nas atividades de formação, nos materiais produzidos pela a CNTE. Consta no site da CUT, o apoio da entidade suéca, ao curso de Formação de Formadores da CUT/SP.

⁴¹ O CES, hoje Centro de Estudos Sindicais e Trabalho, ainda hoje está em atividade. O CES tem orientação política mais próxima ao PCdoB. Uma secretária de formação de 1996, hoje é a decana de extensão da UnB. A outra foi ‘devolvida’ a base da categoria.

⁴² O NEP 13 de Maio é uma das entidades mais longevas, ligada a formação, e ainda em exercício. O NEP 13 teve sua proximidade e orientação mais voltado para um sindicalismo de base e oposições sindicais. Ajudou no processo de fundação da CUT e na formação política inicial. Tem sua orientação em um sindicalismo classista, independente e que aponta para uma ruptura de classe com a sociedade burguesa. Se vincula na perspectiva da emancipação.

⁴³ Escolas Sindicais: ECOCUT, Escola Sindical São Paulo, Escola 7 de Outubro, Escola Sindical Nordeste, Escola Chico Mendes da Amazônia, Escola Sindical Sul, e Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ECOCUT, 2016)

2016)” não está divulgada no site do sindicato. E apenas “no sítio da ECOCUT é contada a história da formação sindical com o Sinpro-DF”.

Não há um motivo ou explicação sobre a não divulgação, no site do Sinpro-DF, deste programa que se tornou, uma das principais atividades do sindicato nos últimos anos. O sindicato dispõe de uma intensa cobertura de divulgação de imprensa e eventos. Contudo, não há uma só divulgação própria, do Sinpro-DF, sobre seu Programa de Formação Sindical. Não se sabe se é algo proposital. Mas deixa, exclusivamente, com a ECOCUT a publicação sobre esse programa.

Somente na página oficial da Escola Centro Oeste da CUT, Apolônio de Carvalho, há um único e grande texto de divulgação da proposta de Formação Sindical do Sinpro-DF. Começa fazendo um comentário sobre ausência da formação.

A categoria dos (as) professores (as) no Distrito Federal passou, na década de noventa, por um longo período de distanciamento do processo de formação política. As consequências logicamente foram às piores possíveis com ações despolitizadas que levaram à fragmentação e a disputas desrespeitosas, uma vez que o único objeto da luta e organização sindical eram as assembleias que cumpriam o papel de debater a campanha salarial (ECOCUT⁴⁴. Acessado em 27/04/2019).

O site da ECOCCUT apresenta a última atualização ainda de 2012. E comenta sobre a parceria estabelecida pela CUT, ECOCUT e Sinpro-DF.

Através do projeto de formação política estabelecido pela CUT, e da parceria firmada com a ECO/CUT, o SINPRO em 2004, começa uma nova organização da categoria iniciando a formação de delegados e de representantes sindicais. Inicia-se, então, um processo de resgate da organização da categoria a partir da reflexão de conteúdos significativos como - a disputa de classes, os princípios e a concepção da CUT, a organização do local de trabalho (OLT), raça/etnia, a emancipação da mulher e o combate à violência doméstica, e outros temas que abrangem não só a luta da categoria, mas, a organização social na ótica dos trabalhadores (as) (ECOCUT⁴⁵).

Segundo Souza e Rêses (2017) ‘este foi o programa de formação mais duradouro do Sinpro’. Iniciou-se em 2004 com um Curso Básico de Formação de Representantes Sindicais e vem ampliando-se ano a ano.

No site da ECOCUT há uma explicação sobre o programa de Formação do Sinpro-DF, com a escola de formação

O Programa de Formação se iniciou com um Curso Básico de Formação de Representantes Sindicais e vem se ampliando ano a ano. Hoje está organizado em 05 eixos:

⁴⁴ <http://apoloniodecarvalho.ecocut.org.br/index.php/80-ponto-de-vista/91-programa-de-formacao-do-sinpro-em-parceria-com-a-eco-cut>.

⁴⁵ Idem.

1. Cursos de Formação de Dirigentes e Representantes Sindicais de Base;
2. Cursos de Formação de Dirigentes e Representantes Sindicais Avançado;
3. Cursos de Formação Sindical dos/as Professores (as) Aposentados (as);
4. Seminários de Formação Política e Sindical com os Funcionários e,
5. Curso de Formação de Formadores⁴⁶ (ECOCUT, Consulta realizada: 27/04/2019).

Ainda no site da ECOCUT, a diretora do Sinpro-DF e coordenadora financeira da escola de formação da CUT, define os objetivos do programa de formação desenvolvido para o sindicato.

O Programa tem como objetivo, preparar os/as dirigentes e representantes sindicais para a organização e a ação sindical no local de trabalho, além de despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta, buscando articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas históricas dos professores e de toda a classe trabalhadora (ECOCUT⁴⁷).

Nesta prática de curso e sua concepção é reivindicada a educação freireana porque estaria de acordo com concepção metodológica praticada pela ECOCUT.

Concepção metodológica do Programa de Formação

A metodologia usada é da construção coletiva do conhecimento, sendo assim, vamos intercalando atividades que trazem e absorvem conhecimento do grupo para, dialeticamente, construir um novo conhecimento, partindo do acúmulo da política de formação da CUT, da ECO/CUT, do SINPRO e das experiências e saberes de cada um (a) envolvidos (as) nos processos formativos. Trabalhamos com a concepção de Educação Integral, que abrange as dimensões da educação informal e formal, buscando continuamente o reconhecimento social e institucional do saber acumulado pelos trabalhadores e trabalhadoras, na vida em geral e no trabalho em especial (ECOCUT⁴⁸).

2 - A Formação do Sinpro-DF e Programa de Formação da CNTE

A fase inicial do Programa de Formação Sindical, apresentado como o item 1, Curso de Formação de Dirigentes e Representantes Sindicais de Base, é feito com apostila e material de confecção e reprodução própria da ECOCUT. A segunda etapa da formação sindical do Sinpro-DF, apresentada como item 2, o Curso de Formação de Dirigentes e Representantes Sindicais Avançado é realizado com o material produzido e reproduzido pela CNTE, como parte de um programa nacional: O Programa de Formação da CNTE - Um novo conceito de atuação sindical.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem.

²² Ibidem.

O programa de formação próprio da CNTE, que abrange mais de 20 entidades nos estados, está organizado em eixos e fascículos. Este programa é desenvolvido em abrangência nacional em parcerias com os sindicatos e/ou escolas de formação. Nas primeiras edições dos fascículos, eram apresentados o apoio financeiro da entidade sueca *Lärartförbundet*, com a CNTE. Esta entidade já havia participado de parceria financeira com a formação sindical do Sinpro-DF, próximo aos anos de 1996, ainda no segundo momento da formação sindical deste sindicato. Ainda faltam mais informações atualizadas do funcionamento concreto de toda a estrutura e execução do programa da CNTE, com seus sindicatos filiados.

Vilmar José Both faz uma análise sobre a proposta do Programa de Formação da CNTE, *Um novo conceito de atuação sindical*. O programa é estruturado em quatro eixos e em 18 fascículos. O objetivo deste programa “é propiciar a formação de dirigentes sindicais de base de atuação das entidades sindicais e ‘proporcionar aos dirigentes de nossas entidades um olhar sobre si mesmos, isto é, um olhar sobre as atividades de formação política desenvolvidas pelas próprias entidades’ CNTE.” (BOTH, 2016, p. 61).

Esse processo é motivado pela “necessidade de um programa de formação de novos quadros no sindicalismo dos trabalhadores em educação vinculados à CNTE”, segundo Both (2016). Pois muitos desses “dirigentes forjados no ciclo de lutas que teve início em finais dos anos de 1970 estarem atuando *dentro dos governos, principalmente de administração Petista*, especialmente, na área federal, nos governos Lula e Dilma”. (BOTH, 2016, p. 62) [grifos do autor].

Em sua análise, sobre o que teria motivado o início do programa de formação, afirma Both

Na avaliação dos dirigentes da CNTE, esse necessário deslocamento de dirigentes sindicais para as esferas dos governos fez com que se abrisse uma lacuna frente às organizações sindicais e, os novos militantes que vem aderindo a tais sindicatos estariam ‘órfãos’, em muitas situações, de dirigentes preparados, tanto no que se refere a uma formação política mais ampla, quanto na tarefa de assumir a estrutura das entidades sindicais de maneira a utilizá-la como meio, instrumento de lutas”. (BOTH, 2016, p. 62).

A constatação da necessidade da formação não a faz acontecer. É necessário “demonstrar aos dirigentes sindicais a relevância da formação para a qualificação das ações do sindicato”, uma vez que, as diversas destas entidades sindicais “conduzem à não realização de formação políticas de quadros”, segundo Both (2016).

um programa que pudesse ser desenvolvido em caráter nacional pelas afiliadas à Confederação, de maneira a subsidiar a formação de dirigentes

que tenham condições de [...] manter as bases sólidas que foram estabelecidas, especialmente no decorrer da década de 1990, na luta contra o neoliberalismo, 'de um sindicalismo classista, democrático, de base, com liberdade e autonomia sindical, na busca da unidade da classe trabalhadora, tendo a CUT como ferramenta fundamental para o estabelecimento de um outro projeto de sociedade, justa e igualitária'. Foi nesse contexto que se formulou o programa de formação (BOTH, 2016, p. 62)

Para a elaboração da proposta de formação da CNTE, baseou-se na proposta já existente de Mato Grosso, que vinha sendo desenvolvida no Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT).

A estruturação do programa está organizada assim:

Eixo 1: Concepção Política e Sindical;

Eixo 2: Formação de Dirigentes Sindicais;

Eixo 3: Planejamento e Administração Sindical

Eixo 4: Temas Transversais

Cada um dos eixos apresenta um conteúdo elaborado em fascículos impressos que serão abordados durante o curso.

Além do Brasil ser o país de dimensões continentais, de inúmeras características regionais, não é possível estabelecer uma única forma de realização do programa. Muito embora, o material físico produzido é padronizado para esses eixos de formação.

A CNTE tem cerca de 50 entidades (sindicatos) regionais filiados. Mas a coordenação da confederação estima que metade esteja realizando atividades de formação. Afirmam que, mesmo durante o ano, há programas de formação que são iniciados e/ou interrompidos, a depender das situações específicas de cada sindicato e suas diretorias. Daí a imprecisão com os dados, ao longo do ano.

Em 2007, segundo Both, a proposta do programa de formação da CNTE foi apresentada aos seus sindicatos.

Assim, dos 35 sindicatos filiados à CNTE no ano de 2007, 32 aderiram ao programa de formação. A proposta de distribuição de vagas foi que as entidades que tivessem até 50.000 filiados, teriam direito a uma turma com 50 trabalhadores. A cada nova cota de até 50.000 filiados que o sindicato possuía, a proposta era de se abrir mais uma turma com 50 trabalhadores. Assim sendo, apesar de algumas poucas entidades não aderirem ao programa de formação, a proposta inicial de formar 2.000 pessoas foi largamente superada, uma vez que algumas entidades filiadas organizaram, com recursos próprios, um número maior de turmas em relação às propostas no projeto (BOTH, 2016, p. 67).

O planejamento e o patamar de formação inicial foram atingidos. E acima do quantitativo que era esperado de duas mil pessoas para aquela primeira etapa. E a necessária prestação de contas com o Sindicato dos Educadores da Suécia era um compromisso, que determinava prazos.

Depois dessa primeira fase, a CNTE continuou a sua política⁴⁹, mas com algumas mudanças na forma da execução.

Concluída a formação dos três eixos com essas primeiras turmas, a proposta foi de dar início, no período de 2011 até 2014, à novas turmas, nos mesmos moldes que a proposta anterior. Diante desta possibilidade, o *Lärarförbundet* se dispôs a financiar também esta etapa da formação. Porém, a secretaria executiva da CNTE entendeu que já teria condições financeiras para a realização do programa com autonomia financeira e propôs que o Sindicato dos Professores da Suécia financiasse outras entidades mais necessitadas. E, além disso, a CNTE colocou à disposição o uso do material do seu Programa de Formação. Com isso, o *Lärarförbundet* fechou parceria com dois sindicatos da África (um de Guiné Bissau e outro de Moçambique), que demonstraram interesse em desenvolver programas de formação tendo por base o material elaborado pela CNTE (BOTH, 2016, p. 67).

No Distrito Federal com Sinpro-DF, o programa inicial da CNTE foi desenvolvido como Curso de Formação Etapa Avançada. O Eixo 1: Concepção Política e Sindical, da CNTE. Ao longo de 5 encontros são apresentados os 5 fascículos:

1º Fascículo – Introdução a Sociologia.

2º Fascículo – Teoria Política.

3º Fascículo – Economia Política.

4º Fascículo – Introdução à História do Movimento Sindical.

5º Fascículo – Movimento Sindical dos(as) Trabalhadores(as) em Educação.

No programa do Sinpro-DF, até 2017, foram realizadas 8 turmas do Curso de Formação de Etapa de Avançada⁵⁰, com essa programação da CNTE.

O programa é ancorado em 5 itens que compõem o conjunto da formação realizado pelo Sinpro-DF. No entanto, somente os itens 1 e 2 são acompanhados diretamente pela

⁴⁹ Segundo o nosso entrevistado E-5, “mas no caso específico da CNTE, programa de formação em países de língua Portuguesa, Angola, Moçambique, São Tome e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau.”... “Eles tiveram no Brasil aqui também, a mesma coisa foi feita no Haiti e aqui alguns países como Paraguai e América Central, mas os mais específicos foram os países de língua portuguesa porque foi um pedido da IE, Internacional da Educação, até pela facilidade do fato de falarmos a mesma língua. E também no caso do Haiti”.

⁵⁰ Está apresentado em anexo, o material de divulgação e constituição da 9ª Turma Avançada a desenvolver este programa no 2º semestre de 2018. No mesmo material há um balanço quantitativo com os números de atividades desenvolvidas ao longo destes 14 anos deste 3º momento da histórica da formação sindical do Sinpro-DF.

secretaria de formação sindical⁵¹. A formação feita para aposentados é acompanhada diretamente pela secretaria dos aposentados. Faltam informações e acompanhamento sobre a realização do curso de formação com os aposentados e funcionários do sindicato. O último item, o curso de Formação dos Formadores não se tem muitas informações.

Para ilustrar os dados informados na reunião de preparação e constituição da próxima turma, 9ª de Curso Avançado, que foi realizado no 2º semestre de 2018, foram divulgadas algumas informações importantes, que transformamos em um quadro.

Quadro 3 - Sobre as Turmas de Formação Sindical do Sinpro-DF (2004-2018)

Turmas Modalidade	Quantidade Turmas	Número de Participantes	Duração Módulo	Tempo Duração	Atividades Indiretas	Total em Horas
BÁSICA	23	730	3 mód.	3 dias	Sim	72 h
AVANÇADA	8	320	5 mód.	3 dias	Sim	240 h
Aposentados e Aposentadas	18	799	Não informado	Não informado	NÃO!	Não informado

* Quadro confeccionado a partir das informações da Secretaria de Formação do Sinpro-DF.

Ao se realizar o trabalho de entender o processo de formação sindical do Sinpro-DF, muitos aspectos se mostraram como definidos, mas que buscaremos compreender melhor o seu processo de implementação. Como a política de Formação Sindical do Sinpro-DF, apresenta muitas determinações, das quais tentamos compreender algumas, ao nosso ver, foram as mais determinantes até onde conseguimos acompanhar. Voltaremos ao objeto, com o objetivo de compreendê-lo melhor, após ter feito esse primeiro caminho da ‘observação’.

Temos uma representação caótica, de parte do todo, estaríamos em busca desse todo caótico. E “através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a

⁵¹ Os itens 3, 4 e 5, do Programa de Formação do Sinpro-DF, não foram acompanhados, por mim. Ainda não foi possível o acompanhamento de atividades de formação com os aposentados. Pretendemos fazer o levantamento de informações e o acompanhamento das atividades que forem possíveis. As duas atividades que foram agendadas de formação com os funcionários do sindicato não aconteceram nas datas marcadas. E aconteceu uma reunião, fora do calendário agendado previamente. E não foi possível participar. Já a atividade do curso de Formação de Formadores (FoFo) é bem restrita a participação e suas informações. Muitos participantes dos processos de formação do Sinpro-DF já manifestaram interesse em participar. Contudo, a escolha é bastante seleta e não são objetivos e publicizados os critérios da seleção. É um curso em nível nacional, onde o Sinpro-DF indica apenas 2 participantes por turma, que geralmente são aqueles ligados as atividades da diretoria. Consegui relatos em áudio de uma cursista do FoFo, que também é diretora do Sinpro.

abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples” (MARX, 1996, p. 39). Perseguiremos esta orientação metodológica.

Objetivamos chegar a esse ponto de compreensão. A esse processo sucessivo de aproximações ao objeto. E de abstrações dele. Objetivamos compreender melhor o processo e desenvolvimento da proposta de formação do Sinpro-DF, suas conexões e determinações.

Dentro da compreensão de que ‘o mais desenvolvido nos dá pistas para compreender o seu processo anterior de desenvolvimento’, buscamos nos aproximar do máximo de atividades realizadas pela secretaria de formação do Sinpro-DF e acompanhamos as Atividades de Formação Sindical do Sinpro-DF.

Iniciamos esse processo de acompanhamento, ainda no período do 2º semestre de 2017 e o continuamos no 1º semestre de 2018. Desde quando se deu o ingresso no mestrado, sabendo que é um período curto de estudo e acompanhamento.

Nestes processos de acompanhamento das atividades relacionadas diretamente ligadas à formação e as vivências sindicais, participamos:

- a) Do acompanhamento e participação na 21ª Turma de Formação **Básica**.
- b) Do acompanhamento e participação na 8ª Turma de Formação **Avançada**, no 2º semestre de 2017.
- c) Do acompanhamento das reuniões com os delegados sindicais.
- d) Do acompanhamento das reuniões e das palestras de Formação, fora dos cursos.
- e) Do acompanhamento das análises de conjuntura, com delegados sindicais;
- f) Do acompanhamento das assembleias gerais e regionais.
- g) Do acompanhamento das discussões e preparação para as reuniões/plenárias da CONAPE.
- h) Do acompanhamento de alguns encontros, no sindicato, das discussões da Semana Pedagógica.
- i) Do acompanhamento das discussões sobre a diversidade e LGBTTT.
- j) Do acompanhamento das discussões étnico-raciais e de pertencimento.
- k) Do acompanhamento das discussões sobre a organização, específica, das mulheres.
- l) Do acompanhamento das discussões sobre a elaboração do Plano de Trabalho da secretaria de formação.
- m) Do acompanhamento da elaboração do Projeto Político Pedagógico da secretaria de Formação.

A maioria dos eventos acima mencionados fazem parte de uma construção já incorporada a agenda e atividades da ação do Sinpro-DF. No ano de 2018, se apresentou um novo e crescente processo de discussão e definição de uma nova orientação de uma concepção, em gestação, na linha política no sindicato e da formação sindical do Sinpro-DF. Esse processo está ligado as respostas às tensões conservadoras, que derrotou o governo de Dilma, identificado com a Estratégia Democrático e Popular.

Neste ano de 2018, a secretaria de formação do Sinpro-DF, em parceria com a secretaria de formação do sindicato dos Bancários de Brasília, iniciaram os trabalhos em conjunto, com uma reunião de delegados sindicais e com o debate: **Neoliberalismo X Estado de Bem Estar Social**, com a participação de Aloízio Mercadante, ex-deputado e ex-senador por São Paulo, e ex-ministro nos governos Lula e Dilma, em 27 de fevereiro de 2018.

Esta nova linha se materializou no Curso de Formação para Delegados (as) Sindicais com os debates sobre: 30 anos da Constituição (Federal) e o Desenvolvimento Nacional, em que foi defendida uma concepção política de Estado, de sociedade e de um referencial de classe. Estas definições ainda não haviam sido apresentadas de forma tão clara na política de Formação Sindical do Sinpro-DF. Ainda estamos acompanhando este desenvolvimento.

Dando consistência a essa nova linha de avaliação sobre a conjuntura e o contexto político e dos movimentos sociais, a secretaria de formação sindical do Sinpro-DF elaborou um cronograma de atividades para todo o ano de 2018. Foram divulgadas e realizadas as seguintes atividades no 1º semestre de 2018:⁵²

- 10/04: Tema: A Constituição e o Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: trinta anos de disputas por um projeto nacional de civilização nos trópicos.
- 20/04: 2º Encontro de Formação Continuada Modular – PPP (Projeto Político Pedagógico).
- 03/05: Tema: O Estado Brasileiro: o que é e de quem é?
- 31/05 à 02/06: 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação, CTE (adiado em função da greve dos caminhoneiros). Foi remarcado e realizado em 16 a 18/08/2018.

⁵² Apresentamos em anexo o Cronograma de Atividades de Formação, aprovado em Assembleia Geral em 08 de Março de 2018. O calendário para o 1º semestre de 2018 foi cumprido, com poucas alterações.

- 19/06: Tema: Dinheiro, Terra e Trabalho (adiado). Mas foi realizado em 29/06).
- 03/07: Políticas de proteção social e gênero no país.

Todos estes debates têm apresentado uma construção de um entendimento de enfrentar os ataques aos direitos dos trabalhadores e as agressões a Constituição Federal, em seus 30 anos. Logo, a defesa da Constituição Cidadã e dos direitos dos trabalhadores.

A defesa das conquistas dos governos do Projeto da Estratégia Democrático Popular e a compreensão de que se teve lá, naqueles governos (EDP), uma execução de um Estado de Bem Estar Social. Esta passa a ser a formulação apresentada na concepção política da Formação Sindical, no 1º semestre de 2018. Ainda não está plenamente desenvolvido, quais as implicações desse processo em desenvolvimento.

Esta série de debates sobre os 30 anos da Constituição e luta pela defesa das conquistas dos governos da Estratégia Democrática Popular contou com a Associação dos Funcionários do IPEA (AFIPEA), numa colaboração militante, sem o recebimento de honorário.

Além das falas dos conferencistas convidados, a participação na plateia apresentou uma lógica e uma tendência de argumentação. As linhas de argumentação em geral que mais se manifestaram durante as falas públicas nos debates foram:

- O Neoliberalismo está desmontando este modelo de Estado Social.
- E o chamado “golpe”⁵³ veio para desmontar estes avanços no campo social.
- O chamado ‘golpe’ é um processo contra o estado democrático de direito e contra a democracia.
- A continuidade de ‘golpe’ foi a condenação do ex-presidente Lula da Silva, prisão e a tentativa de sua exclusão das eleições, em 2018.

Neste início de informe das atividades realizadas pelo Sinpro-DF, através da secretaria de formação sindical, no 1º semestre de 2018, estamos apenas relatando os processos em que foram desenvolvidas as discussões e construção de linhas de resistência e organização da categoria dos professores e a classe trabalhadora em seu conjunto, que se fizeram presentes nas reuniões. Este novo período aberto de discussão deixou algumas marcas que foram acompanhadas nas atividades de formação ampla. Este ciclo está em pleno desenvolvimento.

⁵³ Ao usar a expressão, o “chamado ‘golpe’ em Dilma” ou no PT, estão sendo empregado de formas muito variadas e amplas, como: o processo de *impeachment*, a retirada de direitos trabalhistas, aprovação do Congresso Nacional que retiram direitos sociais, até a condenação e prisão do ex-presidente Lula.

Foi o período mais intenso em número de atividades organizadas pela secretaria de formação do Sinpro-DF. Foram realizadas muitas atividades. Por outro lado, as atividades contavam com uma baixa presença de público e intensidade da participação, se comparadas com a presença nas atividades realizadas no ano anterior.

Esta condução está em acordo com as últimas deliberações da CUT Nacional em sua 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT⁵⁴, em São Paulo, que estabeleceu a orientação de que atividades de Formação

“5.3 – Cursos

A Secretaria Nacional de Formação priorizará a abordagem da antirreforma em seus programas de formação, tanto em curso específico sobre o tema, como no curso que trata da Negociação e Contratação” (CUT, 2017, p. 26)

Estas novas discussões foram orientadas a partir de uma determinada avaliação e formação política geral, da Estratégia Democrática Popular, em sintonia com a política da formação sindical, do Sinpro-DF e da CUT:

- 1) Primeiro, a concepção política geral, da defesa do ‘Estado Democrático de Direito’ e depois a definição de ações políticas específicas; para os movimentos sociais;
- 2) Depois, a materialização desta linha na política de formação sindical;
- 3) Depois se apresenta e organiza a concepção de sociedade, de educação e de ser humano em sua essência, com forma e conteúdo;

No último Congresso dos Trabalhadores em Educação, CTE, do Sinpro-DF, em agosto de 2018, foram apresentadas 4 teses inscritas para a discussão do encontro. Estas contribuições expressam posicionamentos na base da categoria, que também se fizeram presentes na história do movimento sindical no Brasil e no mundo.

No 11º CTE, as 4 teses com concepções diferentes, na base da categoria que se inscreveram, foram:

- Tese 1: Lutar Pela Democracia, Pela Soberania Nacional, Pelos Direitos do Povo Trabalhador, Pela Educação Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática, Inclusiva, Laica e Para Todas e Todos. Inscrita pela diretoria do Sinpro-DF, com todas as forças que a compõe;
- Tese 2: Contribuição de Educadores de Luta/PCO para o Congresso do Sinpro-DF, 2018. Inscrita pelos apoiadores do PCO;

⁵⁴ A 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT, aconteceu em São Paulo – 28 à 31 de Agosto de 2017.

- Tese 3: Autonomia e Ação Direta⁵⁵ Sindical: As/os Trabalhadoras/es da Educação Frente a Ofensiva Estatal-Burguesa e o Sindicalismo de Estado. Inscrita por apoiadores da ORC/SR;
- Tese 4: Derrotar a Guerra Social Burguesa Contra os Trabalhadores, Defender e Ampliar as Liberdades Democráticas, os Direitos Trabalhistas e Lutar Pelo Socialismo! Inscrita por apoiadores da CSP/CONLUTAS;

A tese vencedora do congresso apresentada pelo conjunto da diretoria do Sinpro-DF contou com a aprovação de mais de 80% dos votos da plenária presentes naquele momento ao congresso. Expressaram a maioria absoluta dos delegados ao 11º CTE.

O processo de formação sindical e político do Sinpro-DF guarda relação direta com as concepções aprovadas no CTE. Faz parte de um todo que tem se constituído como a principal estratégia de construção dos movimentos sociais no Brasil, nos últimos quase 40 anos, a Estratégia Democrática Popular (EDP).

Fizemos levantamento de algumas informações sobre a Formação Sindical nos Cursos. Ainda no encerramento das atividades de curso da 7ª e 8ª Turma de **Formação Avançada** e da 22ª e 23ª Turmas de **Formação Básica**, aproveitando que seriam as últimas atividades de formação coletiva destas turmas, apresentamos um Questionário para levantamento de um perfil básico dos participantes do curso. Além destas informações, levantamos algumas poucas informações sobre as opiniões dos cursistas e a realização do curso.

Os questionários foram entregues àqueles participantes que se dispuseram a responder e foram recebidos no mesmo dia. O que aconteceu com quase a integralidade dos participantes das turmas.

Foram apresentados três questionários em momentos diferentes no encerramento das turmas nos cursos. O 1º questionário, com o levantamento inicial de um perfil dos participantes, foi aplicado as **Turmas 7ª e 8ª do Curso Avançado** e as **Turmas 22ª e 23ª do Curso Básico**.

O 2º questionário, partindo da experiência de participação do pesquisador na turma avançada, foi direcionada especificamente as **Turmas 7ª e 8ª do Curso Avançado**. Além das informações gerais do perfil dos participantes, tentou-se realizar perguntas

⁵⁵ Esta concepção de sociedade e movimento, também se fez presente no Movimento Estudantil do DF neste início de século analisado por Paíque Lima, no livro *Universidade e Movimentos Sociais*, 2015.

específicas para aqueles que participaram do curso, concomitante ao momento político que estava sendo construído como a principal ação política do sindicato.

O 2º questionário pergunta sobre: a) a participação nas atividades preparatórias da CONAPE; b) sobre a aprendizagem e a participação no processo de formação sindical; c) sobre a realização de uma tarefa de difícil compreensão sobre um texto do curso; d) sobre a avaliação pessoal do processo de formação; e) sobre as experiências pessoais a partir do curso; f) a relação com as entidades e formadores que organizaram o curso, os materiais utilizados, e os colegas.⁵⁶

A última questão do 2º questionário perguntou-se sobre a experiência com a plataforma virtual da CNTE, em caráter experimental, da ESFORCE (Escola de Formação da CNTE). Durante o curso, os participantes tiveram que postar 3 atividades escritas, a partir de relatos de 2 filmes e 1 texto teórico, entre os módulos presenciais.

Estas atividades entre os módulos, apresentaram algumas dificuldades iniciais. A primeira atividade intermódulo e ser postada na plataforma da CNTE, foi o relato por escrito do filme: O Jovem Marx, lançado no ano de 2017. Todos os participantes receberam uma cópia gravada em CD. E tiveram que postar o relato sobre o filme na plataforma, específica da formação.

A segunda atividade intermódulo a ser postada foi a de maior dificuldade em sua realização, de todo o decorrer do curso. A leitura de um texto teórico, Marx e a Crise: os fantasmas, agora são eles, do professor da UFRJ, Mauro Iasi, e membro do NEP 13 de Maio. Este texto faz uma análise da crise econômica, em 2008, com categorias diferentes das apresentadas durante o curso de formação sindical do Sinpro-DF. O texto⁵⁷ foi utilizado por se referir a crise econômica mundial. Porém, num momento anterior, em que o presidente da república ainda era Lula da Silva.

O 3º questionário foi apresentado apenas aos diretores do Sinpro-DF que acompanharam, em algum momento, as atividades de formação. Este questionário fez perguntas específicas sobre atividade de diretor sindical e a formação feita pelo sindicato.

⁵⁶ Neste momento está prestes a ser publicado, parte dos dados do questionário 2, que estão em um artigo no IV livro da Rede ASTE, pelo Paco Editorial. O capítulo 8: Concepção, Metodologia e Participação no Programa de Formação Sindical do Sinpro-DF.

⁵⁷ O texto Marx e a Crise: os fantasmas, agora são eles, foi utilizado inicialmente num curso nacional de formação, apresentado no curso: Sindicalismo e Mundo do Trabalho, em nível de pós graduação, com o DIEESE e a secretaria nacional da CUT do qual participaram alguns diretores do Sinpro-DF ligados a formação. O texto apresentava um perfil bem diferente dos utilizados anteriormente na formação, e com um caráter mais denso e com um perfil político diferente do utilizado pela CUT. Daí a pergunta sobre o comportamento do cursista participante. O texto apresenta críticas também a compreensão e ao entendimento político e econômico da crise na visão predominante da linha da Estratégia Democrática Popular.

As respostas às perguntas deste questionário, além de levantamento de dados importantes sobre os (as) diretores (as), serviu como um patamar inicial para a elaboração de um roteiro de perguntas às entrevistas realizadas.

Foram realizadas entrevistas com os (as) diretores (as) do Sinpro-DF ligados mais diretamente com a secretaria de formação do sindicato. Esperamos que estas entrevistas possam aprofundar as avaliações e as concepções envolvidas nos processos de política de Formação Sindical deste sindicato.

Após a realização das entrevistas, com roteiro semiestruturado, realizou-se a análise de conteúdos destas com os conteúdos dos documentos escritos que fundamentam e subsidiam a proposta da formação sindical do Sinpro-DF.

Ressalta-se, mais uma vez, que a ‘ida à campo’ do pesquisador e o acompanhamento das atividades do Curso de Formação, que já vinham sendo realizadas. A participação nas atividades e eventos realizados, fazem parte de um processo da “pesquisa participante que se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e pesquisados no processo de pesquisa” no dia-a-dia da categoria, como assinala Carlos Gil (2011). Pois, “o relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação” (GIL, 2011, p. 31)

Foram feitos alguns apontamentos para as questões importantes, que permearam todo o processo de investigação durante o trabalho de pesquisa. A experiência do Sinpro-DF com a formação sindical é uma de suas conquistas que vem sendo desenvolvida a mais de 30 anos de história. No entanto, o processo de formação sindical do Sinpro-DF está todo ele, hoje, subordinado as determinações da CUT. Esta é uma característica deste 3º momento da história da formação. O Sinpro-DF delegou à CUT todo o direcionamento da linha do processo de formação político sindical. Desde a concepção, a estruturação e aplicação do programa de formação.

3 - Uma Síntese do Processo de Formação Sindical do Sinpro-DF

De forma resumida, pode-se organizar o período da formação política, a partir das gestões dos mandatos das diretorias no Sinpro-DF:

- 1) Construção do Sinpro-DF, em 14 de março de 1979, e a intervenção federal do governo militar, veio em maio.
- 2) Em 1980, com uma nova gestão eleita, que no período iniciou alguns trabalhos de formação a partir de palestras e/ou debates com professores externos visitantes. A mesma linha política ficou na direção do sindicato até 1986. Neste período o Sinpro-DF não estava filiado a nenhuma central sindical.
- 3) Em 1986, foi eleita uma direção cutista, que conduziu uma discussão de filiação a CUT, em 1987. O processo de construção cutista, de formação das lideranças sindicais dentro e fora da categoria, ligada aos seus agrupamentos políticos, gestão 1986 a 1989.
- 4) Na gestão 1989 a 1992, escrevesse os dois primeiros cadernos de formação e foram realizadas algumas discussões em escolas.
- 5) A gestão 1992 a 1995, inicia o processo de formação, com cursos:
 - a) Para os diretores;
 - b) Para as lideranças de base;
 - c) Os cursos, com Instituto Cajamar (SP) e 7 de Outubro (BH);
 - d) Cursos com as escolas de formação (o CES e o 13 de Maio);
 - e) Em 1995, acontece uma reunião em Goiânia, a convite da CNTE para os 6 sindicatos da região Centro-Oeste, dando início às discussões para o que viria a ser a ECOCUT, com o apoio da Lärarförbundet.
- 6) A gestão 1995 a 1998, continua os cursos de formação.
 - Em 1996, encerra-se uma greve, extremamente divididas a base e a diretoria, sobre as formas de fazer a luta sindical e as discussões pedagógicas com o governo do PT e o sindicato. (Está iniciando a discussão e implementação da Escola Candanga, em Brazlândia-DF e a expansão para outras cidades do DF, em 1997);
 - 9 (nove) diretores são devolvidos (expulsos) da diretoria, numa assembleia (07 de abril de 1997), após um processo de disputa de posições na diretoria que envolviam a forma de condução da greve de 1996, durante o governo Cristovam, do PT;

- com a vacância, abriu-se um processo de eleições para o Conselho Político de Delegados Sindicais, para o preenchimento das 9 vagas, na diretoria do Sinpro-DF;
 - o Conselho Político de Delegados Sindicais, foi usado apenas para o fim de suprir as 9 vagas diretores destituídos. (A força política, a Articulação Sindical, embora dividida, sob o comando de Marcos Pato, se consolidava enquanto maioria na diretoria. Alguns dos 9 diretores devolvidos à base eram da própria Articulação. O conselho político em si, nunca foi implementado);
 - Em 1997, tenta-se construir um movimento unificado de todas as categorias de servidores públicos do GDF e suas reivindicações. A maioria dos sindicatos cutista para pressionar o governo Cristovam, do PT. Muitas disputas no PT e na CUT. O movimento unificado aconteceu com algumas categorias, mas não ganhou consistência.
- 7) Em 1998, aconteceu uma disputa eleitoral para a diretoria do Sinpro-DF, sem atingir o quórum, no primeiro escrutínio. Esta disputa se estende dentro de uma greve de 69 dias, derrotada em muitos aspectos. (Na greve, a militância fica dividida. Os piquetes se organizam por afinidade de chapas. Não houve conquistas financeiras, pedagógicas ou administrativas. O governo e a base da categoria desfazem os vínculos de confiança construídas nas eleições de 2004). (As discussões pedagógicas e administrativas estão em meio a todo esse processo, principalmente, com a Escola Candanga);
- 8) A gestão 1998 a 2001, uma diretoria hegemônica pelo Marcos Pato,
- Entre os entrevistados, um ex-diretor, **E-6**, confirma ter participado de reuniões em Goiânia sobre as discussões de constituição da ECOCUT;
 - Uma greve em 2000, como o lema: Os Professores Chegaram No Limite, que expõe muitas tensões e desgastes na categoria, com a diretoria do sindicato, que se estendiam à Associação dos Servidores da Fundação Educacional do DF, ASEFE.
- 9) Há um desgaste da entidade e toda a categoria, em 2001. Vivenciou um processo de tentativa de renovação. Nas eleições para a diretoria do Sinpro-DF foram inscritas 7 (sete) chapa, todas com o termo ‘Renovação’ no nome. (Foi eleito o

grupo que mais se aproximava com as ideias do ‘grupo dos 9’ diretores que havia sido expulsos, 4 anos antes);

- 10) Na gestão 2001 a 2004, iniciasse a retomada da direção e a centralização de um grupo político majoritário, em torno da outra parte da ArtSind, que dirige por maioria o sindicato, em conjunto com outras forças políticas. Há uma construção e preparação para uma prática de formação, já em preparação na gestão anterior;
- 11) Na gestão 2004 a 2007, há o início efetivo de um Programa de Formação do Sinpro-DF com a ECOCUT, Apolônio de Carvalho, em parceria com a CNTE;
- 12) Na gestão 2007 a 2010, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 13) Na gestão 2010 a 2013, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 14) Na gestão 2013 a 2016, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 15) Na gestão 2016 a 2019, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
 - Mantem-se em andamento, desde 2004, o mesmo programa.
 - Publicação do Plano de Trabalho 2017 (semestral) e de 2018 (anual).
 - A discussão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Secretaria de Formação do Sinpro-DF, divulgado no 11º CTE.
 - O processo de formação em 2018, para além dos cursos. Iniciou-se a parceria com o Sindicato dos Bancários, SEBB, com a participação inicial com Aloízio Mercadante e a Associação dos Funcionários do IPEA, AFIPEA, com palestras e debates abertos para toda a categoria.

4 - História do Sinpro-DF e da CUT Nacional pesquisadas no CEDOC ou Entrevistas

Realizamos uma pesquisa no registro geral, mas com informações parciais no Centro de Documentação do Sinpro-DF, CEDOC.⁵⁸ Não foi possível encontrar as muitas informações que procurávamos, em um verdadeiro processo de garimpagem por informações preciosas. Havia muitas informações, mas o sistema operacional ainda não possibilitou uma forma ágil de pesquisa. Dentre o conjunto de informações algumas nos são bastante úteis. Naqueles casos em que não encontramos ainda documentos, tentaremos nos valer de alguns depoimentos, coletados em forma de entrevistas em áudio, com alguns participantes da época.

⁵⁸ Depois de mais de um ano de conversas com muitos diretores e alguns funcionários, que argumentavam da dificuldade em ter acesso e saber usar o programa, ou dos arquivos não estarem disponíveis tecnicamente para serem utilizados, somente no dia 05/04/2019, uma diretora se sensibilizou e autorizou o nosso acesso aos documentos, parcialmente digitalizados do acervo do CEDOC do Sinpro-DF. Todos sempre falavam que era um direito. Mas havia dificuldades operacionais. (Mais uma vez: muito obrigado).

Além da documentação histórica no CEDOC, o sindicato fez a divulgação de algumas informações históricas importantes através de cartilhas específicas, como no caso dos professores em Contrato Temporário. Mas o registro mais comum recuperando a história da categoria se dá de forma mais ampla e direta nas Agendas Anuais do Sinpro-DF, que as(os) professoras(es) e orientadoras(es) carregam de forma simples e acessível.

Sobre esta agenda, de maior circulação entre as(os) professoras(es) e orientadoras(es), causa estranhamento a divulgação apenas de parte de história inicial da entidade, e depois um salto de quase 20 anos, sem registros históricos. Não aparecem os registros, em pelo menos nas últimas 4 edições da agenda, os acontecimentos dos anos das décadas de 1980 e 1990. Em outras edições a mais de uma década atrás apareciam. Qual terá sido o motivo para essa exclusão? Dessas ausências?

Em edições anteriores estas informações, agora ausentes, não ocupavam mais que 2 folhas e/ou 4 páginas. No entanto, no atual formato, traz o destaque dos últimos 18 anos, que é o período dos mandatos na diretoria, do atual grupo de forças de um campo político que compõem a direção do Sinpro-DF, e tem dirigido o Sinpro-DF por seis mandatos consecutivos. Embora, em muitos momentos, se fale sobre a importância de recuperar a história, somente parte dela é contada.

Depois de feito esse importante registro que pretendemos explorar o sentido político e histórico dessa lacuna na histórica coletiva da entidade, tentaremos fazer um encadeamento de registros históricos encontrados, de forma limitada no CEDOC do Sinpro-DF e a partir de relatos de entrevistas.

Na ocasião da comemoração do Aniversário de 40 Anos do Sinpro-DF, foi produzido e lançado um áudio visual (vídeo) apresentado na Assembleia Geral, no dia oficial do aniversário, 14 de Março. Boa parte das informações iniciais sobre a história gerais da entidade constam do Caderno de Formação nº 2: Sindicato, Direção Colegiada e Suas Instâncias de Base, de 1990.

Resgataremos parte da história⁵⁹ da Formação do Sinpro-DF e da CUT, que ao longo de suas histórias foram recheadas de muitas construções e discussões, com a convivência na luta por ideia em comum, ora em franca divergência.

Após o reconhecimento da Carta Sindical do Sinpro-DF, em 14/03/1979, e a intervenção federal na diretoria, ainda em 1979, foi realizada a primeira greve. Grande parte desta história ainda encontrasse para ser digitalizada, segundo informação dos

⁵⁹ Neste processo de resgate teremos que contar parte da história do Sinpro-DF, dentro do contexto geral da história, do surgimento do “novo sindicalismo”, da CUT e do Brasil.

responsáveis pelos arquivos. Tentaremos resgatar parte da história da Formação Sindical que foi encontrada a partir da pesquisa no CEDOC, do Sinpro-DF, e nas entrevistas.

No relato de nossa entrevistada **E-1** sobre sua entrada na diretora:

E eu. Entrei nessa luta mais ou menos por provocação de um companheiro nosso da época, porque quando estava organizando para a gente disputar mesmo a eleição e retomar o sindicato, tirar da intervenção, eles diziam: “olha tem que ter mais mulher, porque é categoria de mulheres”. E eu resistia e resistia. Aí, até que enfim me convenceram de: eu vou, paciência se tem que ter mulher, então tá. [...] Naquele coletivo ali, nós éramos quatro mulheres, quatro mulheres...

E continua o relato de nossa entrevistada **E-1** sobre a formação política e um pouco de sua experiência enquanto diretora no início dos anos de 1980

Nós também começamos a movimentação da formação sindical dando cursos. Chamava professor, o sindicato mesmo pagava os professores. Só que nossa luta, não é como a luta de agora. Os professores estavam mais disponíveis. Eles achavam que tinha que ser assim também. As aulas eram aos sábados. Então, o professor que trabalhava a semana inteira, o sábado ia no sindicato para fazer curso sobre Constituição, sobre brancos e negros, sabe?! É a formação política. E aí veio Darcy Ribeiro dar palestra, vindo do exílio, veio Paulo Freire, e assim... veio um professor do Rio Grande do Sul, falar sobre, não me lembro o nome dele agora. Falar sobre a formação, a necessidade de formação do grupo de negros, né?! Debater a questão do negro, que até então, era tudo misturado, né?! E deixa estar. Que nós somos racistas, mesmo. O povo. Até no seio da família existe racismo. Porquê é tudo miscigenado. Eu tenho uma irmã lourinha, e nós outros pretos, filho do mesmo pai e da mesma mãe. Então, a gente entende isso com mais facilidade, entendeu?! E aí a gente fazia muito curso. Curso de teatro, que hoje não tem mais. A gente propunha esse debate. Sempre era... tinha uma assembleia legislativa, no sindicato dos professores. Fui muito bom naquele tempo. E, teve um tempo até que eles tentaram invadir... a polícia mesmo. Tentou invadir o sindicato dos professores e não conseguiu. Porquê nós não deixamos. Pois é, naqueles idos de 1983, 1984, houve um enfrentamento muito grande porque a repressão política, de maneira geral... não por conta de... Eurídes era também, porquê pegava no pé da gente direto. E exigia, e queria que fosse daquele jeito, e tinha que ser, e tinha que ser... E a gente dizendo: não, não é assim! Então era um embate direto, mas a gente, por conta disso conseguiu juntar muita gente. Muita gente mesmo. E aí começamos o trabalho de formiguinha, era mil, depois dois mil. A última assembleia, da minha direção, foi de 10 mil. Também num universo de poucos professores, né?!

Hoje deve ter 30 mil filiados. 30 mil na ativa, né?! Deve ser! Então é isso. [Eu quando é que a senhora foi diretora?] Eu fui de 80 a 83, de 83 a 86. E assim, período difícil, porque a gente não era liberado. Era só a executiva que era liberada. Eu exerci meu trabalho dignamente. Porque eu consegui negociar. Eu tinha uma folga para ir receber pagamento. Folga de banco. Aí, eu resolvi, que a gente podia fazer também umas negociações ‘atrás do pano’. E aí, numa janela, como eu trabalhava no Plano Piloto, no Polivalente, numa janela eu ia na 714. Na outra janela, eu ia no CASEB. E assim foi feito o trabalho de base. E aí pegava os professores na hora do recreio, 10 minutinho, 15 minutinho... Mas como

o salário era unificado, então as diretoras nos apoiava, nesse sentido. Porque se aumentasse para nós, aumentava para ela. Foi um tempo bom. Um tempo bom! Pois é. É isso!

Como comenta nossa entrevista E-1, ela mesma “era vinculada ao PDT, e ‘brizolista ferrenha’, por causa da educação”. Já o presidente do Sinpro-DF, de 1980 a 1986, Libério Pimentel, era vinculado ao PMDB. Antes dos anos de 1980, além dos comunistas que foram e estavam sendo proibidos e perseguidos, as muitas forças de resistência à ditadura procurava acolhida no MDB, único partido permitido, além da ARENA.

Sobre esse período da primeira diretoria do Sinpro-DF, eleita em 1980, teve um período geral, rico de construção e disputas de direção de orientação dos movimentos sindicais, partidários, populares e sociais como um todo. Teve muitos acontecimentos ao mesmo tempo, em dimensões e espaços compartilhados e diferentes. Tentaremos construir um contexto para que fique mais claro esse momento e espaço de disputa.

A primeira gestão eleita do Sinpro-DF, por conta da atuação de seus diretores e liderança, tinha uma orientação mais próxima ao PMDB e PDT. Estes eram uma das grandes referências de organização política, ainda no contexto da ditadura, que só acabou oficialmente em 1985. Durante a ditadura militar (a partir de 1964), foi suprimida a multiplicidade dos partidos políticos. Ficando apenas dois: a ARENA, mais conservadora, e o MDB, que se orientava pela bandeira da redemocratização. Já no final dos anos de 1970, começa a ‘discussão’ da chamada transição democrática para a abertura ‘lenta, gradual e segura’, pelo general João Baptista Figueiredo, último presidente militar, em que começa a possibilidade de concessão de direito de registro aos partidos políticos. No embalo da retomada das greves, a partir de 1976, espalhadas pelo Brasil, e concentradas na região do ABCD paulista, principalmente com os metalúrgicos e demais movimentos sindicais, estudantis e populares, da cidade e do campo, em fevereiro de 1980, tem-se o registro do Partido dos Trabalhadores.

Os sindicalistas trabalhistas no Brasil, organizados sob a bandeira da II Internacional, que tinham suas vinculações com o PTB, de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, e tiveram que se organizar, num processo de novo registro, em torno da legenda do Partido Democrático Trabalhista, o PDT. São os trabalhistas e suas concepções das ‘reformas de base’, que contrariaram os interesses econômicos e políticos imperialistas que tomaram o governo com o golpe econômico-civil-militar, em Jango em 1964. Os imperialistas também levaram Getúlio Vargas ao suicídio, na década anterior,

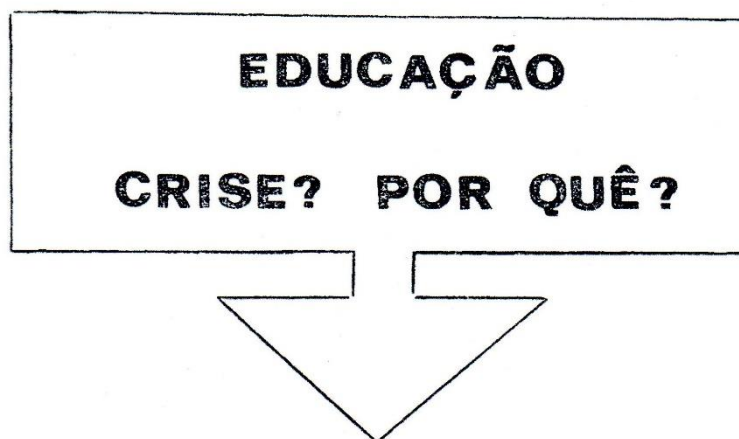
em 1954. A ‘disputa’ entre burguesia imperialista e o chamado ‘pensamento nacional’ vinha de longa data. Desde o contexto da II Guerra Mundial. Para alguns, até antes.

Voltando ao período do início dos anos de 1980, sobre o Sinpro-DF, nosso entrevistado **E-2**, diz: “Lembro, participou do CONCLAT, sim. Participou do CONCLAT”. O Sinpro-DF participou dos encontros da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT, em Praia Grande, São Paulo. Na 1º CONCLAT, em 1981, após muitas discussões em que não se tem consenso sobre a criação de uma única central dos trabalhadores brasileiros⁶⁰. Deste encontro participaram sindicatos de diretoria que já tinham sido ganhas pelos trabalhadores não alinhados a tutela direta do governo/Estado. Outros representavam a organização das oposições sindicais que estavam em processo de tentar ganhar as eleições sindicais e de construção de outra linha sindical.

No CEDOC do Sinpro-DF, encontramos um material de um grupo de professores que convocavam uma organização de base, no Sinpro-DF, em 1982, portanto antes da criação da CUT. A organização com o referencial Pró-CUT. A CUT será fundada oficialmente em agosto de 1983. Nesse material é nítido a marca da contestação, a necessidade do processo de organização pela base e da formação sindical, como forma de conseguir atingir outros professores. As bandeiras de luta são extremamente precisas e diretas. Traziam também aspectos para além da categoria dos professores e para outros trabalhadores de outras categorias, com um olhar de classe dos trabalhadores.

⁶⁰ Os militantes sindicais, sob a orientação PCB e do PCdoB, (que faziam parte da Comissão Executiva Organizadora da Conferência, 1981, CONCLAT, e fazendo parte desde Lula até Joaquinção, e o MR-8) se organizava na Central Geral dos Trabalhadores, a CGT, e não tinham ainda o entendimento afirmativo sobre a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Imagem 1: Boletim de um Grupo de Professores de Oposição, 1982 e Pró-CUT



ESTE É UM PRIMEIRO DOCUMENTO QUE VISA GERAR NO SEIO DA NOSSA CATEGORIA, O DEBATE E O CONHECIMENTO DA REALIDADE EM QUE VIVEMOS. É UM PRIMEIRO CONTATO COM AS PESSOAS QUE SENTEM NECESSIDADE DE SAIR DA POSIÇÃO DE A COMODACÃO FRENTE AOS INÚMEROS PROBLEMAS POR QUE PASSA O ENSINO BRASILEIRO E QUE COMPREENDE QUE SOMOS NÓS PROFESSORES, ATRAVÉS DO NOSSO QUESTIONAMENTO, ATRAVÉS DA NOSSA PARTICIPAÇÃO, QUE CONTRIBUIREMOS PARA ESSA TRANSFORMAÇÃO.

OUTUBRO - 1982

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação - CEDOC/Sinpro-DF

Em uma página do site da CUT, que registra o seu 30º aniversário, traz o comentário do seu presidente nacional, em 2013, Artur Henrique, de que “a CUT já se materializava através do combate à estrutura sindical oficial, espaço onde a ditadura atuava fortemente”. E o texto continua com a fala

Já no final dos anos de 1970 realizávamos greve e os Encontros Nacionais de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), além da atuação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anamos). **Era uma luta pela mudança na estrutura sindical** e pela liberdade e pelos direitos dos trabalhadores, contra o regime e os pelegos.⁶¹ (CUT, site acessado em 29/04/19).[Grifos nossos]

Por que lembrar os anos de fundação da CUT? Além da organização de base de professores do Sinpro-DF, muitas outras categorias tinham em comum o fato de acreditarem estar construindo um novo sindicalismo, pela base, contra a estrutura oficial ligada ao Estado.

No contexto das greves de 1968, no eixo São Paulo-Osasco, nascia a experiência das *Oposições Sindicais*, que tinham como principal bandeira a luta pela transformação da estrutura sindical brasileira, para deixar de

⁶¹ Página da CUT, em 2013, com recuperação histórica sobre a CUT na solenidade de 30 anos da central. <https://www.cut.org.br/noticias/30-anos-de-conclat-cut-nasceu-e-se-consolida-atraves-das-lutas-diaras-3a92>

ser ‘cupulista’ e atrelada ao Estado e tornar-se autônoma e construída pela base. Diferentemente do que ocorrera no pré-64, o movimento sindical passou a se dar em lutas menores, organizadas por pequenos grupos no âmbito das fábricas. Uma das principais referências das concepções políticas então nascentes foi o *Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo – MONSP*. (SILVA, 2008, p. 23).

Em 1968, dez anos antes das greves de 1979 na região do ABCD paulista, já se articulavam os movimentos de oposições sindicais. Foi um movimento nacional de questionar a organização e a estrutura sindical, onde se tinha como a principal referência o ‘controle’ do estado nos sindicatos. Os comunistas (dos PC’s), com suas questões, adotaram táticas de sobrevivência dentro da estrutura sindical, desde o momento em que viraram o principal alvo de combate pela ditadura.

O Novo Sindicalismo, ou “sindicalismo autêntico”, como também se tornou conhecido, desafiou a legislação antigreves e **começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1940.**

Os principais expoentes do Novo Sindicalismo eram de uma geração formada sob a repressão do regime militar, que atingiu duramente os sindicatos e organizações políticas da classe trabalhadora. Uma das primeiras medidas após o golpe de abril de 1964 foi a proibição do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), **a central sindical ligada ao antigo PTB e ao PCB**. O presidente do CGT, Dante Pelacani, foi cassado e perseguido; o vice-presidente, Clodesmidt Riani, foi preso; **mais de mil sindicalistas foram cassados, muitos foram presos ou exilados. Cerca de 600 sindicatos sofreram intervenção** da ditadura em 1964 e 1965.⁶² [Grifos nossos].

O sindicalismo ‘getulista’ constituiu uma forte marca histórica na identidade sindical brasileira com a estrutura sindical atrelada ao estado. A forma de se opor à estas estruturas será um dos pontos de divergências centrais na construção do outro período histórico que se apresentava. São heranças desse tempo histórico: o imposto sindical, a unicidade sindical, a forte legislação e a necessidade do reconhecimento estatal. Estas questões sobreviveram à passagem da estratégia democrática nacional (EDN) à estratégia democrática popular, que estaria prestes a nascer. Uma outra característica desta nova estratégia (EDP) será o foco na crítica à ‘falta de democracia’. Coisa que para a EDN já vinha com um entendimento histórico de se tratar da ‘democracia burguesa’. A história de existência dos comunistas é de intercalar a legalidade, a ilegalidade e a prisão.

Durante a ditadura militar, uma das suas grandes marcas será a repressão aos trabalhadores e suas organizações sindicais, aos comunistas e o arrocho econômica, num contexto de muita produtividade. De uma certa maneira, bem diferente dos governos

⁶² <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>. Acessado em 24/05/2019.

anteriores ao golpe econômico-civil-militar. Segundo Gianotti (1988), após 1964 estaria começando historicamente a 2ª etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio ou de Jango, baseado na confiança e expectativa do Governo. Estava nascendo um sindicalismo novo: sem esperanças no Governo e sem meios-termos com os patrões.

A todo esse movimento de questionar a ‘velha’ estrutura sindical e apontar para uma nova organização, e de outro momento histórico e cultura política, deu-se o nome de “novo sindicalismo”, surgido no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. A grande expressão desse movimento será a fundação oficial da CUT, em 28/08/1983, e sua construção, (com os ‘militantes’ do “novo sindicalismo” e os da “oposição sindicais”) embora esse processo seja muito maior que a central. Alguns movimentos optaram até em não fazer parte da CUT, pois já faziam críticas a estrutura de controle político que já estava se desenhando no início muito rapidamente. Após o congresso, os muitos representantes voltaram com a tarefa da construção da CUT em suas categorias e estados.

Neste período de 1983 e 1984 está em plena ascensão nos movimentos políticos e sociais a campanha pelas Diretas Já!, na luta maior contra a ditadura e pela redemocratização. A CUT, através de suas bases, será uma das grandes mobilizadoras e agitadoras pela participação política nas eleições. Esse mesmo mote depois será retomado nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, depois da derrota política no Congresso Nacional das Diretas Já!, aprovando a transição conservadora, via colégio eleitoral, onde houve um acordo político, elegendo Tancredo Neves e José Sarney.

Ainda sobre o ciclo de construção e de disputas de concepções na construção da central, é importante contextualizar os processos em andamento, que mais tarde em mais de uma década depois também influenciou o Sinpro-DF e a maioria dos sindicatos no Brasil, e a política de Formação da CUT

O II Concut realizou-se no Rio de Janeiro de 31 de julho a 3 de agosto de 1986. Contou com a presença de mais de 5.564 delegados, sendo 3.923 de base e 1.641 de diretoria. O peso dos trabalhadores rurais foi de 35% do total (a maior participação da categoria nos congressos da CUT), o dos trabalhadores do setor de serviços de 29%, e o dos trabalhadores industriais de aproximadamente 24%. **Um dos pontos mais polêmicos desse congresso foi a proclamação, feita pela primeira vez de forma explícita, de que a CUT lutava por uma sociedade socialista.** (RODRIGUES e SANTANA).⁶³ [grifos nossos]

⁶³ Rodrigo e Santana. www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios//verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores. Acesso em 17/05/2019.

Nesta fase inicial, neste congresso em 1986, se afirmou o caráter da luta pela construção de uma sociedade socialista, que de uma certa maneira, deixava claro os laços com uma tradição internacionalista das linhas históricas de romper com a sociedade capitalista. Por outro lado, no congresso seguinte em 1988, uma outra corrente de pensamento assume a maioria na direção da CUT. Relata Antunes que

ao final da década (1988), em seu III Congresso, **a Central abandonou as posições de cunho anticapitalistas, que ainda apontavam para um norte socialista**, passando a priorizar **a luta no campo das reformas sociais**, dentro do universo das leis do mercado (ANTUNES, apud SILVA, 2008, p. 35). [grifos nossos]

Desde os tempos da fundação estas tensões estavam colocadas na base e nas direções em disputa na CUT. É importante entender estas diferenças que estiveram presentes em toda a história de construção e disputas de direção na central

De um lado o *novo sindicalismo* nascente em meados dos anos setenta e que atuando dentro da estrutura sindical, pouco a pouco, foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados a trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do *novo sindicalismo*. De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as *oposições sindicais*, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. De um lado, no universo do *novo sindicalismo*, encontravam-se aqueles que, em sua maioria, desprovidos de militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Neste pólo aliaram-se, num primeiro momento, sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente ao PCB, e até mesmo alguns segmentos vinculados ao peleguismo sindical, que buscavam “modernizar-se”. No outro pólo, no universo das *oposições sindicais*, maior era a presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial dos inúmeros grupamentos existentes na viragem dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um exemplo típico do *novo sindicalismo*, a Oposição Metalúrgica de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da segunda corrente, a das *oposições sindicais*. Foi, portanto, destas duas grandes tendências – heterogêneas, quando contrapostas uma à outra, e muito diversas, também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam grupamentos vários – que nasceu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (ANTUNES, apud SILVA, 2008, p. 34). [Grifos no original].

Embora seja uma citação longa, estabelece a definição das disputas mesmo no interior da central, num primeiro momento dos chamados de *autênticos*, que vão fundar

a CUT, em 1983. Estas diferenças e disputas de concepção na forma de como atuar e organizar na base e as direções do movimento sindical no Brasil. Os organizados identificados com o chamado ‘novo sindicalismo’ ao se tornarem hegemônicos na direção da central, em 1988, constituíram uma política de formação para aumentar sua influência em suas bases e em outras bases. A partir de sua hegemonia nas direções, o próprio relato do período histórico enfocará a predominância do ‘novo sindicalismo’ e o protagonismo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, associada quase sempre a figura da liderança do Lula. Deste mesmo sindicato saíram também os presidentes da CUT Nacional nas décadas de 1980 e 1990, não por acaso.

Por outro lado, a construção das oposições sindicais esteve presente em todo o país, mas tinha uma maior representatividade e visibilidade na Oposição Metalúrgica de São Paulo, do maior sindicato do país. Para esta corrente de pensamento, mais alinhada com um perfil de organização pela base e com uma orientação histórica com um referencial classista, e já fazendo a crítica as práticas indesejadas da predominância da estrutura sindical, em seu nascedouro, era fundamental que a CUT não tomasse o caminho “convencional” da estrutura sindical ao invés da organização pela base.⁶⁴

No contexto das greves de 1968, no eixo São Paulo-Osasco, nascia a experiência das *Oposições Sindicais*, que tinham como principal bandeira a luta pela transformação da estrutura sindical brasileira, para deixar de ser ‘cupulista’ e atrelada ao Estado e tornar-se autônoma e construída pela base. Diferentemente do que ocorrera no pré-64, o movimento sindical passou a se dar em lutas menores, organizadas por pequenos grupos no âmbito das fábricas. Uma das principais referências das concepções políticas então nascentes foi o *Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo – MONSP*. (SILVA, 2008, p. 23).

Manter a organizar participativa pela base é muito eficaz, mas muito trabalhosa para quem quer se manter nas direções. Muitas oposições sindicais, ao ganharem os sindicatos, algumas vezes sem experiência outras eram ‘ganhos’ pela lógica da convivência com a estrutura sindical, e acabaram tendo dificuldades na luta constante contra os patrões e ‘administrar’ as tensões da chamada ‘burocracia sindical’.

O governo militar fez questão de priorizar a intervenção neste maior sindicato do país, nomeando para ele o “Joaquinzão”⁶⁵. Em muitas eleições sindicais houve as

⁶⁴ “Em 1979 as oposições sindicais realizaram o ENOS (Encontro Nacional das Oposições Sindicais) e o ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical)” (SILVA, 2008, p.33). Tem uma radicalidade contra a estrutura sindical e na defesa da liberdade, da democracia e do desatrelamento dos sindicatos ao Estado é uma de suas marcas.

⁶⁵ Joaquinção assumiu o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, em 1965, como interventor nomeado pela ditadura. Permaneceu no comando do sindicato por 22 anos. Em 1986, pediu licença para presidir a recém-criada CGT (Central Geral dos Trabalhadores), onde ficou até 1991.

‘tradicionais’ fraudes e controle do aparato eleitoral, impedindo a vitória da Oposição Metalúrgica de São Paulo.

Fechando este processo de construção e disputa pelas direções da CUT Nacional dos anos de 1980, é importante considerar que

desde o II CONCURTO, a Secretaria Nacional de Formação passou a ser controlada pela tendência majoritária: a *Articulação Sindical*. Tal corrente criou e dirigiu, por fora da estrutura oficial da CUT, a principal escola de formação, o *Instituto Cajamar*. Na sequência, as outras correntes políticas vinculadas à *CUT Pela Base* também acabaram criando ‘sua’ escola, o *Nativo da Natividade*. (CRUZ, 2010, p.139).

Isso, de uma certa maneira, acaba colaborando com a ideia de que a formação está ligada a um processo bem maior de disputa de concepções⁶⁶ e principalmente de controle de direções.⁶⁷ A formação de base é um importante mecanismo para se estabelecer e confirmar uma determinada posição política na base e/ou nas direções dos movimentos. Nesse sentido, a política de formação assume uma disputa pelo controle a longo prazo das formulações e das direções.

A entrevistada A-2 diz

A formação é um espaço de disputa. A formação é um espaço de construção. A formação é um espaço de poder.
Tem que fazer a formação na base. Quem tem medo de formar a base, não saber o poder ou o alcance da força da formação.
Hoje é consenso na diretoria a importância da Formação.

⁶⁶ Terminado o 2º CONCURTO, no Rio de Janeiro, em 1986, ficaram claras as divergências no interior da Central. Três chapas disputaram a hegemonia. De um lado a CUT Pela Base, hegemonizada pelo MOMSP (Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo) e pela DS (Democracia Socialista), como principais forças e que defendiam uma concepção de CUT Movimento, vanguardista, revolucionária, de massas. [...] Ainda um pouco mais à esquerda, mas também com essa mesma concepção, a Força Socialista e a Convergência Socialista se constituíam em um agrupamento menor. De outro lado estavam os chamados “sindicalistas independentes” que não eram ligados a nenhum desses grupos e que compunham a maioria da direção da Central e defendiam a CUT como uma entidade sindical. Os “independentes” decidiram, então, que era o momento de se organizar para defender a implementação da concepção que tinha sido vitoriosa no 2º CONCURTO e, para isso, era necessário uma ampla discussão, organização e a definição de uma estratégia de atuação. Foi convocado para o ano seguinte (fevereiro de 1987) um encontro desses sindicalistas independentes no Instituto Paulo VI, em Taboão da Serra (SP). [...] Ali nascia a Articulação Sindical, que em curto espaço de tempo, realizou encontros regionais, plenárias e encontro nacional para se preparar ao 3º CONCURTO, em Belo Horizonte, em 1988, quando a ArtSind apresentou a “se 10: Por uma CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e pela Base”. <http://articulacaosindical.com.br/publicacao/conheca-a-tese-10-a-certidao-de-nascimento-da-articulacao-sindical-3def/> . Acessado em 24/05/2019.

⁶⁷ A chegada da fundação ILDES ou Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Brasil, em 1977, cujo o nome da entidade alemã, Fundação Friedrich Ebert (FES), e sua parceria com a CUT, na formação, trouxe uma dimensão nova dos interesses da social-democracia europeia no Brasil. A parceria com a ILDES e a formação na CUT começa no início dos anos de 1980. Por que uma instituição alemã teria interesses em financiar a formação sindical da CUT no Brasil?! Nasce daí o Instituto Cajamar.

Nos processos de construção e de disputas quase sempre houve necessidade de convivência entre a luta pela pluralidade de participação e opiniões, a luta pela base na **fase de construção e da contestação**. Contudo, após esse processo de hegemonização, centralidade e quase da unicidade de pensamento, identificado uma a **fase da conformação** e a maturidade e um certo conservadorismo (envelhecimento) para olhar a realidade e a possibilidade de mudança social (ampla, de toda a sociedade, socialista ou apenas situações específica), de melhores condições de vida, convivendo com um projeto de construção da cidadania.

No contexto do Distrito Federal é necessário resgatar acontecimentos dois processos que contribuíram bastante para a movimentação social e pela participação, principalmente na categoria dos professores. Em 1985, com o fim da ditadura, é nomeado pelo PMDB o governo de Distrito Federal, José Aparecido. E Pompeu de Sousa é nomeado para a Secretaria de Educação e Cultura do GDF. Este nomeará, Fábio Bruno⁶⁸, como secretário executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, FEDF. Todos estes estiveram empenhados em desconstruir as forças conservadoras que eram maioria na estrutura de funcionamento da educação no DF, pós ditadura. Neste contexto é que se constroem os referenciais da Gestão Democrática. O nosso entrevistado **E-2**, que ingressou na FEDF, em 1982, conta que

Olha, primeira coisa, há de se resgatar a memória de Pompeu de Souza. Que era um jornalista, um militante da esquerda. Um cara que lutou contra a ditadura militar e quando ele assumiu a Secretaria de Educação do DF, ele pensou em resgatar o próprio currículo que não tinha matérias de formação mais comprometida com questões sociais. Como as áreas que fazia o aluno pensar. Que hoje querem. E hoje, passados esse tempo todo, querem tirar. [...] Naquela época o Pompeu pensava exatamente o contrário. E foi ele que propiciou a primeira abertura após a ditadura. Na figura do Fábio Bruno, diretor executivo da Fundação Educacional. Então ali começamos a discutir inclusive a primeira gestão democrática após ditadura militar, que fomos o terceiro estado da federação a implementar a gestão democrática. Só que aqui a gente avançou mais naquele período. Porque conseguimos eleger, o que hoje seriam os diretores regionais e naquela época os diretores de complexo. Então nós escolhemos diretores de escola, conselhos escolares e diretores de complexo. Então foi um debate muito bom, por força do que? De ter tido dois que estavam encabeçando a secretaria naquela época, o secretário e o diretor executivo que tinham sido perseguidos políticos.

⁶⁸ Fabio Bruno foi eleito presidente da Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília, APPESPB, em 15/06/1962 (SINPRO, 1990, p. 6), [Caderno de Formação nº 2], e foi perseguido pelo golpe militar de 1964.

O processo de construção da Gestão Democrática na FEDF, no final de 1985, foi precedido por um processo de discussões nas regionais e escolas, que recebeu o nome de Jornadas Pedagógicas na FEDF. Uma investida contra o conservadorismo, que vai criar as condições para a eleição de diretores nas escolas. A primeira experiência de Gestão Democrática no DF, ainda 1985, antes mesmo das direções cutistas no Sinpro-DF, e de uma forma ainda mais ampliada, pois além dos diretores de escola, também os diretores da regional de ensino, naquela época de complexo.

Segundo nosso entrevistado, **O-4**, as discussões sobre a gestão democrática, em 1985, foi uma decisão e uma construção por dentro da própria secretaria de educação, daqueles que tinham o viés da (re)democratização. Este grupo chegou a ser tratado sob a alcunha de o “grupo dos desalinhados”. Com a orientação de seus superiores, o foco era:

alavancar o espaço de desconstrução. Para isso foi ‘bolado’ uma estratégia que se chamou Jornadas Pedagógicas. Essas Jornadas Pedagógicas aconteceram em todos os complexos. Nós tivemos reunião todas as terças feiras com os diretores de complexos e de tempos em tempos, algo perto de três meses a três meses, se começou a se consumir, se constituir esse pólo chamado Jornadas Democráticas. [...] O fato é que as Jornadas Pedagógicas, Jornadas Democráticas Pedagógicas, elas passaram a ter uma vertente mais clara de que era necessário fazer as representações fluírem. De certa maneira, o diálogo com o Sinpro nunca esteve tão próximo e tão arriscado. Como foi naquele momento. Em virtude de que, dentro de um aparelho do Estado, como é a Secretaria de Educação e escola, você tem limites evidentes sobre a abrangência do que pode e do que na verdade não se pode fazer. [...] E as Jornada Pedagógicas elas trouxeram no seu bojo, uma clara e evidente manifestação de se tinha que abrir os espaços. Tanto é que as eleições vão ocorrer como um ponto de culminância desse debate nas Jornadas Pedagógicas.

Entrevistado **E-2**, embora não tenha se envolvido diretamente nas discussões pedagógicas, diz de forma que ouviu algo, “eu não participei porque o representante da área que eu atuava lá, não fui eu. Não fui eu que fui representando o Gama naquela época”. E sobre as Jornadas Pedagógicas

não estou assim lembrando dessa questão da pedagógica agora. Não lembro como foi o debate. Eu sei que houve, houve representante de cada regional para fazer essa discussão e a formação do currículo, eu lembro que houve essa discussão.

Esse processo de discussão que envolveu a construção das condições da participação, das Jornadas Democráticas Pedagógicas e da Gestão Democrática, em 1985, de uma certa forma, pode ter contribuído para a eleição da diretoria do sindicato e a primeira vitória eleitoral de uma chapa cutista, em 1986, pois a participação ‘pela base’ era uma das grandes bandeiras levantadas pelos ideais do chamado “novo sindicalismo”,

que durante um tempo caracterizou o início dos trabalhos sindicais da CUT em todo o país, e sobretudo no fortalecimento das oposições sindicais, nas comissões de fábricas e CIPA, e em outros setores nos locais de trabalho. É daí que se constrói a referência da Organização nos Locais de Trabalho, OLT. A base material de todo processo organizativo e sindical, segundo Gennari (1999).

No Sinpro-DF, foi somente na eleição de 1986, que uma chapa cutista ganhou a primeira eleição. E em 1987, após um amplo processo de discussão o Sinpro-DF se filiara a CUT. Nas palavras do nosso entrevistado E-2:

O que ocorre, naquela época tinha uma briga eterna na categoria, uma disputa para ver se filiava a CUT ou a CGT. Porque o Libério era ligado a CGT. Aí ele queria filiar, queria isso, queria aquilo... Acabou que houve um convencimento, houve uma eleição da nova direção do SINPRO, que foi quando entrou a professora Lucia Carvalho como presidente, Lucia Ivanov era vice. Naquele período houve sim esse debate de filiação a CUT e foi feito já nessa gestão a filiação a CUT. [Valter Nei era o vice.] Valter Nei Valente, Peninha. Exatamente!

Neste mesmo ano da primeira eleição da chapa cutista teremos as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em todo o país, em 1986. O Sinpro-DF que já vem com uma história de participação, se engaja muito mais. Na reta final das eleições, chega a realizar debates e a recomendar a participação em atividades do DIEESE com candidatos sindicalistas a deputado federal.

Imagem 2: Convite Para a Participação em Debate Eleitoral 1986

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS PROFESSORES,

Visando contribuir com a discussão para as eleições do Congresso Constituinte, o Sindicato dos Professores promoverá, nos dias 7 e 8 de novembro, debates com candidatos (as) ao Senado e à Câmara Federal.

A programação é a seguinte:

dia 7/11 (SEXTA-FEIRA) 20 HORAS - Auditório da Escola Normal de Brasília - debate com candidatas (as) ao Senado;

8/11 (SÁBADO) 15 HORAS - Auditório da Escola Normal de Brasília - debate com candidatas (as) à Câmara Federal.

Aproveitamos a oportunidade para divulgar uma outra programação. O DIEESE promove, nos dias 4/11 (TERÇA-FEIRA) E 5/11 (QUARTA-FEIRA) AS 9:30 HORAS DA MANHÃ, um debate com sindicalistas que concorrem às eleições de 15 de novembro. Eles devem apresentar suas propostas ao movimento sindical.

Colegas, prestigiem estas promoções. Vamos nos dar a chance de escolher as melhores pessoas para nos representar no Congresso Constituinte.

Saudações sindicais,

DIRETORIA DO SINPRO

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação – CEDOC/Sinpro-DF

Além das questões sindicais, as questões nacionais políticas-pedagógicas são aspectos da reflexão sobre todo esse período, desde a redemocratização às lutas na constituinte, Freitas (1996) comenta que:

Com o processo de transição democrática no Brasil, a sociedade civil ganha novo impulso. No campo educacional, a comunidade escolar – professores e funcionários das escolas, por meio de seus sindicatos e estudantes, por meio de suas entidades – foi o setor que mais se mobilizou por todo país, em defesa da escola pública, gratuita e de boa qualidade. Mobilizou-se, outrossim, por mais verbas para a educação, pela autonomia das universidades e contra o ensino pago, por eleições dos dirigentes das universidades e também pela valorização do professor (FREITAS, 1996, p. 41).

Mais do que só a situação do Distrito Federal, Freitas faz referência ao contexto de participação em nível nacional e considera que “durante os dois anos que ocorreram os debates sobre a Nova Constituição, a participação do campo educacional foi expressiva”. (FREITAS, 1996, p. 42). Isto demonstrou a força dos movimentos sociais organizados em defesa da educação, segundo Freitas (1996) e que no período constituinte foram apresentados seis projetos relacionados à gestão democrática no ensino. E contextualizando a presença dos movimentos envolvidos cita as discussões do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que

foi lançado oficialmente em Brasília em 09 de abril de 1987, com a finalidade de acompanhar os trabalhos constituintes, defendendo o ensino público e gratuito. Inicialmente o Fórum foi composto por quinze entidades nacionais: ANDES, ANPED, ANPAE, SBPC, CPB, CEDES, CGT, CUT, FENOE, FASUBRA, OAB, SEAF, UBES e UNE. No processo de elaboração da Nova LDB, o Fórum se ampliou, passando a contar com outras instituições da sociedade civil, tais como CONAM, UNDIME, CONSED e CRUB (FREITAS, 1996, p. 43).

No processo de elaboração e discussão da constituinte, junto às tentativas das categorias em recompor os seus salários por conta da inflação que corroíam a remuneração mensalmente dos trabalhadores assalariados, foram intensas as lutas e as tentativas de mobilizações regionais e/ou nacionais, e/ou por ramo de atividade como os vinculados a educação, além do fato de serem os trabalhadores com categorias bem numerosas, e estarem construindo as suas bandeiras nacionais. Esta organização e luta colaborou para a discussão e aprovação, na Constituinte de 1988, da aposentadoria especial para professoras(es).

Além dos cursos de formação, as principais experiências de aprendizado vêm dos confrontos de nossas ideias. E nossas ideias estão constantemente sendo tensionadas com as vivências da luta política diária. Nesse sentido, a luta política é o principal alavancador

do processo de formação. A luta política por si só, pode não dar conta de todo o processo de formação política. E sem a formação, a luta política fica sem os tensionamentos necessários aos processos de formulação e reformulação de pensamento, e dos processos de consciência individual, e principalmente dos coletivos.

Dentre as experiências de aprendizagem e tensionamento das elaborações e convicções estão os processos de lutas e das greves. As greves criam e oferecem o contexto de contradições inigualável no processo de confronto. Seja na dimensão individuais, coletivas ou de uma classe. A greve é um dos principais instrumentos de luta e tensionamento do funcionamento da ordem estabelecida. A todo momento, de forma quase imperceptível para a maioria, os trabalhadores são compelidos a realizarem seus trabalhos normalmente e naturalmente para o funcionamento da vida ‘normal’, conforme a norma dominante geral. Aos trabalhadores na sociedade compete trabalhar e serem remunerados por isso, conforme uma média geral estabelecida socialmente.

Se alguém ou alguma categoria resolve questionar o funcionamento normal (da norma) e legal (da lei) de forma ou modelo de funcionamento da sociedade, isso pode causar um efeito em cadeia que poria em questão toda a funcionalidade convencionada como norma da sociedade no contexto mais geral. Num contexto particular, o indivíduo ou trabalhador, ao questionar ou se recusar a se submeter as condições sociais estabelecidas por outrem, e proclamar ou exigir que sejam dados ouvidos sobre a forma de negociar no ‘mercado de trabalho’, o valor da sua mercadoria força de trabalho, ele estaria rompendo ou se contrapondo ao mais perigoso processo de engrenagem do funcionamento de um sistema social: a obediência. Esta é a funcionalidade de cada indivíduo (ou peça) numa engrenagem maior de funcionamento social, de todo e qualquer coletivo, imposto por uma minoria ou até pela maioria. Ou seja, o(s) indivíduo(s) que não depende(m) do outro para dizer o que quer(em) para si e o valor do seu trabalho são ‘peças’ sem controle, num todo de uma engrenagem. Por isso, as greves são tão perigosas e combatidas. Principalmente se forem nos sistemas produtivos.

Portanto, nenhuma greve é somente um ato individual de não querer trabalhar (vontade de não trabalhar). A greve é um questionamento social, coletivo e uma recusa de continuar vendendo sua força de trabalho (ou da forma de viver) nas mesmas condições de antes. Para que isso aconteça, o proprietário da força de trabalho, tem que ter ou criar as condições para começar a ter a consciência de que o trabalho é seu, enquanto força, enquanto potencial. Logo não é de outrem. Logo, não se volta à um processo simples de alienação, como dantes.

O gatilho despertado por um processo de tomada de consciência temporária ou parcial de um processo de venda da força de trabalho é pensado numa forma exponencial sem controle ou limites.

Em 1987, aconteceu uma greve, em que o secretário de educação, Fábio Bruno, tem que tentar gerir, ao lado de toda uma herança de uma política nacional, de contingenciamento de tentar administrar as finanças do estado em nível nacional e do GDF. Essa greve colocará em processo várias questões da política nacional, no momento de funcionamento da constituinte e discutindo todas questões sociais (educação, saúde, transporte, moradia, emprego, seguridade e aposentadoria, direitos individuais e coletivos). Essa greve tem uma marca na história da categoria, num contexto muito rico de aprendizagem e formação. Foram encontrados registros no Centro de Documentação do Sinpro-DF.

Imagem 3 – Atividade da Greve dos Professores do DF em 1987



Fonte: Arquivo do Centro de Documentação – CEDOC/Sinpro-DF

Além das greves da categoria, muitas foram as experiências de divergências e do confronto com os governantes que achavam que as políticas de educação pública para serem construídas precisam apenas serem decididas pelo governo e implementadas pelos trabalhadores dos órgãos públicos. No entanto, as políticas de governo, a partir dos órgãos públicos para o atendimento da população em geral, são políticas de estado, e por isso

passível de explicações e questionamentos. Nem sempre os governantes têm essa mesma compreensão.

No Governo do Distrito Federal, a categoria dos professores em sua história teve uma longa relação de disputas e enfrentamentos com o governador Roriz e sua secretária de educação, Eurides Brito. Muitas destas relações se deram em meio as greves da categoria. As greves acabaram se constituindo como uma das marcas de luta da categoria no Distrito Federal. E as greves se constituíram com muita frequência na história da categoria dos professores e as suas consequências na vida de toda a comunidade escolar e do Distrito Federal

Depois da experiência da Gestão Democrática, em 1985, e da primeira passagem do governador Joaquim Domingos Roriz (1988-1990, 1991-1994, 1999-2006) pelo GDF, o nosso entrevistado, **E-2**, fala sobre a compreensão do governador Roriz sobre a gestão democrática:

O governo Roriz não permitiu. [1988] E disse que se nós quiséssemos eleições, nós deveríamos primeiro ganhar o governo do Distrito Federal. E depois pensar direção de escola.

Depois da filiação a CUT e de se posicionar sobre as questões locais e nacionais, iniciou-se um processo de formação sindical da diretoria do Sinpro-DF, em 1989 com outras categorias cutistas locais e nacionais.

Após esse processo geral de formação política sindical, para os diretores do Sinpro-DF, começa a se pensar no processo de formação mais amplo e específico para a categoria. E que também pudesse envolver uma parcela significativa da categoria e que permitisse e colaborasse no processo educativo político sindical da categoria. É com esses norteadores que serão pensados os primeiros Cadernos de Formação Sindical do Sinpro-DF. Estes cadernos foram elaborados em 1989 e 1990.

5 - Resumo dos Registros de Atividades de Formação no CEDOC

Após pesquisa junto ao acervo disponibilizado, encontramos alguns arquivos gerais de atividades de Formação com Registro no CEDOC do Sinpro-DF durante a fase cutista, organizados com a anuência da diretoria do Sinpro-DF. Informamos que o arquivo é bem maior do que estes achados. A apresentação está em ordem cronológica:

- Cadernos de Formação nº 1 Conhecer a História Para Transformar a Sociedade (1989);

- 29/09 a 06/10/1989: 1º CUT nacional, para dirigentes, em Cajamar (Lista de presença: Antonieta e Rejane da diretoria do Sinpro-DF)
- Cadernos de Formação nº 2: Sindicato, Direção Colegiada e suas Instâncias de Base (1990);
- Curso de Formação do Projeto “Tereza Noronha” – 11 a 15/07/1990. Literatura Infantil.
- Curso de Formação Política Sindical 17, 18, 19 e 20 de outubro de 1993, em 4 pólos (que depois serão referências das subsedes). As reuniões foram a noite das 18:30 as 22:00 horas. Jornada Sindicais de Formação Políticas.
- CES e NEP 13 DE MAIO. Temas abordados: Como Funciona a Sociedade, História dos Modos de Produção e Surgimento do Sindicalismo: a) 14, 15 e 16/04/1994, no Plano Piloto, Hotel Bittar; b) em 18 e 19/10/1994, Planaltina; c) 20 e 21/10/1994 no Plano Piloto; d) segundo semestre de 1995, em Samambaia.
- Seminário de Formação – Transformação no Mundo do Trabalho: Desafios para o Movimento Sindical e Impactos para a Saúde, em 06/07/2002;
- Seminário das Escolas Normais, em 25/10/2003
- 2004, Foto da 1ª Turma do Curso Inicial de Formação em Goiânia.

Após o estudo sobre as evidências da pesquisa, pode-se organizar, de forma resumida e esquemática, a história do Sindicato dos Professores do Distrito Federal em uma cronologia geral das forças políticas que dirigiram o Sinpro-DF e as propostas de Formação Política Sindical.

- 1) das Associações Profissionais dos Professores (APPs) e a fundação do Sinpro-DF (de 1975 a 1986: setores de professores se organizavam próximo ao PMDB e o PDT). Uma proposta de formação sindical básica inicial, para a construção e organização do sindicato);
- 2) Período Cutista: eleição de 1986 até 2019. Uma proposta de formação política com o referencial de professores cutista. Este período foi muito intenso e pode ser subdividido em momentos históricos, mais ou menos organizados:
 - a) **entre 1986 até 1996**: disputas entre os professores do campo das forças: CUT Pela Base e próximos, e a Articulação Sindical (ArtSind). Foi desenvolvida uma proposta plural, onde cabiam as muitas visões e

escolas de formação: Instituto Cajamar (SP), 07 de Outubro (BH), o CES (SP) e o NEP 13 de Maio (SP);

- b) **entre 1997 e 2001:** transição entre a disputa entre os professores e o controle do Sinpro-DF (já com um predomínio político da ArtSind). Participação em atividades de formação geral e para a constituição da ECOCUT. (Com a expulsão dos 9 diretores, inclusive com diretores da própria ArtSind, com suas disputas internas). É o fim de uma proposta de formação mais à esquerda e mais plural. Já começando o funcionamento das escolas regionais da CUT de formação sindical, com a ligação com a CNTE;
- c) **entre 2001 até 2019:** o controle hegemônico dos professores ligados a ArtSind (embora haja outras forças políticas); com o início do atual Programa de Formação, a partir de 2004 até 2019, em parceria e determinação da ECOCUT e a CNTE, com módulos e fascículos próprios, que serão desenvolvidos em todo o país pelas 6 escolas regionais brasileiras. No setor da educação com a coordenação da Escola de Formação da CNTE, a ESFOCE.⁶⁹

Retomando ao andamento da pesquisa participante, relatamos acompanhamento de algumas atividades realizadas no 1º semestre, em 2019, pelo Sinpro-DF:

- a) A Semana Pedagógica do Sinpro-DF, de 15 a 22 em fevereiro de 2019;
- b) Assembleia dos Professores, com paralisação, 15 de Março;
- c) As atividades comemorativas ao Aniversário de 40 anos do Sinpro-DF;
- d) O Dia de Lutas, em Defesa da Educação, em 15 de Maio;
- e) Assembleia para eleição da Comissão Eleitoral, em 13/04, abertura do processo de eleição para nova diretoria, mandato 2019 a 2022;
- f) Extraoficialmente, há uma pesquisa ‘informal’, que revela um perfil conservador majoritário e a possibilidade inscrição de uma chapa de direita. (Com isso, há um receio eleitoral de um possível comportamento inesperado, fruto de um desgaste dos sindicatos, em geral, e com a diretoria do Sinpro-DF, na base);
- g) A montagem, as composições e inscrições das chapas concorrentes à nova diretoria do Sinpro-DF, até o dia 29/04/2019. Se inscreveram três chapas, com os mesmos perfis das chapas da eleição anterior, em 2016.

⁶⁹ Este modelo será a referência do intercâmbio e cooperação internacional da CUT, através da Internacional da Educação, IE, para outros países.

- h) O resultado eleitoral, da votação das 3 chapas, em 28 e 29/05/2019, foi: Chapa 1: 6.971 (72%), Chapa 2: 1.165 (12%) e a Chapa 3: 1.553 (16%). Votos Brancos: 95 e Nulos: 345. Foi reeleito o mesmo grupo político;

De forma geral, as ações políticas atingiam o conjunto dos sindicatos em nível nacional organizados em torno da central sindical. Foram acompanhadas as informações relacionadas à CUT, e em conjunto com outras entidades nacionais, no primeiro semestre de 2019:

- a) Preparação da IV Conferência Nacional da Formação Sindical da CUT;
- b) Os projetos no Congresso Nacional e as ações do governo contra os trabalhadores em geral e da educação. A propostas de reformas e ‘cortes’ de recursos para educação;
- c) Um contexto social de dificuldades com o desemprego e trabalho informal;
- d) A proposta de Reforma da Previdência contra os trabalhadores, em especial, a situação do magistério, propondo o fim da aposentadoria especial;
- e) Os setores da educação e apoiadores na mobilização do Dia 15M (15 de Maio);
- f) As entidades estudantis UNE e EBES convocam para o Ato de Protesto para o 30/05, e recebe o apoio de outras entidades nacionais, contra os ataques à Educação e a ‘retirada’ de verbas;
- g) O anúncio da paralisação e Greve Geral no dia 14/06, de todas as centrais sindicais unificado: Contra a Reforma da Previdência e a Retirada de Direitos;

Seção IV – Concepções de Sindicato e da Formação Sindical

O trabalho de formação objetiva não só se detém em olhar para a aparência, mas para compreender a essência das coisas, ou seja, elaborar teoricamente, abstrair de uma realidade a camada superficial para ir adentrando outras camadas. E depois, sair de uma camada superficial para camadas mais profundas do processo de conhecer do real. Tentar compreender a essência, não mais das coisas, mas dos fenômenos que criam as coisas. Tentar compreender o seu processo em desenvolvimento: a sua dialética.

O que seria olhar para a aparência da sociedade e tentarmos compreender a sua essência? Compreender a sociedade em que vivemos. Se situar no mundo, no tempo histórico e num espaço geográfico. Para compreender a sociedade capitalista, tem que compreender a sua essência, além da sua aparência. A sociedade se apresenta como sendo uma sociedade das mercadorias

A mercadoria é aquilo que é produzido para ser comercializado que pode satisfazer necessidade (valor de uso) e a sua existência, a partir de seu processo histórico de construção, se atribui um valor de troca determinado. Portanto, tanto mercadoria carrega um valor de uso (que lhe torna útil) e um valor de troca, perante outras mercadorias, que se constitui antes, mas que se realizará, enquanto valor, no ato da troca, seu valor. Se a mercadoria, que é produzida para realizar o seu valor de troca, não realizada sua troca, ela perde a sua principal função dentro da sociedade capitalista: se transformar de alguma forma em capital, ou seja, valor que se valoriza.

As mercadorias que não se transformam em valor que se valoriza, criam um problema para a forma de funcionamento do sistema. Enquanto isso for de forma isolada com apenas poucos capitalistas, isso é normal e até necessário dentro de um processo de concorrência e eliminação de alguns concorrentes 'individual' (falência). Mas, se a grande maioria do sistema tem problemas para a valorização do valor, a realização (venda) da mercadoria, isso abre um processo de crise dentro do funcionamento interno do sistema.

Dentro da sociedade capitalista (das mercadorias) o ser humano é visto como um produtor de mercadorias, ou melhor, o seu potencial produtivo, a força de trabalho, em potência, é também uma mercadoria, que pode ser alugada (vendida para uso por um determinado tempo) e utilizado no processo de produção de mais mercadoria. Portanto, a Força de Trabalho (FT, potencial produtivo que o ser humano carrega), ela mesma é uma mercadoria, vendida e comprada no mercado de trabalho.

Compreender esse processo nos coloca em um patamar superior para compreender de forma inicial o funcionamento básico da sociedade historicamente construída a qual estamos inseridos nesse tempo histórico determinado. É esta compreensão que dará a condição, a partir dela, de decidir o que fazer com esta situação. Se não se conhece a essência do funcionamento da sociedade, não se terá minimamente a bússola de orientação. Depois de conhecer, dominar esta bússola é que se pode traçar os caminhos para onde se quer chegar.

Essa bússola está na compreensão da mais valia, que para o próprio Marx demorou um certo tempo para o seu amadurecimento e descoberta. Embora seja uma coisa material, a mais valia, só foi possível se perceber a partir de um processo de estudo e abstração, na relação de apoderar-se da vasta quantificação de dados sobre a economia produtiva inglesa, disponibilizada na biblioteca de Londres. Depois de Marx é muito difícil numa análise crítica, que não estabeleça a relação entre a sociedade capitalista, capital e a mais-valia.

De forma sintética, o trabalhar desenhar algumas formulações básicas como ponto de partida da discussão do referencial da pesquisa, do sentido da formação política classista. O modo de produção capitalista se caracteriza pela produção de capitais. E o que é a produção de capitais? Será que na sociedade capitalista todos são capitalistas? Será que capital é o mesmo que dinheiro? Logo, se for verdade, todo aquele que tem dinheiro (em pouca ou grande quantidade) é um proprietário de capital, logo um capitalista? Na Educação, por parte de alguns teóricos, se usa o termo capital cultura. Logo todos que tem um chamado ‘capital’ são proprietários capitalista, mesmo que seja, de capitais culturais? Ou Seja, se estamos numa sociedade capitalista, todos somos capitalistas?

Para começar a tentar responder a algumas destas perguntas⁷⁰ precisamos limpar as muitas questões embaralhadas e/ou confusões: quais as classes estão presentes na sociedade capitalista? Sendo mais claro, quais as classes são fundamentais para a existência da sociedade capitalista?

A sociedade capitalista se caracteriza pela produção e circulação de capitais. Só que estes capitais se materializam em mercadorias. Daí vemos, aparentemente, a sociedade da produção e circulação de mercadorias. A mais valia é uma categoria de compreensão fundamental. É um divisor de águas no processo de compreensão inicial de

⁷⁰ Marx estudou e tentou explicar a sociedade capitalista, no seu processo de elaboração teórica para a crítica a economia política. Só conseguiu publicar em vida o volume 1, de O Capital, 1867.

conhecer a sociedade em que vivemos e como elaborar sobre ela. Sua não compreensão correta induziu a erros no entendimento sobre o objeto. A mais valia entendida com um processo de produção de mais valor que será apropriado pelo patrão, comprador da força de trabalho (FT), e o empregado, vendedor da FT e produtor de valor novo e de mais valor.

A mais valia, embora seja uma produção material, ela só é percebida através de um processo de análise e abstração de uma realidade material. Fruto de uma elaboração teórica, de uma construção, a partir da abstração de uma realidade específica que não se mostra na aparência.

Ao refletir sobre o conceito a ser ensinado como uma totalidade do projeto social, Curado (2017) elabora que na “formação de professores, na epistemologia da *práxis*, compreende que o conceito jamais pode ser tomado separadamente de uma concepção teórico-metodológica” (CURADO SILVA, 2017, p. 19). Em nossa reflexão sobre a centralidade do conceito de mais valia para a compreensão do funcionamento da sociedade e para a elaboração teórico do pensamento marxista e do todo materialismo histórico e dialético. Ao continuar refletindo sobre a importância do conceito

Ele faz parte de uma filosofia e de várias ciências que, ao longo da história do homem, respondem a problemas práticos. Ou seja, o ensino do conceito pressupõe a sua articulação com outros conceitos como totalidade do saber elaborado. O conhecimento do conceito pressupõe o conhecimento da história da produção do próprio conceito, como também da história da produção daquele conceito dentro daquela ciência e daquela filosofia. Portanto, o conceito não é um simples fragmento de saber, um enunciado, mas é parte de uma teoria. Sem o conhecimento da teoria que dá sustentação ao conceito, este se torna uma ideia abstrata difícil de ser compreendida e assimilada. (CURADO SILVA, 2017, p. 19).

Especificamente sobre o conceito de mais valia⁷¹, é preciso reunir as condições materiais, concretas num primeiro momento, depois abstrair sobre essa realidade e colocar alguns elementos que só serão possíveis de serem vistos após a realização do processo enquanto produção e seja ‘apurado’ enquanto realidade após a sua realização no processo de circulação e troca de mercadorias. Isso faria um todo específico daquele processo de produção de mais valia particular, específico. A abstração da análise, e a volta ao concreto (abstrato), não mais de forma inicial, mas de sua realização enquanto análise.

⁷¹ Pretendíamos realizar, enquanto estratégia inicial, a discussão da mais valia como fio condutor dos quatro capítulos do texto e relacioná-la com a formação. Mas, infelizmente, o tempo no processo da escrita, não nos permitiu realizar este e outras discussões que gostaríamos. Tínhamos elaborado uma síntese didática da apresentação e discussão inicial deste conceito teórico tão fundamental.

Isso permite sair do concreto simples para o concreto pensado, materializado em sínteses. Ou seja, o concreto pensado, enquanto síntese de múltiplas determinações.

1 - As Entrevistas, a História e as Concepções de Formação

As entrevistas sobre a forma de conceber o sindicato e a formação sindical estão relacionadas aos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos. Faremos a contextualizações dos momentos históricos e a leituras políticas dos nossos entrevistados a partir de seu referencial e aspectos históricos a que se referem.

Compreende-se a relação entre a Lärarförbundet e a ECOCUT, e a construção do processo de hegemonia da ArtSind. Dentre as entrevistas coletadas uma que se destacou, sem sombra de dúvida, a entrevista concedida por um dos principais dirigentes da CUT nacional, que também foi diretor da CNTE e diretor do Sinpro-DF por 5 mandatos, em tempos diferentes, além de uma demonstração de muita experiência, consegue apresentar uma dimensão do tamanho da importância, envergadura e alcance da política de formação da CUT, inclusive para outros países, através da política de cooperação internacional. Essa experiência teve um início com as parcerias internacionais.

Entende-se a relação entre a Política de Formação da CUT e a cooperação internacional. Ainda durante os anos de 1990, inicia-se a parceria conhecida por poucos, com um sindicato nacional dos professores da Suécia com o auxílio financeiro para a política de formação. Não foi possível ter acesso aos registros históricos para saber se o convênio foi realizado diretamente com o Sinpro-DF, ou com instâncias superiores da CUT nacional, ou com as escolas de formação da CUT.

Como relata **E-3**, a Lärarförbundet ajudou na política de formação desenvolvida no Sinpro-DF, durante os anos de 1990. Conta que chegou a escrever os relatórios de atividades. Que depois eram entregues aos funcionários para digitar no computador, pois na época, 1994, não havia acesso fácil. Fala da necessidade e da prática do registro das atividades realizadas e a prestação de contas. Nossa entrevistada **E-3** fala

“Eles mandaram correspondência via CUT Nacional, que mandava para a CUT local. Havia uma série de restrições com a questão do dinheiro, como poderia ser gasto, como todo dinheiro que vem de fora, você tem que prestar contas. A gente fotografava o que a gente fazia. E eu sempre recebi com muita desconfiança dinheiro de instituições, qualquer que seja”.

O aporte financeiro dado pela Lärarförbundet foi determinante para que se implementasse a política de formação do Sinpro-DF com as duas instituições de formação: CES (Centro de Estudos Sindicais) e o NEP 13 de Maio (Núcleo de Educação

Popular – 13 de Maio). As duas entidades, além de serem sediadas em São Paulo, cidade com o maior número de habitantes, de trabalhadores, de operários nos anos de 1990 do Brasil, também estava lá o ‘berço’ do chamado ‘novo sindicalismo’.

No acervo do CEDOC do Sinpro-DF, que parte encontra-se digitalizado, o documento (imagem 5) faz referência a um período em que já se tentava constituir a política de formação (diferente da que estava sendo executada com o CES e o NEP 13 de Maio), que depois de alguns anos será organizada e centralizada pela ECOCUT de forma única.

Essa centralização da formação acaba com a prática de embates de ideias em disputa necessária e saudável a toda e qualquer discussão e construção de horizontes contra-hegemônicos. Em análise ao documento histórico podemos observar alguns aspectos que podem nos ajudar a compreender as ações envolvidas na construção desse processo de formação com as entidades sindicais do Centro-Oeste, dentre elas o Sinpro-DF, o foco de interesse da pesquisa. Será enumerado alguns dos itens com as informações sobre o ofício encaminhado aos sindicatos convidados a iniciar as primeiras reuniões do processo de formação com a CNTE e Escola de Formação da CUT Centro-Oeste:

- 1) É um documento oficial da CNTE (ofício 009/95 da Secretaria de Formação);
- 2) Data e local da correspondência: Brasília, 04 de março de 1995. (Sede da CNTE).
- 3) Dirigido as 6 (seis) sindicatos de trabalhadores em educação de 5 unidades federativas brasileiras, chamada regional “Centro-Oeste” (MS/MT/GO/TO/DF);
- 4) Assunto: Seminário Regional Centro-Oeste de Formação Sindical
- 5) Local e data do encontro: a ser realizado nos dias 30 e 31/03 a 01/04/1995, em Goiânia, GO;
- 6) Número de participantes e critério de participação: (por cada entidade) (devem ter participado da fase estadual do projeto).
- 7) As entidades parceiras e/ou financiadoras: CNTE / IE / LÄRARFÖRBUNDET / LO / TCO
- 8) Distribuição dos custos do seminário: entidades financiadoras: 90%. Entidades participantes: 10%;
- 9) Os custos que estão inclusos: transporte aéreo, terrestre interestadual, alimentação, alojamento, material didático, palestrante e deslocamento da Coordenação do projeto.

Imagem 4 – Ofício da Secretaria de Formação da CNTE aos Sindicatos do CO

CNTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DF.CIRC.009/95 SFO Brasília, 04 de março de 1995.

De: Secretaria de Formação
Para: Secretarias Estaduais de Formação Sindical dos Sindicatos dos Estados de
MS/MT/GO/TO/DF (Regional Centro-Oeste)

Assunto: Seminário Regional Centro Oeste de Formação Sindical
Goiânia(GO) 30 e 31/03 a 01/04 de 1995.

Prazados Companheiros,

Ao cumprimentá-los, servimo-nos do presente para dar as últimas orientações para a realização do Seminário Regional de Formação;

1) Data/Hora/Local
Data: 30 e 31/03 e 01/04/1995
Hora: início às 08 horas do dia 30/03/95
Local: Goiânia

2) Número de participantes e critério de participação
O número de participantes conforme o projeto original são 30, cujas vagas foram assim distribuídas: FETMS/MS (5); SINTEP/MT (7); SINTEGO/GO (5); SINTET/TO (2); SINPRO/DF (7) e SAE/DF (04).
Os participantes a serem indicados devem estar entre aqueles que participaram da fase Estadual do projeto.

3) Distribuição dos custos do seminário
O projeto prevê que a CNTE / IE / LARARFORBUNDET / LO / TCO, financiarão 90% dos custos com transporte aéreo, terrestre interestadual, alimentação, alojamento, material didático, palestrante e deslocamento da Coordenação do projeto. Os 10% serão distribuídos entre as entidades participantes com as seguintes quantias:

ENTIDADE	VALOR R\$
SINTEP/MT	165,00
FETEMS/MS	116,00
SINTEGO/GO	46,00
SINTET/TO	46,00
SINPRO/DF	165,00
SAE/DF	92,00

4) Repasso dos Recursos

Fonte: Centro de Documentação – CEDOC/Sinpro-DF

- 10) O custo 'percapta' por entidade (exceto de GO): R\$ 23,00. (Provavelmente, excetuando as despesas com o deslocamento de Goiás);
- 11) Embora o documento anuncie o item 4: Repasse dos Recursos, no arquivo em que foi escaneada a digitalização não tem esta continuidade da documentação. Tem outras informações sobre o pedido de AFAST de 2 representantes da base. E um

outro documento, informando um terceiro participante, membro da diretoria do Sinpro-DF, naquele período.

12) Quadro com os dados organizado para permitir contextualização.

Quadro 4 - Organização dos Dados por Entidades Convidadas Para a Reunião com CNTE

Entidade	Unidade	Por entidade (10%)	Valor R\$ (100%)	LÄRARFÖRBUNDET Valor (90%) IE CNTE	
SINTEP/MT	7	R\$ 165,00	1.650,00	23,57 *Salário (1)	16,5 **Salário (2)
FETEMS/MS	5	R\$ 116,00	1.160,00	16,57	11,6
SINTEGO/GO	5	R\$ 46,00	460,00	6,57	4,6
SINTET/TO	2	R\$ 46,00	460,00	6,57	4,6
SINPRO/DF	7	R\$ 165,00	1.650,00	23,57	16,5
SAE/DF	4	R\$ 92,00	920,00	13,14	9,2
TOTAL	30	R\$ 630,00	6.300,00	90,00	63,0

Fonte: Quadro Confeccionado pelo Autor, a partir das Informações da imagem 5.

* O Salário Mínimo (1) a partir de 01/09/1994, R\$ 70,00.⁷²

** O Salário Mínimo (2) a partir de 01/05/1995, R\$ 100,00.

O processo desenhando a construção da organização da ECOCUT, nesse período de março de 1995, aparecerá todo ele já conformado e em pleno funcionamento. Somente muitos anos após, em entrevista com **E-5**, um importante dirigente da CUT, é que teremos a noção daquele momento inicial, nesse processo.

Parece que esse é um processo de organização nas entidades ligadas a regional Centro-Oeste, de um projeto nacional, com a CNTE, em parcerias com a Internacional da Educação (IE), a sueca Lärarförbundet (Sindicato dos Professores Nacional da Suécia), a Confederação Sueca de Empregados Profissionais (TCO) e a Confederação Sueca de Sindicatos (LO).⁷³

Embora o documento se refira aos sindicatos ligados aos trabalhadores em educação, este processo contribuiu para a constituição da Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT, a ECOCUT. Depois de constituída, esta escola de formação estabeleceu relações com muitas outras categorias de trabalhadores, de vários ramos de atividades profissionais. O eixo da centralidade esteve na vinculação à CUT e a cada um dos sindicatos.

Nesse mesmo período de meados dos anos de 1990, em cada uma das 5 regiões brasileiras e no estado de São Paulo, foram constituídas as 7 escolas de formação da CUT.

⁷² A apresentação da referência dos valores do Salário Mínimo da época é somente para termos uma noção de comparação, sobretudo por conta de que futuros governos terão políticas de valorização.

⁷³ A LO e a TCO representam, em 2019, um total de 3,2 milhões de membros de sindicatos na Suécia.

Após longos períodos de preparação e reuniões foram se estruturando as escolas da CUT de formação, na década de 1990.

Tumolo (2002) relata que na estrutura de organização do Plano de Formação, as reuniões e seminários de preparação são entendidos e listados já como atividade de formação e não somente as práticas efetivas de curso. Há o relato de um dos membros da secretaria de formação do Sinpro-DF, no período de 1998 a 2001, de **E-6** de ter participado de reuniões formação em Goiânia.

Durante os anos de 1990 tivemos as ricas experiências de formação sindical para a diretoria do Sinpro-DF e para a base. Nos arquivos digitalizados do CEDOC e documentos pessoais (certificados), foram encontrados registros de atividades de curso de formação, com as datas dos anos 1993, 1994 e 1995, com o Centro de Estudos Sindicais, CES, e o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio com a certificação constando a *Lärarförbundet*.

No ano de 1996, foi muito intenso com uma greve de 44 dias, em que a categoria saiu muito marcada, pois foi a primeira greve em um governo, dito de esquerda, governo do Cristovam Buarque. A categoria dos professores era tida interna e externamente como a que mais se identificava com o Governo Democrático e Popular no Distrito Federal. A categoria, com o ‘apoio’ aberto da direção do sindicato, se integrou na campanha eleitoral de 1994.

Com a posse do governador Cristovam Buarque, eleito pelo PT, ex-reitor da UnB, e identificado com a educação, constituiu-se em um governo com uma forte expectativa popular. Uma de suas ideias polêmicas para a época, causava muitas “especulações: a Bolsa Escola, dará certo ou não?!” “É uma política assistencialismo de um governo petista?!” “Será que essa medida de fato trará ganhos para a população de baixa renda no DF?!”

Enquanto estava em andamento a prática de formação com o CES e o NEP 13, se constituía a estrutura das futuras atividades da regional a partir da política das Escolas Sindicais. Por estar em andamento esse processo das escolas regionais, começou depois de um certo momento, haver resistências e a não aprovação à participação nas atividades de cursos com o NEP 13 de Maio, segundo **E-7**. Para os diretores ligados a CSC, não havia resistência à participação nos cursos do CES, por ser da mesma orientação da linha política destes diretores.

Como já mencionado anteriormente, a ‘eliminação’ da divergência na diretoria se deu com a expulsão dos 9 diretores e o processo de hegemonização política, por parte da

Articulação Sindical. Foram continuadas as relações para a existência da ECOCUT. Essa atitude, na prática, acabou com a proposta de formação com o 13 de Maio e o CES, no início de 1997. Este mandato sindical se encerrou em 07/1998. Mas esta proposta de formação sem encerra com a ‘expulsão dos 9’, em abril de 1997.

Em 1997, recompõe-se na diretoria as vagas deixadas pelos 9, já sob a nova hegemonia da ArtSind. Em 1998, o mesmo grupo do diretor Marcos Pato, (ArtSind) amplia as alianças com as forças e ganha a eleição, tendo como seu principal opositor eleitoral a chapa mais próxima politicamente ao ‘grupo dos 9’. Em 2001, após um grande desgaste na base da categoria, setores políticos próximos ao ‘grupo dos 9’, com maioria da outra parte da ArtSind, ganham as eleições. A ArtSind, mesmo dividida em duas chapas (1 e 3) ganha a direção. Esses grupos, sob a hegemonia da ArtSind, permanecem na direção até 2019. Sendo reeleito para mais um mandato até 2022.

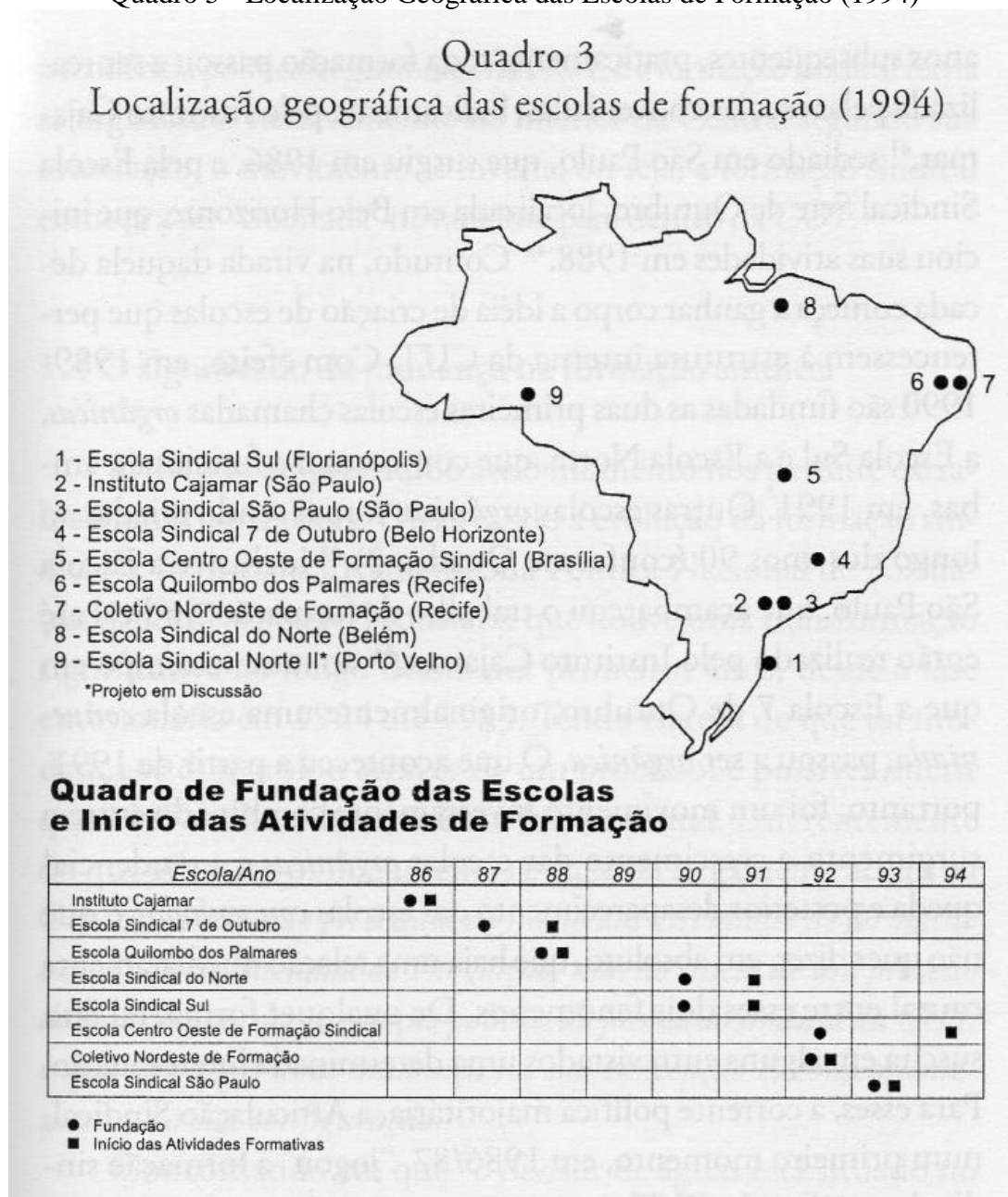
Em relação ao tempo de permanência na diretoria do sindicato, até o momento, uma ex-diretora do Sinpro-DF, tem seis mandatos intercalados, inclusive com passagem pela presidência da CUT/DF e com um mandato de deputada distrital no DF. Neste momento⁷⁴ há outros 4 diretores com cinco mandatos consecutivos, ambos entraram em 2004 e estão reeleitos para mais um próximo mandato até 2022, será o 6º (sexto) seguido.

Um dos objetivos no início do processo de formação era o de formar novas lideranças para a base e a diretoria do sindicato. A participação em chapas é construída a partir das discussões de setores organizados na categoria. As eleições acontecem de 3 em 3 anos. No Congresso da categoria em 2003, após uma ampla discussão na base, na eleição do ano anterior marcadas por uma forte discussão de renovação pela base, foi aprovado um item que permitia somente uma reeleição, ou seja, dois mandatos consecutivos de cada diretor. Isso forçaria as direções a se renovarem. Antes do término destes dois mandatos, apoiadores da diretoria propuserem e foi aprovado numa Assembleia/estatutária, a renovação, a cada eleição de no mínimo 1/3 da diretoria. Desde então, a parte periférica de mais de 1/3 muda. Mas o centro, dentro da margem estatutária, pode ficar na diretoria de forma indefinida, enquanto forem eleitos.

⁷⁴ Dos 39 diretores, atual diretoria (2016-2019) é composta por: 20 (ArtSind), 5 (Corrente Sindical Classista, CSC), 4 (“Grupo dos 4”), 3 (CUT Socialista e Democrática, CSD), 3 (“Grupo do CI”), 2 (LIDA), 1 (O Trabalho, OT) e 1 (Articulação de Esquerda, AE). E a nova diretoria (2019-2022), eleita com 6.971 votos, com 72% dos votos válidos, temos a seguinte composição: 17 (ArtSind), 5 (CSC), 5 (CSD), 4 (G4), 3 (LIDA), 1 (OT) e 1 (AE).

Mesmo as reuniões de planejamento constam como o início das atividades. Os cursos vieram mais tarde. A ECO CUT aparece como sendo a última a iniciar as atividades.

Quadro 5 - Localização Geográfica das Escolas de Formação (1994)



Fonte: Localização Geográfica das Escolas de Formação. (TUMOLO, 2002, p. 177)

2 - Compreensões Sobre a Cooperação e a ECOCUT

Por que a sueca Lärarförbundet, uma entidade sindical nacional dos professores, estabeleceu uma parceria com a CNTE, e com isso ajudou a construção das 7 escolas de formação regional da CUT? O que a formação sindical tem de especial que mereceu tamanha atenção? Essas foram algumas perguntas, que demonstravam um certo receio por parte de alguns diretores do Sinpro-DF, em 1994, quando da cooperação internacional com a entidade sueca. A entrevistada **E-3**, manifestava “a gente tinha medo de ser uma agência que bancasse a formação que tivesse a ver com sindicalismo pouco combativo, um sindicalismo de conciliação de classes”.

A parceria com a Lärarförbundet fez com que se iniciasse, de uma certa forma, o financiamento à formação sindical externa a categoria. Essa cooperação no Sinpro-DF começou a se materializar, até onde se sabe, com a realização de duas entidades paulistas que trabalhavam com a formação sindical, mas que não tinham laços com a entidade sueca. As entidades, Centro de Estudos Sindicais, o CES e o Núcleo de Educação Popular, NEP 13 de Maio, ambas com um referenciais classistas, mais a esquerda,⁷⁵ de orientação marxista. Estes cursos aconteceram entre os anos de 1994 e 1995, até onde se têm os registros acessados no CEDOC do Sinpro-DF. Não foi possível acessar todos os registros, pois ainda não foram finalizados os processos de digitalização dos documentos, que se encontra parado desde 2017.

Sobre esse processo, **E-3** diz

A Lärarförbundet bancou esses dois projetos. [...] A minha ideia já foi trazer o 13 de Maio, porque tinha e tem uma pegada de educação popular. Para mim sempre interessou mais, porque é a minha pegada. Eu estava num espaço de poder que era a secretaria de formação política. Eu ia forçar essa coisa da educação popular. Porque ao mesmo tempo a gente tinha uma veiculação das ideias da gestão democrática e eu acreditava que a gente só podia trabalhar com isso se a gente entendesse de educação popular.

Os dois projetos com o CES e o NEP 13 de Maio estavam sendo desenvolvidos. Só que cada um tinha as suas características de fazer metodológico e pedagógico. Mas os dois tinham um referencial de formação mais à esquerda.

Sobre a abordagem teórica e metodologia do 13 de Maio expressa, **E-3**

⁷⁵ Como disse em entrevista um atual diretor da CUT Nacional, ao comentar sobre o trabalho desenvolvido por duas diretoras de secretaria de Formação nos anos de 1992 a 1995 e 1998. Seu depoimento apresenta informações e reflexões sobre o trabalho da formação no Sinpro-DF na década de 1990, no Brasil com a CUT e a CNTE, em cooperação internacional, parceria e mediação da Internacional da Educação (IE), com o apoio de recursos dos suecos e belgas, com mais de 20 países.

Quem vai produzir a riqueza? É preciso que as pessoas saibam que é a classe trabalhadora que produz riqueza, são expropriadas. Coloca isso que as pessoas não sabem. Nós somos os grandes produtores das riquezas, a gente vende e a gente não acessa. É muito poder, para a gente jogar e dar uns cursos bons. Processo produtivo, salário, lucro, preço, mais-valia. Que negócio é esse de mais-valia que existe, mas eu não vejo. Mas que eu posso provar dando uma aula bem legal. Classes sociais. Eu não tenho conflito de interesses, eu tenho conflito de classes. Interesse é muito pequeno para dar conta. Eles explicavam de um jeito. Essa pegada popular.

No entanto, estava em andamento o processo inicial de constituição, em 1995, da escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT, e demais escolas regionais da CUT no Brasil, resultado de uma política nacional para a central, a parceria internacional com a Lärarförbundet e demais parceiros associados, e a CNTE. E a categoria dos professores do Distrito Federal, era só mais uma entre outras, que no quadro nacional das disputas sindicais regionais e nacional, tinha sua importância local dentro de uma ordem de um quadro conjuntural internacional, dentro de uma das disputas de referenciais de modelos de sociedade mundial, sob a influência maior da II Internacional.

Também em andamento um processo de disputa interno no Brasil, junto aos movimentos dos trabalhadores e outros sociais, sobre as concepções e correntes políticas ligadas: i) a forma ou o modelo de sindicalismo; ii) a construção de uma referência política e um modelo de sociedade; iii) uma concepção para guiar a estratégia de atuação para ser defendida pelos trabalhadores no Brasil, sendo ele uma das principais referências para a América Latina e o mundo.

Sobre a criação do Instituto Cajamar, INCA, logo depois do ‘desmantelamento, em 1986, da primeira equipe de formação da CUT-SP’, Tumolo escreve que “o INCA foi criado por fora da CUT, como instituto autônomo, que fazia convênios com a CUT para formar seus militantes⁷⁶” (TUMOLO, 2002, p. 159). Nem a secretária nacional de formação sabia desse processo de constituição. Só soube às vésperas de sua inauguração. Desde muito cedo, as estruturas do movimento sindical, e principalmente a CUT, tem uma preocupação em ter um controle exclusivo sobre a administração das finanças. Não se tem acesso à administração financeira, e/ou informações⁷⁷ mais precisas sobre o funcionamento dos convênios. Esta foi uma das dificuldades de Tumolo (2002).

⁷⁶ Com isso “a Articulação Sindical, poderia garantir a formação dos militantes segundo sua orientação política, independentemente de quem ou de que corrente política viesse a controlar a secretaria de formação, nacional ou estaduais” (TUMOLO, 2002, p. 160)

⁷⁷ A fala de E-3 sobre os registros feitos. Estes documentos era o que procurávamos no CEDOC. “Eles mandaram correspondência [...]A gente fotografava, fazia relatório”. Não são fáceis de serem acessados”.

Depois de assumir o controle da direção da secretaria de formação, começou um processo de ‘esquecimento proposital’ da história e dos registros dos trabalhos realizadas anteriormente. Chegando a desenvolver a prática que até “desqualifica ou se omite tudo o que foi feito antes, principalmente o que foi feito por pessoas que tinham outra concepção política, ideológica” (TUMOLO, 2002, p. 160-161). Sobre isso diz a secretária nacional de formação sindical da CUT, do mandato anterior à hegemonização da Articulação, “Eu acho que é incorrer na mesma mecânica de funcionamento da classe dominante, de além de sua proposta se tornar hegemônica, querer silenciar que existiam outras propostas” (TUMOLO, 2002, p. 161), ao citar a fala da ex-secretária, em entrevista. Chama isso de ‘stalinismo’. É silenciar aquelas propostas que se tonaram minoritárias.

A política nacional de formação da CUT, via Instituto Cajamar (INCA), já em pleno funcionamento, e as 7 escolas nacionais, como a do Centro-Oeste precisavam existir, com cursos e não apenas com reuniões e seminários de preparação, como nos registros dos primeiros anos.

Uma disputa interna sobre o comando político da direção da Articulação Sindical no Distrito Federal (ArtSind, dividida em Articulação A e Articulação B), deixaram marcas na história do Sinpro-DF. No contexto dos anos de 1990, havia muitas disputas no interior de todas as organizações e movimentos. Por um lado, representava a diversidade de formulações sobre o processo de funcionamento real das organizações. Por outro lado, as disputas internas também foram reproduzidas em diversos movimentos e fizeram parte do processo que conduziu a uma hegemonização das direções, do partido, dos sindicatos, das federações e da central sindical, no DF e no Brasil.

Nosso entrevistado **E-5**, comenta sobre alguns episódios no Sinpro-DF, que também envolveu a disputa da diretoria e da formação

Na verdade, é o seguinte, a questão da formação naquele período, até pela colaboração da companheira A. ela deu um, digamos assim... Não sei se seria injusto compreender o antes e o depois. O conteúdo da formação quando a A. era coordenadora da formação, quis implantar, era **uma formação mais à esquerda por assim dizer. Claramente! Claramente!** Evidentemente que isso, houve toda aquela crise. O que acabou sendo interrompida. Até porque no período de 92 e 95 as coisas avançaram bem. Mas quando foram **95 e 98 a própria disputa que a diretoria do sindicato estabeleceu, disputa interna que gerou, culminou com a ‘expulsão dos nove’, né?! Impediu que esse movimento, digamos assim... Que a A. queria trazer. E a A. sempre foi muito marcada pelo interesse nesses temas, tivesse condição de ser implantado. Então houve uma disputa duríssima dentro da diretoria. Eu não estava lá, 95 e 98, mas acabava acompanhando de alguma forma. Disputa duríssima da diretoria. E isso acabou de certa, forma freando a ideia da A. e da L., a I. também. Vários outros companheiros, O., que**

quiseram dar um conteúdo mais, retornar a formação anterior. Mas dando **um conteúdo mais à esquerda**. Não que o outro não fosse. Mas, o outro era mais básico, mesmo. Isso da questão do afastamento, é uma memória, passagem ruim, triste, da nossa categoria! Isso não pode acontecer cara, entendeu? Quer dizer, você ser expulso por divergência política. Isso, até tudo bem, você pode expulsar um dirigente sindical por questões éticas, éticas. Ponto de vista da ética mesmo. Mas porra, você ser expulso por... **Ou seja, por conta de divergência política, de encaminhamento, isso é um absurdo!** Então, essa é uma passagem extremamente triste do nosso sindicato. E que algum momento, não pode demorar muito, é preciso fazer uma reparação para esses companheiros. Até porque, uma já faleceu. [grifos nossos].

Na fala de nosso entrevistado **E-5**, fica evidente a sua não concordância com o processo de ‘expulsão dos 9’. Mas foi esse processo de rupturas que representará a mudança qualitativa na construção da hegemonia e o ‘fim do respeito’ à pluralidade de opiniões dentro da diretoria. Um processo de maioria se consolida. No trato com a oposição não será diferente. Pelo contrário, sempre que possível, limitar os seus espaços de destaque e desqualificar suas posições, sem discutir o mérito. A lógica da hegemonia.

Alguns anos antes, num partido de esquerda⁷⁸, centro da EDP, na própria disputa eleitoral ao GDF, em 1990, onde setores mais à esquerda (anti-articulação, o bloco “antártica”) ganharam, de forma apertada as votações do encontro distrital, para a indicação do candidato ao governador do DF, e houve uma intervenção da direção nacional (DN). Foi chamado outro encontro, onde, após as plenárias internas, escolheram o (anti)candidato do maior partido da esquerda do Distrito Federal. Muitos professores da base e lideranças sindicais acompanhavam as discussões políticas locais, nacionais, internacionais e históricas. A base da categoria era muito dinâmica.

No decorrer da década dos anos de 1990 foram intensas as lutas no âmbito da categoria, local e nacionais. Muitos movimentos. Mas todos identificados com os movimentos de lutas específicas, mas com poucas ligações, vinculações com os movimentos políticos de um projeto de classe que pudessem questionar o modo de produção capitalista e a ordem burguesa apontando para uma ruptura. Ao contrário dos momentos iniciais marcados pela 1ª e 2ª fases da Formação Sindical do Sinpro-DF.⁷⁹

⁷⁸ O PT era o partido de esquerda em que militavam a maior parte dos diretores do Sinpro-DF e da CUT, no início dos anos de 1990. Foi escolhido candidato a governador do DF, o presidente do partido Orlando Carielo, do sindicato dos arquitetos, com linha política não alinhada a Articulação. Mas seu nome não foi efetivado. Se confirmou outro nome, Carlos Saraiva, que nem estava na disputa inicial, em outro processo.

⁷⁹ Ao se comemorar a realização vitoriosa da Greve Geral de 28 de abril de 2017, muito verbalizou-se sobre a retomada de uma greve geral depois de 21 anos. Ou seja, a última Greve Geral aconteceu em 21 de junho de 1996, mas já vinha num processo de menor realização, de diminuição de uma forma de luta e enfrentamento. Isso pode ser uma demonstração de algum tipo de ação política que vinha se desenvolvendo nos movimentos, a partir de uma linha política de direção hegemônica.

No segundo ano do primeiro mandato do governo FHC, a CUT já adotava um comportamento maior de conformação, ao invés do confronto com a ordem capitalista. Neste momento a CUT e outros setores do movimento sindical aceitam participar das Câmaras Setoriais com o governo, empresários e trabalhadores em nome de um acordo que pudesse garantir menos cortes para os trabalhadores. Talvez a compreensão do significado da mais-valia pudesse deixar mais claro, o que aquilo significou: a possibilidade de um acordo entre patrão (capital), os trabalhadores (dono da força de trabalho e produtor de valor e mais valor) e o governo como representante do estado capitalista.

Nesse momento ainda nos anos de 1990, também se desenvolve fortemente a ideia de que os trabalhadores têm uma responsabilidade pelo funcionamento das políticas de governo. E que até é necessário dar a sua cota de sacrifício para que toda a sociedade possa caminhar junta. Como se a sociedade não fosse constituída de classes contraditórias. Como se fosse possível uma aliança, mesmo que momentânea entre o capital e o trabalho. Como se a vitória de um não fosse a derrota do outro. Ou seja, como se não houvesse antagonismos nos interesses de classes. Como se fosse possível a conciliação histórica na luta de classes entre antagônicos.

A forma de viver no capitalismo sem resistência a ele, já se submete a lógica da dominação. Pois “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1996, p. 52)

No segundo mandato de FHC, as condições econômicas e sociais se complicam mais. Viveu-se a primeira fase a onda neoliberal, com as privatizações e a relação com o controle das contas do governo vinculado as ‘receitas’ dos organismos internacionais, referenciados no Consenso de Washington. Esse governo foi tão massacrante para a população, que acaba o mandato com um índice de desaprovação elevado. Isto ajudou em muito a campanha e o sucesso eleitoral de Lula da Silva, em 2002. Até este período já se fazem seis anos sem uma expressiva organização dos trabalhadores em greve geral, que pudesse romper com as chamadas pautas específicas ou por ramo de atividade. Na educação, por exemplo, tentou-se organizar alguns movimentos nacionais. Mas não com o conjunto de todas as categorias, como classe organizada.

Um dos movimentos da disputa partidária, além das direções estaduais e nacionais da CUT, e das disputas conjunturais e nos movimentos sociais, terão na formação política

uma forma quase única na disputa da formulação política e sindical de militância e novas lideranças. Isso colaborou de forma decisiva para a construção do processo de hegemonização das direções sindicais e depois partidárias, e dos movimentos sociais e populares, sob uma maior influência da Articulação dos 113 e da Articulação Sindical (ArtSind).

Num episódio simples fica a marca da disputa ideológica de orientação dos movimentos políticos partidários, sindicais e populares, numa dimensão local, nacional e internacional. No ano de 2017 se comemorou o Centenário da Revolução Russa, como maior exemplo de vitória dos trabalhadores na tentativa de abolir o domínio, a direção do capital e construir uma sociedade dos trabalhadores. Com todos os esforços, os equívocos e as aprendizagens a revolução foi uma das experiências de maior prestígio, importância e referência no século XX, na história mundial. A experiência da Revolução Russa foi a primeira que abriu o processo para as outras que vieram depois.

Também em 2017, se comemorou no Brasil o centenário da 1ª Greve Geral, de grande importância para a história, organização e amadurecimento para a luta dos trabalhadores brasileiros. Nesta greve, pela primeira vez os trabalhadores mostram sua força, em conjunto. É um sentimento maior de organização, ainda com um referencial anarco-sindicalista.

Curiosamente, nos materiais da CUT e da maioria dos seus sindicatos filiados, se deu mais enfoque ao centenário da greve geral do que na experiência da Revolução Russa. No material do Sinpro-DF, o jornal Quadro Negro, edição 199, estampa da capa a seguinte manchete: 2017-1917: 100 Anos de Luta e Resistência, da 1ª Greve Geral no Brasil. No interior do jornal há uma matéria, com pouco destaque, escrita por um diretor do Sinpro-DF, que é mais identificado com alguns posicionamentos histórico mais próximos de uma proposta mais classista e que reivindica um projeto socialista.

Mesmo entre o campo da esquerda, se operou a lógica geopolítica da ‘guerra fria’. A maioria dos dirigentes sindicais de orientação petista, alinhados com a ArtSind, não defendeu o modelo soviético de 1917. Já se referenciavam no eurocomunismo e na social-democracia europeia, que tem seu modelo no Estado de Bem-Estar Social, mais difundido pós II Guerra Mundial.

Entre os dirigentes do Sinpro-DF, hoje apresenta-se a concepção de que no Brasil é necessário fazer a defesa das condições que possam garantir um EBES e lutar contra obstáculos, que estão numa condição de impedimento, para sua realização. A nossa entrevista **A-1**, diz

porque a Constituição Federal tem sido principal alvo de ataques do golpe. Esses ataques que a gente vem sofrendo: reforma trabalhista, reforma da previdência, congelamento do país em 20 anos, reforma do Ensino Médio, a alteração, o golpe na BNCC, as privatizações, a privatização da Petrobras. Que o Pré Sal foi a nossa grande esperança e o fundo social de mudar a realidade de educação do Brasil no cumprimento das metas do PNE. Então todos esses ataques que a gente veio acompanhando fruto do pacote de maldades do golpe, foram ataques a Constituição Federal que era quem nos garantia minimamente uma condição de bem estar social. Mas a questão da previdência que vem em uma ordem mais perversa e que tira exatamente isso, envelhecimento por dignidade, essa condição de bem estar social. Porque a previdência é uma parte da aposentadoria, mais afastamentos de licença maternidade, pensão e tudo. Então o golpe atacou com alvo central a Constituição Federal que era com todos os problemas quem garantia para a população brasileira, minimamente, uma situação de bem estar social.

Para parte de uma esquerda de orientação não socialista/comunista, o modelo de socialismo russo, durante o auge da guerra fria, serviu, como ameaça, para o fortalecimento do caminho alternativo de sociedade para os trabalhadores e partilhando consequentemente a defesa de uma sociedade capitalista, mais ‘justa e com menos desigualdade’ e uma condição maior de consumo. Isso se daria com uma maior presença de investimento do estado, consequentemente para a tributação maior e a taxa de lucro das empresas maiores. Uma equação mais equilibrada da relação capital e trabalho.

Com a ‘Queda do Muro de Berlin’ 1989, o bloco da esquerda comunista entra na defensiva. Aquele que foi o representante do modelo comunista e inspiração para luta e resistência contra o capitalismo, se desfez em curto espaço de tempo. Esse fato, junto com a Revolução Russa, foi dos mais emblemáticos do século XX. Logo, uns poucos anos após, 1993, veio a ruir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Uma das consequências dessa ação a curto prazo, foi a perda de referencial momentâneo para aqueles que cultivava uma visão anticapitalista. Para os que defendiam o capitalismo, seria a vitória deste sistema: o fim da história da luta de classes. O que ruiu foi uma experiência socialista, e não a luta de classes. Ruiu a referência mais simbólica e um ‘modelo’. E com isso a perda do referencial de luta socialista, naquele momento.

As consequências da não defesa de um referencial socialista, comunista foram o fortalecimento dos referenciais sociais-democrata, principalmente junto aos setores que historicamente não viam com simpatia o modelo e o caminho socialista soviético. Talvez, uma nova forma de pensar a relação capital e trabalho. Contudo, aqueles que se orientavam pela compreensão dos mecanismos de produção da mais valia, não seriam tão

simples, pois nesse mecanismo é que se materializa a principal contradição, inconciliável entre capital e trabalho. Onde um vive da negação da existência do outro.

Para muitos, tratava-se de passar da defesa afirmativa de uma sociedade dos trabalhadores, para a defensiva de uma sociedade de democracia, sem o totalitarismo. Identificavam, o que chamam de democracia representacional, com um exemplo a ser aprimorado, em contraposição à chamada falta de democracia nos países da experiência socialista, do assim chamado ‘socialismo real’.

A não defesa de referenciais de classe, na luta ideológica, com ideias da dominação burguesa, abriu espaço para o avanço da, já forte, lógica dominante na sociedade: individualismo, empreendedorismo, o consumismo, o sucesso pessoal, os problemas sociais viraram problemas individuais.

O nosso entrevistado **E-5** sente que algo estava diferente, em 2001, quando ele volta para a direção da categoria.

Em seis anos o perfil já era um perfil mais jovem, já havia... Eu não quero ser indelicado, grosseiro, mas havia, digamos, um fortalecimento ou crescimento dessa questão do individualismo. E você sabe que por conta do neoliberalismo do mundo inteiro a gente sofreu disso. Então eu senti assim, que a categoria estava, as pessoas e os professores estavam se transformando. Havia um crescimento do individualismo na categoria que eu não sentia tanto quando eu saí em 95. Porque em 95 a gente tinha muitas lutas com os governos, na época com a rede particular, porque o Sinpro representava também a rede particular. Nós tínhamos **muitas disputas internas que acabam ajudando na formação**, quando eu voltei em 2001, eu senti o aumento do individualismo. Isso no primeiro mandato, 2002 a 2004. Aí eu senti incomodado.

Dentro da sua lógica, **E-5** vê nesses problemas motivos para a formação sindical. “Aí foi quando a gente volta a discutir, discutir história da classe trabalhadora. Assim o básico que um trabalhador precisa saber. Aí vem até hoje”. Na formação sindical, além do básico, o essencial é o mais significativo. A falta da defesa dos fundamentos da lógica de dominação capitalista, ‘desarma os trabalhadores’ com as ferramentas da crítica. Pois, não só a sobrevivência de classe ajuda a classe. O enfrentamento, o estudo do que é essencial é que capaz de desenvolver uma consciência de classe ‘para si’ e ‘em si’, enquanto um projeto de sociedade dos oprimidos pelo sistema capitalista. Nesse sentido, só a compreensão teórica da mais valia é capaz de operar uma mudança qualitativa para um grau superior de amadurecimento, segundo Lefebvre (1999), Polítzer (s/d). A passagem de um processo de consciência para outro, superior.

Perdeu-se um enfoque de que a sociedade capitalista é para os capitalistas. E que os trabalhadores têm a função de produzir as riquezas e não desfrutar delas. E alguns

outros elementos importantes da luta ideológica. Abraçou-se a democracia burguesa como sendo uma democracia para os trabalhadores. Que as ‘classes’ são iguais nos direitos. “Aqueles que são contra a democracia burguesa, são vistos como contra a democracia”, como se fosse universal, e não de uma sociedade de desigualdades sociais. É muito difícil, sem um instrumental de análise que questione a fundo funcionamento da sociedade e enxergar que ‘a dominação burguesa é uma forma de ditadura, que conta com o convencimento do subordinado, de que ela é justa’, é igual para todos, ao lado de tantas desigualdades. Pensar contra a ordem estabelecida é algo, para poucos. Quase ‘quixotesco’ no sentido de uma alucinação, a partir de suas ideias, de tanto ler.

Perdeu-se a noção de que a democracia burguesa, dentro de suas condições materiais, as pessoas são desiguais. É a ditadura da minoria (burguesa) sob a maioria (dos trabalhadores), a partir da submissão as suas leis da garantia da propriedade privada dos meios de produção sociais. E ficou descontextualizada as frases: “Contra a ditadura da burguesia façamos a ditadura do proletariado”. E, “Contra a Anarquia da Produção façamos uma Economia Planificada”.

É fundamental lançar luzes sobre a importância do período de formação de 1989 a 1996, como algo plural. Com a participação da base da categoria, da diretoria e de diferentes forças políticas: uma pluralidade. Enquanto se desenvolvia a experiência com o CES e o 13 de Maio, com o Instituto Cajamar e a Escola 07 de Outubro. Ao mesmo tempo começou a desenvolver a construção da ECOCUT, em 1995, já com o financiamento, e parceria com a Lärarförbundet/CNTE.

Ao mesmo tempo que está marcada a existência das visões múltiplas de formação, de disputa/construção de direção, virão processos de hegemonização da direção e a sua proposta. Através da tentativa de controle interno a diretoria das posições políticas e de formação, que levou ao cerceamento a participação e promoção dos cursos do NEP 13 de Maio para a base e a direção, assim como restrição dos cursos do CES para a base, ‘permitindo’ somente para a direção.

Esse processo de disputa da direção do sindicato passou pela tentativa de se construir o que se chamou na época de sindicato orgânico, mais profissionalizado, em termo de administração. Que desempenhasse um processo de qualidade total, no sindicato. Parte da CUT em meados dos anos de 1990 tentou implementar tal modelo.

Nosso entrevistado fala sobre o principal diretor que, além de conduzir o processo de hegemonização, queria personificar o sindicato aos seus comandos. **E-2** fala

E-2: Ele tentou criar inclusive contratando empresas essa coisa da qualidade total. Ele tentou implementar a qualidade total, ele tentou criar plano de saúde, contratar plano de saúde para atender a categoria... Com esse golpe para tentar ganhar a eleição porque estava muito desgastado. Com tudo isso teve uma aglutinação de pessoas progressistas que tinham uma divergência com o modo de pensar dessa turma e nos conseguimos aglutinar esse grupo e conseguimos reverter o quadro, do processo, ganhando a eleição. [2001]

[...] E ele tentou mudar o estatuto do SINPRO naquele período. Ele tentou atacar os trabalhadores do SINPRO. Caçando inclusive uma luta que se tinha pelo Plano de Carreira dos funcionários do SINPRO, naquela época foi duro mesmo, eu me lembro dessa história...

Não cabe a esquerda criar processos de dominação da lógica dominante, da classe burguesa para a sua ordem capitalista. Mas o contrário, cabe aos trabalhadores organizados e a partir de uma lógica própria, construir um processo de contra hegemonia e afirmar concepção de sociedade de classe segundo a lógica/concepção dos explorados. Se isso não é feito, a lógica dominante tornasse única.

Nesse sentido, quando se tem o enfraquecimento da defesa de uma sociedade de classe dos trabalhadores: a experiência socialista, por exemplo, deixou para a burguesia mundial o espaço vital a propaganda de que: ‘a Luta de classes acabou! É o fim da história. Só existe um caminho para a história!’ Essa foi a afirmação no início dos anos de 1990.

Durante alguns anos, depois da “Queda do Muro” (1989) e depois da Perestroika (1993) a propaganda oficial dos estados capitalista, era de um mundo único: o capitalismo, enfim, triunfava!

Na afirmação: “Fim da história!” na verdade se dizia: “Fim da história da luta de classes. Vitória da Burguesia!”

3 - Defesa do Estado de Bem-Estar Social e da Democracia

Último estágio, o mais desenvolvido e mais elaborado da orientação política da secretaria de Formação do Sinpro-DF: a Defesa do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. O EBES no Brasil, segundo seus defensores, teve seu início nos Governos Democrático Popular, de Lula e Dilma, de 2003 a 2015 que também defendiam a Democracia (o Estado Democrático de Direito, as eleições, as liberdades individuais).

Esse estágio se diferencia dos anos anteriores, pois assume um caráter defensivo, e na defesa de um patamar anterior, ainda de ascensão da economia e da situação política no Brasil, sob o comando do projeto democrático popular, dentro de uma linha maior da Estratégia Democrática Popular.

O ponto mais alto a que chegou a elaboração da proposta de formação sindical, culminou com a defesa do Estado de Bem-Estar Social, no início de 2018 e nas atividades do Sinpro-DF, no decorrer do ano. Ao olhar esta formulação, parece que carece de um embasamento histórico (do pós segunda guerra mundial ou neste momento atual), econômico e social que sustente tal elaboração, que há muito não se ouvia, e muito menos para ser aplicado a realidade brasileira, outrora classificada como subdesenvolvida, terceiro-mundista e/ou dependente⁸⁰.

Mas, qual o caminho foi trilhado para se chegar a essa elaboração que se apresenta como um estágio superior, em relação a elaboração anterior, de ‘um outro mundo é possível’ ou ‘do socialismo, como um horizonte estratégico’ (e utópico) expresso na resolução do último congresso da CUT, 2015?⁸¹

Parte-se de uma análise de que, o desenvolvimento do processo de produção da sociedade brasileira (economia atual) poderia se realizar de forma progressiva, ascendente e constante, sem crises ou percalços, sem acidentes de percurso ou interrupções no processo de ascensão econômico-social no Brasil. Que o crescimento econômico brasileiro, apresentado nos índices sobre de um desenvolvimento econômico sobre os anos de 2005 a 2012, seria a base dessa sustentação desse otimismo com relação ao período econômico.

Esse otimismo se configurava com i) com elevados percentuais de emprego da força de trabalho (FT), formais e informais; ii) incentivos estatais econômicos e fiscais as empresas; iii) um crescimento da economia brasileira, durante os governos Lula e Dilma, do PT. Os três aspectos parecem que ‘nunca tinham sido visto na história desse país’ e ainda sob o controle do governo dos trabalhadores⁸² e de forma democrática, do Governo Democrático Popular (GDP). Ao contrário de outrora, daquele período de desenvolvimento na ditadura militar, agora era possível acreditar num modelo de desenvolvimento para todos os seguimentos da sociedade. Ou seja, em desenvolvimento da Estratégia Democrática Popular (EDP), através do GDP.

Com base nessa análise do crescimento econômico, é que se levará, a séria instituição do Departamento Intersindical de Estudos Sociais Sindicais e Econômicos,

⁸⁰ Carece de uma aproximação com as elaborações de Rui Mauro Marini sobre o subdesenvolvimento e a Teoria da Dependência.

⁸¹ “O congresso da CUT afirma o socialismo, mas como algo distante, quase irrealizável, na expressão ‘projeto utópico do socialismo’.” (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 77).

⁸² Parece que essa harmonia momentânea na sociedade capitalista, só se pode se dar sob o controle dos trabalhadores, no aspecto duplo da expressão controle.

DIEESE, a realizar a IX Jornada de Debates Sindicais com todas as centrais sindicais, embasados nos dados do período analisados (2005 a 2012), a compreender o momento como sendo positivo às organizações sindicais dos trabalhadores e, ainda, a traçar um panorama de crescimento para o movimento dos trabalhadores em abril de 2014. Foram convidadas todas as centrais sindicais. Só citando as mais significativas no campo ‘classista’: CUT, UGT, CTB, Força Sindical, CSP/CONLUTAS, INTERSINDICAL - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora.

A lógica da IX Jornada Sindicais do DIEESE, em 2014, e a estimativa de crescimento e cenário favorável à ascensão dos movimentos de reivindicações sindicais. Em parte, uma ideia muito sedutora, que faria muito sentido se a lógica do desenvolvimento econômico e da produção de mais valia não tivesse uma lógica de desenvolvimento própria: a valorização constante. Ou seja, precisa descobrir um mecanismo que faça o oposto da ‘Lei tendencial de queda da taxa de lucro’, que faz com que alguns negócios lucrativos, num primeiro momento, passem a não ser mais suficientes, naquele patamar anterior. Tendendo a buscar uma nova rodada de atualização, ou melhor, que, uma busca incessante pelo aumento de apuração maior da taxa lucro.

Mas esse mecanismo tem uma lógica própria que está ancorado na realização de trabalho novo pela FT, ou seja, no mecanismo da produção e sua posterior realização enquanto mercadoria. Seria excelente para o sistema de produção e circulação capitalista, ele não ter contradições a sua principal questão de sua própria sobrevivência: a valorização do valor, que passa, necessariamente pela produção de mais valia, pela utilização e produção da Força de Trabalho (FT) de onde vem a origem de ‘todo’ e qualquer valor produzido.

4 - O Conflito e as Disputas de Concepções Gerais ou o Estado de Bem-Estar Social e/ou Socialismo?

Parece que um velho fantasma ronda as discussões sobre as concepções em disputa nesse último período, que será o foco de nossas discussões: o EBES e/ou Socialismo. Estaria mesmo correto aquele que disse ser, no início dos anos de 1990, o “fim da história” e a vitória do capitalismo?! Foram suplantadas as condições materiais (de existência do capitalismo) que estão submetidas as relações entre capital e trabalho, neste momento da história?! Ou estarão recolocadas as velhas questões da acabar com a mais valia, com o capitalismo e erguer outra sociedade dos trabalhadores em seu lugar?!

Ou seja, estariam novamente no patamar das discussões entre o socialismo X capitalismo, das décadas anteriores?

O contexto da crise econômica de 2008, mal passaram os seus efeitos e já se fala numa próxima crise econômica que se desenha em breve. Não nos cabe, neste trabalho, fazer uma avaliação sobre a crise econômica⁸³ e seus efeitos na sociedade capitalista. Mas estes aspectos da crise econômica já determinaram e vão determinar se a forma da relação dos sindicatos e as suas formulações políticas estariam corretas ou não. Nos últimos três anos os ataques as formas de organização sindical no Brasil têm sido atribuídas aos governos de plantão, após o impeachment, Temer, e depois das eleições de 2018, Bolsonaro. Mesmo antes das eleições, a lógica dos processos conservadores que sustentam estes governos, já existia, e com um processo de desgaste dentro (e fora) das organizações sindicais. As próprias ações de formação sindical tentam enfrentar essa nova fase de distanciamento na organização de base dos trabalhadores.

Por um lado, parte deste desgaste se deve as estruturas de organização sindical, que já reforçam o conservadorismo sobre a necessidade da organização sindical. Por outro lado, aquilo que seria o foco principal, deixado para trás como foco secundário (ou até terciário) das ações sindicais: a lógica da organização dos trabalhadores para o enfrentamento imediato do patrão/empregador, e numa perspectiva mais ampla, o questionamento de todo o funcionamento da relação dos trabalhadores na sociedade em que os trabalhadores, embora sejam estes a sua sustentação, a sociedade capitalista, não é pensada para que eles, enquanto proprietário somente da força de trabalho, e para que não sejam incluídos, de forma igualitária e economicamente ‘democrática’.

A CUT em novembro de 2015 realiza o seu 12º CONCUR, seu último congresso. Antes do impeachment, afirmando ainda um referencial de socialismo “A CUT deve reafirmar e liderar uma ampla frente político-sindical e social capaz de contribuir para uma profunda transformação do Estado brasileiro, como projeto utópico do socialismo” (12º CONCUR, 2015, p. 20).

⁸³ Neste processo de elaboração, iniciamos uma tentativa mínima de entender a crise econômica e como ela influenciaria no confronto da principal elaboração e na concepção de sociedade do PPP da Secretaria de Formação do Sinpro-DF sobre o Estado de Bem-Estar Social (EBES). Tentávamos entender como “a relação teórica das crises capitalistas com mudanças na organização do processo de trabalho, entendidas como tentativas de reorganizar o trabalho em função da crise, estratégias que permitam ao capital contornar a crise e voltar a trilhar os caminhos da acumulação, conduzindo possivelmente a novas formas de exploração do trabalho e de produção da mais-valia absoluta e relativa” (DAL ROSSO, 2011, p. 107). E como tudo isso tensionaria e colocaria obstáculos econômicos e históricos a essa elaboração no Brasil e no mundo.

Na avaliação de Souza e Rêses (2017) não se pode apenas afirmar textualmente o socialismo, mas importa a forma com é compreendida a elaboração. Ao analisar o texto da resolução do encontro, comentam

O congresso afirma o socialismo, mas como algo distante, quase irrealizável, na expressão “projeto utópico do socialismo”.

O texto deixa claro que não é um horizonte de mudanças radicais na sociedade capitalista, mas a “radicalização dos direitos democráticos dos trabalhadores e dos setores populares”. Não como uma sociedade de classes antagônicas, mas, “lutando pela garantia e ampliação das liberdades públicas, os direitos trabalhistas” de cidadãos. E não como uma classe disposta a construir uma nova sociedade.

Estas mudanças, ao longo de toda sua trajetória, significaram para a CUT o abandono de um perfil classista, anticapitalista, que apontava para uma sociedade socialista.

Passou-se a defender uma sociedade sem rupturas de classe, com uma convivência “pacífica”, inserido numa “sociedade do consumo”, dentro dos limites de direitos no capitalismo (SOUZA e RÊSES, 2017, p. 77-78).

Ainda neste contexto de 2015 e 2016, se dá o processo de impeachment/golpe no governo Dilma. Havia uma fragilidade das forças dos trabalhadores organizados, num contexto que permitiu o início da retirada de direitos. Esse processo já estava acontecendo e se fortaleceu em outros países periféricos, como a Grécia, e centrais da Europa, como a Itália e França. Assim como em países da América Latina.

A retirada de direitos dos trabalhadores e da população é um processo geral e global das economias capitalistas. É parte de um novo processo de centralização e concentração de capital e de transferência de valores para as economias centrais. Segundo as elaborações de Marini (2017), na fase imperialista do capitalismo, que impõe uma nova fase de valorização de seus capitais, pois não há limites para a acumulação de capitais. A lógica maior do capital, e da essência da sociedade capitalista, é a sua valorização de capitais, pois a lógica do capital por definição é: valor que se valoriza.

Em 2018, o Sinpro-DF, realiza o seu 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação, CTE. Neste congresso a secretaria de formação sindical do Sinpro-DF apresenta o Projeto Político Pedagógico (PPP), fruto das discussões no primeiro semestre, no sindicato. Mas de forma mais elaborada, aquilo que já vinha se desenhando a mais de uma década, junto aos movimentos políticos e sociais, próximos aos setores da ArtSind. Mas que não havia sido apresentada de forma consistente e tão objetiva, como uma concepção de sociedade a ser perseguida, no Brasil, como sendo um dos países

periféricos, no processo mundial de organização das economias capitalistas: a defesa do Estado de Bem-Estar Social como uma estratégia a ser defendida e perseguida⁸⁴.

O Brasil não é apenas só mais um país periférico. Já no final dos anos de 1980, se destacava como o mais desenvolvido das economias periféricas. Nas décadas seguintes, esse processo de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico, coloca o PIB brasileiro entre as seis maiores economias capitalistas no início da década de 2010. Como um exemplo de desenvolvimento de uma ‘ex-nação subdesenvolvida’, e como uma liderança regional. Nas elaborações de Marini (2017) numa condição de subimperialista).

Nas condições de funcionamento da economia brasileira, mesmo nesta condição de maior desenvolvimento, ainda se continuava com a produção de mais valia absoluta, na maioria das áreas de trabalho. Ou seja, uma economia capitalista ‘comum’, mas que aspirava desfrutar de uma condição de uma economia capitalista desenvolvida, que em sua maioria se encontra nas áreas centrais, com um grau maior de desenvolvimento econômico, e com uma relação de produção de mais valia relativa (e não absoluta).

Outra novidade na formulação do Sinpro-DF, e esta merece mais atenção, afirma que, nos anos dos governos petistas de Lula e Dilma, chegou-se a vivenciar no Brasil uma condição de Estado de Bem-Estar Social e que estaria sendo destruída com o desmonte desse estado. Essa estratégia de desmonte passava pela retirada de direitos assegurados na Constituição Federal. Portanto, a luta estratégica (no plano tático) passaria pela **defesa da ‘Constituição Cidadã’**, de 1988. É nesse sentido que se organizam os debates, com a parceria militante da AFIPEA, dos ‘30 anos da Constituição’.

O conjunto da obra se dá com o fechamento de que: estaria sendo desrespeitado o **‘estado democrático de direito’**. Por isso, as perseguições a Dilma e o impeachment, juntamente com a condenação e seguido pela prisão de Lula.

Por mais que concordemos que o processo de impeachment de Dilma e a condenação a Lula são ‘golpes’, nos ‘trâmites normais do direito constitucional’ e no projeto em desenvolvimento da EDP, tem-se que saber que tudo isso foi organizado e patrocinado pela representação política da maior parte burguesia brasileira, e mesmo assim, isso não torna verdade a afirmação de que aqui se vivia um ‘estado de bem-estar social’.

⁸⁴ Mauro Iasi, afirma que estes processos de mudança, já vinha acontecendo no PT, o centro da EDP: “De um lado, o caráter nacional passa a ocupar, cada vez mais, o lugar central antes ocupado pela polarização de classes; não se trata mais de ‘projetos de classe’, mas do embate de dois projetos para a ‘sociedade brasileira’: o **neoliberal, restritivo, privatista** e comprometido com a especulação e o capital internacional, e o **projeto democrático.**” (IASI, 2006, p. 509) (Grifos nossos)

Aliás, muitas das ações capitalistas das disputas do estado burguês e estratégias de maximização dos lucros e da exploração por parte dos capitalistas (que também estavam empregando estas medidas em outros cantos do mundo), foram atribuídas aqui no Brasil, as consequências do ‘golpe jurídico-parlamentar’. E não ao livre desenvolvimento das estratégias da superexploração, da fase do capitalismo imperialista e sua atual face neoliberalista de ataque ao estado nas questões sociais, chamado por alguns de ultraliberal. Essa política tem sido implementada também na Argentina, Chile, e outros países na América Latina. Não é uma exclusividade da política econômica brasileira após o chamado golpe.

Por mais que afirmações como as do sociólogo Jessé de Sousa, sobre a ‘elite do atraso’, na história do desenvolvimento capitalista brasileiro e suas heranças escravocratas tenha sentido, não dá para secundarizar os processos de produção capitalista, de extração de mais valia brasileira, como sendo uma das mais lucrativas no mundo. Esta condição de exploração da força de trabalho e produção de riquezas é que colocou o Brasil na 8ª posição no ranking das economias mundiais capitalistas.⁸⁵ Independente dos cinco últimos governantes que se sentaram na cadeira da presidência da república do Brasil.

Dentro do referencial da discussão levantada pelo **E-5** sobre o “o avanço tecnológico, acelera a velocidade da produção capitalista, a questão da mais-valia vai se exacerbar”. Diante desse raciocínio muitas questões contraditórias são postas, e de inúmeros vieses, mesmo dentro do campo da esquerda marxista. Tentando contextualizar a discussão de vários autores, Dal Rosso (e seu grupo) acrescentará alguns aspectos de pano de fundo do nosso entrevistado.

A concorrência no mercado mundial torna obrigatório um padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. O aumento da produtividade em vários setores significa dispensa de trabalhadores em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho (SCHWARZ, 1993). Assim, a força de trabalho disponível torna-se cada vez mais desnecessária. Daí o desemprego, o subemprego e o emprego supérfluo crescente (PRADO, 1993). A fórmula keynesiana contra a ameaça do desemprego em massa devido à falta de crescimento seria a redução de horários, a fim de manter postos de trabalho. Para o capital, porém não se trata simplesmente do

⁸⁵ Nos últimos anos, o crescimento econômico da China e Índia alteraram as relações do ranking do início da década de 2001. Ainda naquele momento, estas economias em ‘desenvolvimento’ fundaram o bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como uma forma de se posicionar no tabuleiro de xadrez, das relações econômicas capitalistas mundiais.

emprego, mas da produção de mais valia ao nível da produtividade exigido pela concorrência e constantemente acrescido, o que torna supérflua a força de trabalho numa progressão crescente. A preservação do emprego, nesse contexto, só seria possível através da produção adicional de mais valia (DAL ROSSO, 2011, p. 109).

Não se trata de ‘responder’ as questões levantadas, mas como essa discussão, está em preocupações dos pensadores marxistas e seus críticos. E dentro dessas discussões é necessário voltar a alguns referenciais básicos, que muitas vezes, no processo elevado de abstração são desconsiderados os fundamentos. Esses fundamentos da elaboração marxista da economia política sobre a produção do valor, do mais valor e a forma da composição orgânica do capital são importantes para se discutir e se combater a base de pensamento equivocada da autonomia dos valores produzidos em relação ao uso das tecnologias, e que tornaria supérflua a utilização da força de trabalho. A argumentação do nosso entrevistado **E-5**

Qual a avaliação que eu faço, primeiro eu já falei da história da diferença entre avanço tecnológico que nós temos hoje, agora, a inteligência artificial, da robótica e digitalização. Da chamada terceira fase da revolução industrial.

Por mais que se possa investir e introduzir novas tecnologias no processo produtivo (capital constante) a capacidade principal de atribuir valor está na força de trabalho (capital variável). Todos os recursos tecnológicos não tiram a centralidade e a capacidade da força de trabalho de dar valor e mais valor as mercadorias. Não fosse isso, a FT seria desnecessária à produção de valor e, conseqüentemente a sua eliminação, e a utilização apenas de máquinas.

Ao se referir aos referenciais que sustentam a defesa do EBES, na Europa, nosso entrevistado **E-5** diz sobre a forma de gerir a distribuição das riquezas nos países nórdicos, ou de forma mais abrangente

you had a government that launched politics that in some way wanted to transfer *parte dos benefícios para a população*, in part. *A outra parte era do sistema propriamente dito*. Today you do not have political governance in the world, what do you have? (Grifos nossos)

Essas partes de que fala o entrevistado, são o valor a mais, além da remuneração da força de trabalho, ou seja, mais valia. Que nos EBES, ‘faz-se crer’ ser fruto de uma ‘governança política’. Parte da mais valia ficaria com o ‘sistema’ e a outra parte com os

‘benefícios para a população’. Uma questão se coloca para reflexão: e se *tudo* fosse em benefício da população, administrado pelo coletivo, sem a necessidade do ‘sistema (empresa privada) propriamente dito’? Em seu comentário coloca da dificuldade, daqueles estados, em continuar mantendo essa ‘governança’, sem se referir que esse não é apenas um problema de gestão dos recursos.

Sobre os problemas que se tem relacionados a mais valia, E-5 continua

Voltando a questão da mais valia, na minha avaliação se não houver uma enorme... E eu não consigo enxergar como, você vai ter daqui a cinco, dez anos você vai ter uma elite de trabalhadores extremamente qualificada, uma elite de trabalhadores extremamente qualificada ganhando muito bem. E enfim, mas que é extremamente minoria. *Uma maioria de trabalhadores com trabalho precário ao absurdo, trabalhando aos montes, vivendo, trabalhando, enfim... Horas e horas ao dia para poder ganhar alguma coisa*, trabalho formal, você vai ter uma massa de não trabalhadores que ai, é a história do exército de reserva, o problema é o que o exército de reserva ele vai ser tão grande que você vai chegar a barbárie. (Grifos nossos).

De fato, é um problema. Mas para quem? A miséria da maioria sempre foi uma condição do funcionamento do capital. É justamente por isso que são levados a vender para outrem sua força de trabalho, como sua única propriedade de meio de produção. A condição de uma ‘elite de trabalhadores extremamente qualificada’ também é parte do funcionamento da exclusão de uma maioria com baixa ou quase nenhuma qualificação. Tudo isso é do funcionamento normal do capitalismo. Mas que, com a chegada de uma nova fase de concentração e centralização de capitais pode levar, mais fortemente, a ‘democracia e igualdade’ da exploração de capitais para os países centrais. Isto numa nova fase em que vem retirando aos poucos, as melhores condições de vida dos trabalhadores das chamadas economias centrais e ameaçando e/ou retirando direitos históricos, que inclusive os faziam defender o EBES para estas economias centrais.

Ao nosso entrevistado é perguntado sobre um dos ‘fascículos formação e sobre a organização tem um comentário que diz que também que essa formação está sendo realizada em outros países’ que, citam até a África e alguns da América do Sul. E **E-5** explica

Veja bem, é um pouco do que a gente falou... Esses são os cadernos da questão do programa de formação da CNTE. Então, a CNTE, ela tem como disse a pouco, a cooperação internacional na formação sindical se dá muitas vezes no recurso, dos mais endinheirados, dos mais estruturados para os menos estruturados. E nesse sentido a CNTE agora, claro que com uma dificuldade imensa por conta da própria reforma trabalhista, e essa coisa toda. E essa medida agora do Bolsonaro, a CNTE

teve que diminuir drasticamente, assim como a CUT, diminuir seus programas de formação fora. Mas no caso específico da CNTE, Programa de Formação em Países de Língua Portuguesa, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné esse programa várias vezes, assim no... Um projeto de formação preparando seminários e organizando todos... Criando e preparando formadores para eles próprios... Eles tiveram no Brasil aqui também, a mesma coisa foi feita no Haiti e alguns países como Paraguai e América Central. Mas os mais específicos dos países de língua portuguesa, porque foi um pedido da Internacional da Educação. Até pela facilidade do fato de falarmos a mesma língua e também no caso do Haiti, bom, Haiti você sabe...

A Formação da CUT tem toda uma importância e um alcance e um papel político, no processo de realização do programa nestes países. A CNTE apresenta um conjunto de 19 fascículos. Num desses, caderno específico fala sobre a formação e financiamento que tinha com intuito de financiar o material. É perguntado ao nosso entrevistado **E-5** se a instituição Lärarförbundet continuou fazendo o financiamento em outro local fora do Brasil. Em outros países, ela continuou fazendo?

Não sei te dizer, mas suponho que sim. Vou te dar uma coisa que não está diretamente na sua pesquisa, mas assim eu sou secretário internacional da CUT e nós temos um programa de formação na África que se chama PANAF, Programa Pan-africano de Educação Sindical e nós estamos em 20 países. E 95%, não. 96% são financiamento suecos, com financiamento sueco. Então, é um programa que estão os Suecos, Belgas e nós da CUT. Então, nós entramos nesse programa. Ele custa quase dois milhões de euros por ano. E o Suecos garantem um milhão e novecentos e cinquenta mil, como nós entramos? Nós entramos pela, digamos assim... Os nórdicos, assim como os americanos, têm um ritmo e nós temos mais habilidade, por assim dizer. Até por conta das questões estruturais com a África, acabamos tendo e a própria “*expertise*” de formação do movimento sindical brasileiro, da esquerda brasileira, nos colocou nisso. Então, um programa para vinte países que a gente entra basicamente apresentando *a nossa, o nosso projeto de formação*. Eles entram com o dinheiro e nós com a formação. Eu não sei responder no caso da CNTE, mas eu acredito que sim.

A entrevista deixa claro o protagonismo do papel da formação da CUT. O programa de Formação da CNTE, que primeiro é realizado no Brasil, e que depois é levado a outros tantos países têm um eixo formador que apresentam reflexões sobre a sua concepção de sociedade e a forma de organizar o movimento dos trabalhadores. Estas formulações não estão no conjunto daquelas que enxergam interesses inconciliáveis de classes. Estas formulações não dialogam com a Teoria Marxista da Dependência, onde Ruy Mauro Marini apresenta reflexões bem claras sobre a relação dos países das economias centrais e periféricas e sua relação de dependência.

Se ampliarmos as reflexões sobre as formulações de Marini (2017) e a ‘transferências de valor’ (capitais) das economias subdesenvolvidas para as desenvolvidas, o EBES, em parte, só seria possível por causa da produção de mais valia absoluta e sua transferência, via transferências de capitais, para os países de economias centrais. Ou seja, para o EBES existir precisa do aumento da exploração da força de trabalho, a superexploração, gerando miséria nos países subdesenvolvidos. Estes que já viviam numa condição de superexploração da FT, serão apresentados a uma face mais aguda.

Com relação a elaboração sobre as experiências socialistas, há uma cobrança ideológica constante de que ‘tinha que ter dado certo’. Senão ‘não funcionou, não prestava’. Não se tem esse mesmo rigor em julgar o capitalismo e as suas várias dimensões pelo mundo e na história.

As experiências socialistas ainda povoam os horizontes estratégicos de muitos trabalhadores no mundo. A experiência socialista da URSS, durante o seu período de existência por mais de 70 anos construiu avanços e fracassos, mesmo depois do fim. Mas deixou a ideia de que é possível se construir um mundo diferente do capitalismo. Provou que em pouco tempo um país quase todo agrário, pode ser transformar em grande potência. Não se trata de defender cegamente a experiência da Revolução Russa e o Estado Soviético e todo o leste europeu. Mas de entender que foi uma das muitas experiências da classe trabalhadora mundial, com seus erros e acertos que nos servirá de aprendizado. Um deles, de que é possível acabar com a mais valia.

De uma certa maneira, as entidades financiadoras dos programas de formação sindical no Brasil, em sua história, não escondem a sua não simpatia por uma proposta de classe que apontem para uma ruptura geral com o modo de produção capitalista.

Talvez seja um dos motivos do interesse do financiamento, estimular a defesa do Estado de Bem-Estar Social enquanto uma meta de desenvolvimento a ser alcançada no Brasil. Mas, se Marini estiver com a razão, de onde viria a produção de mais valor e o mecanismo de transferência de capitais?! Será que somente a produção nacional das atuais e futuras economias capitalistas desenvolvidas seriam suficientes para sustentar o modelo de sociedade como o EBES?!

Ao falar sobre a participação dos movimentos sindicais e o EBES, nosso entrevistado, **E-5** diz que

Evidentemente que o movimento sindical acabou fazendo parte disso, aliás, nem é só a questão da Suécia. Se você pegar, mesmo nos Estados

Unidos, o EUA fazem muita cooperação sindical, inclusive aqui no Brasil. Essa operação sindical dos sindicalistas americanos, suecos, espanhóis, italianos, belgas e etc. Todos são cooperação sindical com recursos governamentais. Porque nesses países os sindicatos são considerados como ator de cooperação e desenvolvimento.

Parece que nas reflexões de nosso entrevistado já há uma dificuldade em manter um funcionamento o EBES no mundo. Mas que essa foi a tentativa de se construir no Brasil. Mas que no Brasil tinha obstáculos maiores, diz **E-5**

Eu acho que estado de bem estar social está ruindo no mundo inteiro, onde ele foi implementado. Nós tivemos ensaio, não estou falando pelo Sinpro. Uma coisa estritamente pessoal. Nós tivemos o ensaio de construção de estado de bem estar social durante os governos do Lula e da Dilma. Mas que não chegaram a ser, porque na verdade o desafio maior era entre outras coisas, mas o desafio maior que o governo era combater a desigualdade e diminuir a desigualdade e conseqüentemente caminhar para um estado de bem estar social.

Se as dificuldades tanto na parte do mundo que já implantou a EBES, assim como no Brasil, a tentativa de implementar, apresentam dificuldades para se manter, estaria aí, uma questão da não viabilidade do EBES? Estas são questões e reflexões do nosso entrevistado, que ele mesmo responde. Dentre estas questões também se pergunta sobre o horizonte de luta dos trabalhadores e suas estratégias de luta. Continua **E-5**

Então, eu acho que o Estado de bem estar social, não é que seja possível, ele está ruindo. Seria muito bom implantar o estado de bem estar social no mundo inteiro, a meu ver. O problema que isso não vai ser possível e teremos que acirrar a luta. Mas quais são as condições de acirrar, estamos prontos para isso?! Tem formulação teórica da esquerda para isso?! Acho que não tem.

Ao mesmo tempo em que apresenta suas questões, da necessidade de acirrar a luta para a continuidade de implementação do EBES, afirma que não há estratégia teórica na esquerda para isso. Ou seria melhor dizer, as estratégias adotadas como referência não são as que ele identifica como suficientes ou diferentes das que ele adotaria. E, de uma certa maneira apresenta quais seriam outros problemas na forma de funcionamento do sistema capitalista hoje. **E-5** faz outras reflexões

o capital se organiza hoje com a financeirização. Enfim, o chamado capitalismo de extremo como alguns pensadores estão chamando. O estado de bem estar social está ruindo. É por isso inclusive, não só por isso, mas principalmente por isso, a extrema direita avança no mundo inteiro.

O processo de concentração dos capitais, que saem dos setores produtivos, passa pela esfera bancária e continuam até um processo de participação nas chamadas cirandas

financeiras do mercado de investimentos mundiais, é chamado de financeirização. E **E-5** chega a comentar que, segundo estudiosos “do PIB mundial, hoje, apenas 18% são aplicados na produção” e que “os outros 82% são para especulação financeira e especulação imobiliária”.

De uma certa maneira, as elaborações de **E-5**, fecham o ciclo da atual fase de formação do Sinpro-DF, de que o problema está na fase atual do capitalismo, o Neoliberalismo, que se opõe ao Estado de Bem-Estar Social.

Voltando as questões do nosso entrevistado **E-5**, sobre as dificuldades no mundo do trabalho, e a financeirização e o ‘exército industrial de reserva e forma como o capital está avançado’, chega a dizer que Marx não previa isso. Por isso, mais uma vez diz que está faltando formulação política. E encerra dizendo que “da forma como está vão chegar na barbárie. Ou seja, o que eu enxergo é a barbárie”.

No ponto central da formulação da linha política da CUT, com a Articulação Sindical, realmente estar à beira da barbárie seria um problema para administrar a formulação sobre as de luta defendidos como: i) ampliação das liberdades democráticas e ampliação dos direitos; ii) mais trabalho e com melhores condições para eles; iii) a existência de um estado mínimo que garanta condições sociais para os mais pobres; e uma série de outras bandeiras de luta no referencial de melhorias para os trabalhadores e cidadãos dentro dos limites do sistema capitalista. Este é o conjunto de propostas e horizontes que tem alimentados as nossas lutas ao longo dos cerca de quase 40 anos do ‘novo sindicalismo’, que acabou sendo a principal base de sustentação da Estratégia Democrática Popular.

Esta EDP, após estar nos governos Lula e Dilma se deram conta das dificuldades em implementar tais reformas ou melhorias. Pois os horizontes de reivindicação de sua linha política sempre se pautaram naquilo que era possível de ser construído, dentro dos marcos desta sociedade capitalista, sem rupturas abruptas. A situação que se coloca é a agudização da exploração nos países da periferia. Representa o início do fim das condições que tornaram possível o EBES. O que para alguns é a barbárie, para outros podem ser as condições necessárias para se abrir mão de ideias de manutenção da ordem capitalista para uma minoria.

As formulações dos marxistas sempre estiveram presentes, e afirmam que, não há alternativas de vida para os trabalhadores dentro do capitalismo. O capitalismo com suas políticas, e a sua forma de tratar a maioria da população mundial, já é a barbárie para

estes. Diante da barbárie, quais os referenciais de concepções de sociedade se apresentam para a construção de uma sociedade da maioria dos trabalhadores?

Diante da pergunta inicial do estudo sobre qual a concepção de sociedade, pode-se afirmar que há elementos para sugerir que: a concepção defendida pelo Programa de Formação do Sinpro-DF, dentro da linha maior da Estratégia Democrática Popular, é a defesa do Estado de Bem-Estar Social, para ser construído no Brasil, mesmo com as distâncias históricas e sociais que as separam da sua condição idealizada nos países centrais europeus do contexto pós segunda guerra mundial.

Esta proposta de defesa do Estado de Bem-Estar Social (EBES) está a um passo afrente do que vinha defendendo a CUT em seus programas aprovados em seus congressos. Embora seja uma formulação já presente em discussões, foi a primeira vez em que faz parte de um dos documentos da direção do Sinpro-DF, dirigido majoritariamente pela corrente Articulação Sindical, que também dirige a CUT (e os movimentos populares) de forma hegemônica no Brasil.

Oficialmente, na IV Conferência Nacional de Formação ocorrida neste primeiro semestre de 2019, nas instâncias estaduais e nacional, figurava ainda a bandeira histórico do socialismo⁸⁶, mesmo que com uma compreensão ampla.

No Sinpro-DF esta concepção tem sido defendida, não só nas deliberações, mas nas defesas públicas e abertas enquanto uma linha de orientação. Esta concepção de sociedade a ser alcançada, é associada geralmente a uma argumentação de que este ‘estado de bem-estar social’ já havia começado a ser implementado no Brasil, nos governos Lula e Dilma. Se isto é verdade, a própria compreensão de quais seriam os referenciais de ‘bem-estar sociais’ diferiria, num grau rebaixado, das exigências e referenciais da proposta originária ou em execução nos últimos anos nos países centrais da Europa que o adotam.

Uma dessas diferenças talvez se deve ao fato de que, além de naqueles países se produzir mais valia relativa (com isso se paga uma ‘melhor’ remuneração da força de trabalho, salário), o que permitiria condições um pouco melhores de remuneração dos trabalhadores. Já, no Brasil, parece que a principal remuneração da força de trabalho, em média, se pague um valor abaixo do valor da força de trabalho ‘médio’, o que configuraria a extração de mais valia absoluta. Nestas condições o EBES teria uma referência

⁸⁶ No dia 29/05/2019, o terceiro dia da IV Conferência, em Belo Horizonte, teve como tema do dia: Defesa dos Direitos, da Democracia e do Socialismo, que se relacionava com os outros cinco temas específicos. Uma das debatedoras do dia foi a ex-presidenta Dilma Rousseff.

rebaixada. E em muitos momentos de sua defesa no Brasil os argumentos são aqueles que se referem a uma condição mínima de sobrevivência. Seus defensores, ao alegarem que ‘o desafio maior do governo era combater a desigualdade’ ou melhor, a grande pobreza de parte de uma grande massa de trabalhadores. Ou mesmo da ‘valorização do salário mínimo’, pois aqui as relações capitalistas são muito mais agudas de exploração do trabalho e da extração de mais valia. Isto reforça as problematizações sobre as características diferenciadas dos países capitalistas periféricos e dos capitalistas centrais.

Com relação a defesa das posições, a diretoria embora se mostre com uma posição unificada, alguns pontos de divergências aparecem sobre questões essenciais. Uma delas é sobre a posição em relação ao EBES. Algumas forças políticas minoritárias têm posições contrárias ao do campo majoritário, da ArtSind. Para dialogar, utilizaremos a fala do entrevistado **A-3**, por ser mais expressiva e abarcar outras posições, de forças menores.

Ao ser perguntado sobre a concepção que está sendo defendida pelo Sinpro-DF, através da secretaria de Formação no seu PPP, da concepção de sociedade do EBES, **A-3** diz “Eu sou um pouco crítico a essa concepção, porque eu sou oriundo de uma concepção que pretende avançar para as relações de base socialistas, que visam uma sociedade mais igualitária e que deveria superar essa expectativa de apenas bem-estar social”. E ele continua argumentando sobre os motivos da discordância. Continua **A-3**

a fragilidade que é essa concepção de sociedade. Uma das críticas que a gente faz é que, por exemplo, ao você focar apenas na ascensão das classes sociais desprestigiadas no âmbito do capitalismo, apenas pela via do consumo, a gente viu que isso não altera substancialmente a consciência da classe que deveria alterar.

Embora essa concepção seja apresentada como sendo da diretoria, internamente, quando foi discutida, os argumentos do grupo em que atua, **A-3** comenta

Isso não é o bastante, inclusive a gente faz essa crítica lá dentro, tenta em alguma medida colocar também essa concepção. A gente precisa avançar para além do estado de bem-estar social. Temos que construir a perspectiva de realmente emancipar as classes trabalhadoras. Para que venham a fazer de fato a disputa do poder, a partir da perspectiva de classe. Ou seja, de um sindicato que seja mais classista do que defensor do estado de bem-estar social.

Estas discussões, tem como pano de fundo a discussão sobre o referencial da definição de classe social e a forma como muitos membros da categoria veem a sua condição na sociedade. Nosso entrevistado **A-3** comenta

Não é a renda que define as classes, é justamente a herança que recebe da própria classe, socialização familiar, enfim. O professor especificamente

de Brasília da rede pública é muito afetado pela ideologia pequeno burguesa. Porque aqui, apesar dos últimos anos de congelamento salarial, ainda se tem um salário razoável, que permite uma vida digna, de ter um carro próprio, conseguir financiar um apartamento, uma casa. Então as pessoas já se sentem pequeno burguesas.

Com relação a categoria, nosso entrevistado emite uma opinião sobre uma parte da categoria que teria um perfil diferente do da maioria. Comenta **A-3**

À grosso modo, talvez no máximo 20% da categoria tenha consciência de classe e participe efetivamente das lutas do sindicato, é quem em grande medida leva as lutas. Existe uma grande dificuldade de mobilização por causa desse contexto específico, eu percebo isso.

Ao comentar sobre a maioria da categoria, nesse perfil que se apresenta nos últimos anos, diz que ela “não se sente parte. Esse é o grande desafio da formação”. Chega, **A-3** a comentar sobre quais seriam os seus referenciais de percepção dessa realidade

Isso é muito pelas ações grevistas, a quantidade de pessoas que aderem, de início aos movimentos, que continua participando do movimento. E a quantidade de pessoas que chegando no final do movimento. E também a quantidade de pessoas que participam das assembleias.

Também há formas diferentes de ver o papel da formação. O outro entrevistado, **A-4** vai se referir as intenções que motivaram, ao seu ver, o início da formação com a ECO CUT, em 2004. Ele, **A-4** comenta

somos um sindicato cutista e já tinha experiência da CUT acumulada ao longo dos anos, inclusive que tinha uma relação muito próxima com aquela formação histórica lá. E a CUT tinha feito as escolas de formação pelo país inteiro. E naquele ano de 2004, já tinha alguns anos que a escola de formação já estava desativada. Porque não tinha muita demanda, não tinha oferta, não tinha acionamento das categorias. Então, o que entendemos, que nós queremos a informação, ter um espaço da central, quer trabalhar numa lógica de luta das classes, então a gente vai começar a fazer formação junto com a escola de central de formação da CUT. Foi aí que a gente começa a partir de 2004 nessa perspectiva de fazer formação. A partir dali e ampliar a quantia de companheiros que fossem formados. Sempre nessa lógica de reforçar que nós vivemos numa luta de classe e de que nós tivéssemos os elementos para os companheiros fazerem avaliação da conjuntura a partir dos elementos históricos, mas também dos elementos conjunturais.

Ao ser perguntado sobre outras experiências de formação, anteriores a 2004, a partir de 1994, disse que lembra de ter tido em alguma cidade e de alguém ter participado

Eu lembro do Plano⁸⁷. Porque na verdade aqui era uma regional só, Gama, Santa Maria. Eu lembro de ter recebido, eram cursos com sequencias e tudo. Logo que eu entrei. Mas era no Plano. Eu não participei. Não tinha carro, trabalhava em dois empregos inclusive. Então não deu. Mas eu lembro que teve.

Ao ser perguntado sobre qual a concepção de formação que você tem, **A-4** discorre um pouco mais sobre as tarefas da formação e da organização

Então, eu acho que primeiro a formação tem que ser classista. E para ela ser classista de uma forma sólida mesmo. Para dar os elementos para fazer a leitura, a análise da conjuntura em uma perspectiva classista, é preciso revisitar a clássicos. É preciso revisitar a história da classe trabalhadora, é preciso revisitar os sindicatos dos professores, quais foram as conquistas, quais foram as lutas, e suas consequências, para que a gente tenha essa base teórica na formação. E aliado a isso, eu acho que o processo de formação tem que ter o momento do debate, da reflexão. Eu acho que não tem que ser menor que o debate teórico. Mas o debate de ideias, de grupo, aquela coisa mais dinâmica, focada no debate entre as pessoas. Eu acho que isso é importante entre as pessoas. E a consequência natural disso, é a capacidade que isso tem que gerar, de fazer com que cada um perceba a necessidade de ser organizar no seu local de trabalho. Porque eu acho que a formação que o sindicato dá, ela tem que ir afinando para que a pessoa se conscientize. Porque a partir dessa organização no local de trabalho, a gente potencializa a luta de forma geral. Mas eu preciso fazer o caminho, começar a chamar os delegados sindicais para se formar, para que voltasse no local de trabalho e pudesse se organizar de uma forma melhor os companheiros da sua unidade. Então eu acho que a formação tem que ter, tanto essa base teórica quanto esse momento do debate político e a consequência o processo de organização.

Há opiniões gerais de que a categoria hoje está num perfil de organização, de consciência, de posicionamento político muito diferente que era 10 ou 20 anos atrás. Comenta-se que a categoria nos últimos anos tem se desenvolvido um outro perfil diferente, inclusive um perfil conservador. Nosso entrevistado **A-4** analisa o perfil da categoria hoje

De fato, eu não acho, eu tenho absoluta, certeza que a nossa categoria hoje é conservadora, mesmo. Infelizmente. Sobretudo a parcela mais jovem na categoria, ela é conservadora. O olhar que a categoria tem sobre esse processo de classe, é um olhar nada classista, não consegue se perceber como parte da classe trabalhadora, se percebe como uma categoria que se faz parte da classe média, que precisa estar continuando em ascensão, estar em ascensão. É muito conservador no final das contas.

De maneira geral, foram coletadas outras entrevistas e opiniões que se assemelham as destes dois atuais diretores. Estas posições não se alinham na defesa do

⁸⁷ O Plano Piloto é a região central de Brasília. No desenho inicial, do planejamento da capital federal. É conhecida popularmente como Plano Piloto. Daí o Plano.

Estado de Bem-Estar Social, a posição da força hegemônica na direção do Sinpro-DF, a ArtSind. Mas, nas discussões externa a diretoria, não se expressaram para o conjunto da categoria. Fazendo um ‘acordo’ ou tática de não externalizar as posições de cada força abertamente nas discussões públicas da categoria. Talvez não fosse o melhor caminho para ajudar no debate de tão importante formulação. Sublimar as posições em nome de uma fala única empobreceu o debate junto a categoria.

Para finalizar esta parte da discussão do PPP da secretaria de formação do Sinpro-DF, nas duas plenárias abertas sobre a discussão, ao todo não chegaram a orbitar mais de 80 pessoas. No entanto, são os presentes que se posicionam. E a maioria dos presentes tem se posicionado de forma a não divergir da posição única ou unificada da diretoria do sindicato, no primeiro semestre de 2018. Esta posição não chegou a ser apreciada ou mesmo apresentada nas discussões do 11º CTE, em agosto de 2018. Mas foi entregue como sendo o resultado da discussão coletiva nas plenárias no semestre anterior e tornadas públicas para a maioria do congresso. Mesmo sem ter sido mencionadas para apreciação do público de delegados, que teoricamente, seria a instância superior máxima da categoria, as formulações estão sendo divulgadas como sendo do sindicato. Afinal, foram apresentadas no Congresso.

5 - Entrevistas com Representações de Teses e as Concepções Gerais

Ao longo da pesquisa e do registro de entrevistas permitiu-se a montar uma leitura geral sobre os vários posicionamentos. Como critério para as entrevistas de base seguimos a orientação de ser um grupo organizado que tenha se articulado de alguma maneira e registrou seu posicionamento político inscrito em uma tese para o 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação, em 2018. Ao longo das entrevistas podemos observar as muitas particularidades dos entrevistados. Por exemplo, um com cerca de 25 anos de categoria e outro em torno de cinco anos. O critério da idade não se mostrou um grande diferenciador na intensidade de conhecer a história da formação, mas influenciou diretamente na quantidade de experiências vividas diretamente na categoria.

Em alguns aspectos as posições se repetem ou se aproximam. Para sintetizar preferimos citar aquelas que nos permite explorar mais o sentido da resposta, já que de alguma forma as não citadas diretamente, estão contempladas no relato das maiores.

O nosso entrevistado **O-3**, vivenciou um período maior de participação nas atividades de categoria. Sobre a necessidade da Política de Formação e sua concepção

a forma provavelmente seria a mesma. Nós estaríamos realizando cursos, o método seria o mesmo, trazer pessoas, alguma celebridade, fazer algum estudo de clássicos. A diferença talvez fosse o conteúdo. A formação seria para isso, seria para a gente formar a ação interna e externa dentro do sindicato. E uma vez formando, você formando novos integrantes, novos militantes, novos quadros, manter esse grupo, que hoje tem a hegemonia. Se nós estivéssemos lá. [...]

Eu era o único dos cursistas que não era próximo da direção do sindicato, que não era de uma corrente política ligada à direção do sindicato. [...]

Uma crítica ao Lula na época ainda era uma coisa meio de heresia mesmo.

Ao falar sobre a convivência com outras posições, se refere ao contexto histórico, de quando participou em 2004, da primeira turma de Formação Política da ECOCUT, e o contexto da eleição de Lula à presidência da república e da divergência política

E era muito recente. Ele tinha sido eleito em 2002, os radicais foram expulsos em 2003, o PSOL foi existir oficialmente só em 2004, então ainda estava ali realmente nessa situação. [...]

Até onde eu sei, os grupos que existiam dentro do PT, eles também existiam na CUT.

Sobre a necessidade do debate com outras visões políticas diferentes, e já ter vivenciado essa experiência com diretores do Sinpro-DF e da CUT, só que em um outro sindicato, de uma outra central sindical, **O-3** comenta

que é o seguinte, o Sindágua, toda vez quando ele realiza o seu congresso, ele faz uma mesa de conjuntura logo no início. E a grande questão é que ele realmente chama gente de várias tendências diferentes. Eu já fui chamado duas vezes para participar da mesa de conjuntura do Sindágua na abertura do congresso deles. E curiosamente sempre quem fica, já ficou comigo nas duas vezes, foi o Rodrigo Rodrigues. [secretário geral da CUT/DF e ex-diretor do Sinpro-DF].

Sobre a sugestão de se abrir o debate com outras visões, ao aproveitar que estava compartilhando desta experiência com um dirigente conhecido do Sinpro-DF e da CUT, **O-3**, comenta

Aí eu já peguei no pé dele e falei: “está vendo aí, o Sindágua abre espaço para outras forças, por que vocês do Sinpro também não abrem?”

A resposta do Rodrigo Rodrigues, ela é muito firme e muito direta: “se vocês querem participar, se vocês querem esse lugar, então vocês ganhem as eleições”. Então, assim, demonstra que há uma situação antidemocrática gritante dentro do sindicato, como até nas assembleias. Nas assembleias até para você falar é realmente um absurdo, não tem cabimento, um monte de gente gritando ao redor de um cara que já sabe quem ele vai inscrever.

Sobre um dos os objetivos do curso, que é a formação de lideranças, **O-3** observa que

Vários acabaram se tornando. O ponto auge foi diretor do Sinpro. Mas boa parte acabou virando delegado sindical, e não era. Um grupo acabou virando também membro de comissão de negociação. Acho que se eu pegasse a lista de todo o mundo que fez o primeiro curso, eu conseguiria lembrar mais alguma coisa. Mas teve. Teve também aqueles que sumiram, que desapareceram.

Comenta, **O-3** sobre o que teria motivado a direção a fazer o trabalho de curso de formação e as lideranças de base, e sobre seu entendimento a respeito de uma determinação do estatuto, para o tempo máximo para cada diretor poder estar na diretoria

Você só podia ter no máximo dois mandatos. Você tinha que ter no máximo dois mandatos. E aí seria mais ou menos isso, a ideia inicial. Numa eleição, um terço tinha que ser renovado, na outra eleição, seriam dois terços

Ele se refere a dois momentos diferentes. O primeiro em 2003, quando num congresso, após o processo eleitoral de 2001, e uma greve em 2002, em que uma oposição de renovação pela base saiu fortalecida, por várias chapas que defendiam um processo maior de participação e abertura. Diante disto a própria chapa eleita teve que recuar em algumas proposições ao longo da campanha. Nesse congresso, em 2003, foi aprovada a não reeleição por mais de um mandato consecutivos. E indicando as discussões das ‘delegacias regionais de base’, que eram previstas no estatuto, mas nunca foram executadas. E um segundo momento, na eminência de se cumprir essa proibição, em 2007, a diretoria conseguiu um entendimento jurídico, que só começaria a valer a partir da data da aprovação, portanto um terceiro mandato, para os diretores da época. Estes se organizaram, junto aos seus apoiadores, e propuseram a renovação, 2009, constante de 1/3 (um terço) da diretoria. Esta é a norma atual, num congresso/assembleia muito confusos, propositalmente. Com isso acabou-se a proibição do limite da reeleição.

Na opinião de **O-3**,

O movimento de renovação pela base, eu acho que foi o melhor exemplo que a gente teve de oposição sindical. Considerando os que eu já participei antes disso, foi em 95, que foi a primeira eleição que eu cheguei a participar do Sinpro. A gente ainda estava dentro do PT.

Sobre as eleições nas comissões de base em geral no Sinpro-DF, nosso entrevistado **O-3** declara

Então, é antidemocrático. É antidemocrática a formação da comissão de negociação, aliás, do comando de greve, como também da própria comissão de negociação, que também tem um viés democrático. São cinco membros do executivo da direção, são cinco membros da base. Só que o volume de campanha que é feito sobre determinadas pessoas, garantem que a eleição delas aconteça e a oposição acaba tendo uma participação mínima.

O nosso entrevistado faz um registro com vários aspectos em que evidenciou o processo de disputa dentro da diretoria e a hegemonização. E que desemboca outros processos históricos da formação sindical, que ele, através de suas respostas, demonstra, como a grande maioria da categoria não ter tido o conhecimento e significado na história do sindicato, do controle das direções e da formação. Vamos ao relato de **O-3**

A de 96, se não me falha a memória, foi quando teve aquela crise com uma parte da direção do sindicato. Teve uma parte da direção do sindicato que foi acusado de trair a categoria, de que tudo o que era discutido no comando de greve imediatamente eles já avisavam para o governo. Depois teve um processo muito confuso de retaliação mesmo do pessoal da direção do sindicato, que era uma espécie de oposição ao governo Cristóvão, que na verdade também era acusado de uma espécie de viúvas do Cristóvão. Esse termo ficou bem curioso, que no caso era o M. P. e a R., que segundo as más línguas, eles não conseguiram vaga no governo. Então, por isso eles eram oposição ao governo. Sabe-se lá, faz muito tempo, para lembrar mesmo desses detalhes. Mas aí, quando foi na greve de 96, teve essa crise com essa parte da direção, e aí acho que foi em 97, começou um processo para eles serem expulsos do sindicato, e foram nove diretores. Eles foram expulsos do sindicato. A R. é o nome que estou me lembrando agora. Ao todo foram nove, mas a R. é o nome que eu estou me lembrando. E que na verdade, na assembleia em que eles iam ser expulsos, eles renunciaram na assembleia. Então teoricamente, eles não podiam ser expulsos já que eles já não eram mais membros da direção do sindicato. Eu achei que iam até recorrer à justiça por causa disso. Mas não chegou a tanto. Mas renunciaram ou não renunciaram, foram expulsos do mesmo jeito. E depois muita gente até questionou, porque não foram lidos os nove membros, não foram lidos os nove nomes de pessoas que tinham sido expulsas, e também não foram falados os motivos da expulsão. Foi apenas colocado aquela coisa genérica: “eles traíram a greve dos professores, eles traíram a categoria, eles entregaram a gente para o governo”. Mas como assim, traíram? Não teve.

A opinião de **O-3** sobre a participação e a concepção de sindicato

Então, essa independência de classe, independente de quem seja o governo, é uma das características que a CONLUTAS prega nos seus sindicatos. Então, esses três elementos, eles são o norte da CONLUTAS para enfrentar o movimento sindical. Para se apresentar como movimento sindical: a democracia, a mobilização e a independência de classe.

Sobre a história da formação do Sinpro-DF, **O-3** diz não ter conhecimento além deste, a partir de 2004 de que participou. Disse não ter ouvido falar sobre outra Proposta de Formação na história do Sinpro-DF. Que também não conhecer os Cadernos de Formação 1 e 2 do Sinpro, nem outra modalidade de cursos.

Com outra opinião de **O-1**, disse já ter tido acesso e lido os Cadernos de Formação, disponíveis no site do Sinpro-DF. O seu grupo de professores militantes já fez grupo de estudo sobre os Cadernos de Formação. Acha importante o Sinpro-DF fazer o trabalho de

formação, por mais que tenham suas diferenças de posicionamento. O grupo também faz formação política com os materiais próprios. Reivindica uma formação política mais próxima da ação política.

O entrevistado **O-1** tem menos de 6 anos de categoria no DF. Seu grupo político também tem menos de 10 anos de existência e surgiu com referência nas lutas estudantis, no início da década de 2010, apoiado nas ideias de um sindicalismo autônomo, de participação direta. Tem uma concepção estratégica de um Socialismo Revolucionário, composto por um conjunto de forças políticas (anarquistas, autonomistas e socialistas) e identificadas com a linha da Ação Direta. São abertos à participação de pensamentos classistas, orientados pela unidade na Ação Direta.

O grupo de **O-1** faz uma forte crítica ao sindicalismo de estado, ao burocratismo e o distanciamento da direção do sindicato ao trabalho de base. Não participam de eleições para a diretoria do sindicato. Defende a representação direta. Defendem a ideia e criaram um sindicato por ramos de setores, independente da categoria.

A **O-2** diz desconhecer os Caderno de Formação e outros processos históricos de Formação do Sinpro-DF. Ela, **O-2** sabe que o Sinpro-DF desenvolve cursos de formação, mas não sabe como funciona. E que seu grupo de professores militantes participa de cursos próprios de formação em nível nacional. A entrevista **O-2** tem em torno de 6 anos na categoria, no DF, e desconhece a história da Sinpro-DF.

Em algumas entrevistas específicas as reflexões e concepções estão mais identificadas com os contextos históricos e políticos de cada período conjuntural, embora guardem maior relação com a estrutura da sociedade. Mas isto nem sempre é claro para todas as correntes políticas. Nas entrevistas muitas vezes é expresso de forma geral ou até genérica. A definição de uma concepção aparece de forma direta ou nas entrelinhas do conjunto das opiniões expressas.

De maneira geral as opiniões divergentes questionam sobre a forma da direção exercer a democracia. Divergem da forma como funciona a democracia a partir do ponto de vista da diretoria, da maioria, da hegemonia. A participação é sempre estimulada, porém com certos critérios de participação da base. Neste aspecto geral estão relacionados vários momentos de participação. Uma diretoria é eleita a partir de um processo amplo de votação que começa com um pleito eleitoral. Antes da votação começar se instaura uma comissão eleitoral.

A escolha da Comissão Eleitoral é aberta a todos os filiados, conforme prevê o Estatuto da entidade, democrática. No entanto, geralmente, o critério que orienta a

votação é que determina a participação de forma proporcional (em chapas) ou individual (avulsa). Cada pessoa sindicalizada presente poderá votar em só 1 (absoluta) nome ou em até 5 nomes (hegemonizada). Vamos a um exemplo muito comum:

Na Assembleia Geral realizado no dia 13/04/2019, sábado, foi escolhida na base a Comissão Eleitoral. Pelo critério estabelecido, cada sindicalizado poderia escolher até 5 nomes individuais. O campo majoritário se reuniu e indicou seus 5 nomes avulsos. Combinou com sua base de apoiadores que votou de forma organizada nestes 5 nomes. Todos os seus candidatos tiveram mais de 350 votos. A direção age em bloco.

Mesmo que um outro grupo tivesse levado 340 sindicalizados, e de forma organizada, todos votassem nestes nomes, eles não elegeriam nenhum nome pela base. Os setores de oposição só ficaram com o direito estatutário que cada chapa inscrita tem de indicar um representante para acompanhar a Comissão Eleitoral. A disputa eleitoral começa na eleição para a comissão eleitoral. E já começou com a Comissão Eleitoral hegemonizada pelos apoiadores da direção.

Esse critério democrático, esconde uma prática de hegemonização. No Sinpro-DF este critério também é usado para as escolhas da Comissão de Negociação de Base, do Conselho Fiscal, e muitas vezes, até na eleição do Comando de Greve, se ela estiver muito disputada.

A Greve é um dos momentos mais dinâmicos de construção e de disputa na categoria. Neste momento precisa-se de muito apoio na base, pois a luta é difícil e demorada, na maioria das vezes. Nas últimas greves, se estabeleceu o número de representantes de base igual ao da direção. Ou seja, se a direção tomar uma posição, e se unificar em torno dela, a base, mesmo na greve, não conseguiria aprovar um posicionamento diferente.

Nas disputas e construções nos movimentos existem muitas sutilezas que condicionam as formas de se conduzir as direções e/ou maiorias. Desde a ordem de inscrição, a quantidade de inscritos, o tempo de fala, a composição das mesas de debate, as posições que compõe as mesas, o tempo dado ao debate, as formas de se encaminhar as falas e propostas.

O modo de participação chamado democrático, esconde os artifícios de domínio de determinadas posições em muitos momentos. O grupo hegemônico consegue usar bem estes artifícios. Talvez coubesse uma reflexão: ‘por serem hegemônicos usam destes artifícios ou por usar destes artifícios são hegemônicos’?! É certo que o processo de hegemonia existe a muitos anos. E a grande maioria aprendeu que esta é a forma normal,

‘natural’ de acontecer. Tal qual a ordem vigente, com suas ideias dominantes. ‘Sempre foi assim!’ Os que a questionam é que são os que se incomodam. Depois de instaurada a hegemonia, como a lógica da dominação, as outras visões podem ser vistas como um incômodo ao funcionamento normal.

De vez em quando, mesmo com toda essa forma, normas que ajudam os grupos maiores, ainda assim, um grupo de oposição acaba elegendo 1 entre os 5 representantes para uma comissão em assembleias grandes, onde é mais difícil combinar o voto com uma quantidade maior de pessoas. O nosso entrevistado **O-3** já vivenciou isso.

Enumeramos algumas outras opiniões mais específicas fora de seus grupos de militância coletiva, que foram registradas a partir de algumas conversas. As entrevistas mais centralizadas estão relacionadas e dialogadas, quando apresentamos acima. Estas abaixo, apresentam algumas questões não tão gerais. Tem mais questões singulares ou tomadas fora do seu grupo principal.

Para a entrevistada, **E-4** a formação está para um projeto de sociedade socialista/comunista; mas não de forma tão direta; tem que fazer as mediações. Vinha de uma tradição dos PC’s, que acreditavam numa Estratégia Desenvolvimento Nacional (EDN), para desenvolver o capitalismo, desenvolver a burguesia, e esta fazer a ruptura com a burguesia estrangeira e imperialista. Esta foi a formulação da chamada III Internacional Comunista, que tinha como principal referência a URSS, no contexto de disputas e alinhamento da chamada Guerra Fria. Aqueles países como sendo área de influência dos EUA ou da Rússia. Se referenciava num modelo já consagrado de sindicalismo. Os PC’s tinham sua linha de como atuar, dirigir os sindicatos em que lá estivessem seus militantes organizados. Tinha o jargão de classificar ‘o sindicato como correia de transmissão’.

Para a entrevistada, **E-3**, há uma identificação com a concepção mais próximo da educação popular, que se aproximou das formulações do NEP 13 de Maio, classista, anticapitalista, metodologicamente diferente.

Para os entrevistados, **E-5**, **A-2** e **A-1**, o projeto de uma sociedade justa e democrática. A democracia como um valor universal. Que não se alinhava com o ‘muro de Berlin’; o projeto de ‘um outro mundo é possível’. A cidadania para todos; assim o nosso olhar estratégico para ‘o socialismo como uma utopia’. Há várias possibilidades de socialismo; o processo de conquista da hegemonia política, inspirado em Gramsci;

Definido no Projeto Político Pedagógico, o Estado de Bem-Estar-Social (EBES) é uma elaboração historicamente ligada a socialdemocracia europeia, que no contexto da

pós II Guerra mundial. Foi identificado como uma proposta intermediária alternativa ao comunismo. Este se referenciava principalmente na experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, (URSS). O EBES representava uma opção em construção para os chamados partidos socialistas europeus ou eurocomunistas. Foi exemplo de um estágio de desenvolvimento econômico e político nas economias capitalistas chamadas centrais, em contraponto com as chamadas capitalistas periféricas. A Teoria Marxista da Dependência explicita como as economias capitalistas periféricas, subordinadas acabam transferindo capitais para as economias capitalistas centrais, dominantes.

Alguns diretores do Sinpro-DF, de outras agremiações políticas diferentes da ArtSind, não veem com tranquilidade a elaboração política do EBES. No entanto, não reúnem força política suficiente para contrapor tal posição e ser vencedores. Acabam não fazendo abertamente tal discussão e/ou divergência. Deixam a corrente hegemônica desenvolver sua linha de orientação política.

Com isso, no PPP da Secretaria de Formação Sindical está consignado a defesa oficial do Estado de Bem-Estar Social enquanto uma concepção de sociedade a ser defendida enquanto o referencial de luta do Sinpro-DF, a ser alcançado.

Esta formulação é vanguarda em relação as posições dos congressos da CUT. Embora verbalizada, ainda não havia sido oficializada como uma determinação. Mesmo no 11º CTE não foi ponto de discussão ou votação. Foi entregue o caderno da Secretaria de Formação do Sinpro-DF, com o PPP e o Plano de Trabalho 2018. E dentro dele continha a formulação, como o resultado de discussão nas reuniões/plenárias no primeiro semestre de 2018.

A direção do Sinpro-DF, embora seja composta por um conjunto de forças políticas distintas, de maneira geral, tem o programa de formação política compartilhado pelo conjunto, dentro do programa de formação da CUT. Apenas um setor, dentre os que compõe a direção, não via como algo muito importante para a categoria a prática da formação. E via esta prática mais direcionada como uma forma de aproximação e ‘cooptação’ de possíveis novos militantes. Esse grupo não mobiliza para os cursos de formação.

Observa-se que uma força política organizado sindicalmente, a Corrente Sindical Classista, que não é cutista, mas não se opõe a participar destas atividades formação, inclusive mobilizando sua área de influência para participar dos cursos de formação, fazendo as suas mediações. Os setores cutistas, que fazem parte da direção do Sinpro-DF,

mesmo não concordando com a íntegra da proposta de formação, dizem que é possível fazer as adequações.

Alguns setores, de forma não pública, compreendiam que a formação tinha a linha da Articulação Sindical (ArtSind), e que tinha que fazer algumas adequações junto aos seus indicados aos cursos. E com a determinação majoritária da ArtSind, acabaram executando sua linha política própria se aproximando mais dos novos cursistas.

A formação foi vista como uma forma de aproximação e/ou envolvimento de novos e já iniciados professores atuantes, que poderiam vir a ser dirigentes de base ou mesmo participantes de uma futura diretoria do sindicato.

Neste sentido, a formação cumpriu seu principal objetivo: estimular a participação dos cursistas nas atividades da categoria. Alguns em maior ou menor grau de participação.

Considerações Finais

A partir desta compreensão total, fica evidente que o processo apresentou algumas mudanças para chegarmos ao estado de hoje. É possível apresentar algumas considerações acerca do processo histórico de formação Sinpro-DF:

- 1) A **consolidação da estrutura da ECOCUT** e das outras 6 escolas regionais da CUT, a partir de 1995, onde se tem registros;
- 2) Esta estrutura só se tornou possível, graças a **estruturação na CNTE e as construções dos estados** nas regionais, da confederação;
- 3) A estrutura das escolas estaduais (inclusive, para além dos setores da educação) só foi possível com a **parceria a colaboração financeira da Lärarförbundet, e suas vinculações internacionais, LO e TCO**, entidades de trabalhadores europeias.
- 4) Que e a execução da proposta de formação da CUT, via formação na CNTE, com uma **orientação política controlada** por apenas uma linha política, a **Articulação Sindical, possibilitou um processo de hegemonização** política das principais direções estaduais e uma expressiva maioria nas direções nacionais da CNTE e por um processo de crescimento, em outras confederação, e o controle geral da CUT⁸⁸.
- 5) Esse processo de hegemonização começa a partir do 2º CONCUT, em 1986, e começa a se realizar e consolidar a partir de circunstâncias e em setores privilegiados: a Formação Sindical e o ramo dos Trabalhadores em Educação. Além da **força, centralidade e importância que tem um processo de formação política** e a participação nos embates.
- 6) Especificamente no Sinpro-DF, a manifestação do processo de não visibilização, de **não resgate da história** na Agenda, colabora para esse processo de sobrepor, **sobrepujar um período histórico de disputas de linhas e de direções políticas**, que antes já esteve em disputa.
- 7) A concepção hegemônica, nos **últimos 15 anos**, no processo de formação do Sinpro-DF, **incorporada na referência da ArtSind, rejeita a orientação de uma sociedade socialista**, aos moldes da III Internacional (dos antigos PCs,

⁸⁸ Esse processo de hegemonia, também se desenvolve de forma análoga em direções da CUT, via formação sindical e do Instituto Cajamar (INCA), com parceria com o Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES), a partir dos anos de 1980, na Secretaria Nacional de Formação da CUT.

do modelo soviético) e se orienta por uma sociedade mais justa e democrática, para todos, sem rupturas com a sociedade capitalista, nos moldes de um referencial da social-democracia europeia, da II Internacional, para o Brasil;

- 8) Esta concepção, de referência no **Estado de Bem-Estar Social**, tem aparecido nas formulações nos documentos da Secretaria de Formação do Sinpro-DF, mas, ainda em **disputa na formulação geral da CUT**, em outras instâncias.

Depois de desenvolver sobre o processo de reconstrução da história da formação sindical do Sinpro-DF, de constituição de uma hegemonia de uma força política, pode-se assinalar os seguintes achados da pesquisa:

1. Constatou-se o **pouco conhecimento sobre a história da formação** sindical do Sinpro-DF; em momentos anteriores atual proposta;
2. É necessário **trazer à luz outras experiências de processos de formação**, pois quase não há registros históricos organizados;
3. Aponta-se a **existência de outras práticas menores iniciais de formação sindical** na história do Sinpro-DF, mas que não se constituíram de forma organizada;
4. O episódio da **“expulsão dos 9”, em 1997, fez parte de um processo maior** de: i) hegemonia numérica na direção; ii) fim da execução de uma linha política de formação, mais a esquerda e com críticas a centralização; iii) início da construção de uma linha hegemônica da ArtSind;
5. Consolida-se a **construção da Hegemonia**, na direção e **na formação da CUT nacional**, e a construção das 7 Escolas de Formação, influenciaram fortemente o Sinpro-DF;
6. Constatou-se que a formação política deixou de ser feita e controlada pelo Sinpro-DF e suas construções internas, e passou a ser feita e controlada externamente pela CUT e escolas hegemônicas.
7. Percebeu-se que a **cooperação e parcerias internacionais para a implementação da Política** de Formação, **feita com a Lärarförbundet**, nos anos de **1990**, teve influência determinante nesse processo de construção. (Esta experiência foi antecedida da relação com a FES/ILDES⁸⁹, nos anos 1980, e a constituição do Instituto Cajamar, INCA);

⁸⁹ Citar o vídeo de '30 anos da FES/ILDES no Brasil', de 2007, e a relação com a direção central do PT e da CUT (Articulação), desde antes da fundação do;

8. Percebeu-se que a **construção da linha política**, que se “distanciava” da necessidade de rupturas com a ordem capitalista. Mas a necessidade de ‘melhorias sociais radicais’ dentro da ordem; (**contra uma lógica de rupturas socialistas**, nos anos de 1990, no mundo e no Brasil);
9. Embora os anos de década de 1990 tivessem sido de avanços da lógica imperialista burguesa, com a ‘Queda do Muro’ e o ‘fim do socialismo real’, de duros impactos na formulação das organizações dos trabalhadores, a lógica de resistência ao capitalismo deixou de ser construída. Onde não houve forte resistência, a dominação se impôs, e **a lógica do individualismo se estabeleceu**;
10. Percebeu-se que nos setores da educação, **a construção da Política de Formação** se deu pela CNTE/Lärarförbundet, **que financiou as atividades de formação, nos anos de 1990, e os materiais didáticos (cadernos)** de formação e estruturas (Boht), nos anos 2000;
11. Observou-se que nos últimos anos, o programa de formação sindical foi um dos principais meios de manter uma **estrutura sindical sob controle** de uma concepção sindical da ArtSind;
12. Utilizou-se do depoimento em entrevista⁹⁰, de um importante dirigente na CUT Nacional, e dessa forma foi possível começar a entender a importância da Formação da CUT numa dimensão internacional, onde quase não há registros documentais disponibilizados.
13. Constatou-se que a **defesa da concepção da Estado de Bem-Estar Social**, no Sinpro-DF, esteve ligada **as parcerias com as instituições europeias que financiam** a política de Formação da CUT;
14. Percebeu-se no Sinpro-DF, as novas gerações, da base e de diretores do Sinpro-DF **desconhecem o processo de pluralidade das discussões da formação**. Foram ‘educados’ já no contexto da linha da hegemonização dos debates. E as discussões e divergências não são bem acolhidas. Como se fosse um mal necessário, a ser evitado, se possível. Quase um processo de pensamento único; a hegemonização;
15. Constatou-se que nas **fases anteriores** dos anos de 1990, como dos Cadernos de Formação, quando são lembrados, **não são consideradas com parte de um processo histórico que pode ser compreendido e posto em reflexão**.

⁹⁰ O Programa de Formação da CUT é referência internacional para o PNAF e alguns outros países, via Internacional da Educação.

Considerando o movimento dialético, assim como o início vigoroso do surgimento da CUT é impossível não pensar sobre os desfechos da discussão sobre a crítica a “estrutura sindical”. Pois, era identificada enquanto a manifestação da intervenção do Estado na vida sindical. Isso ocorria, seja pela ação direta dos pelegos, ou com a manutenção da verticalização vigente. Embora nos documentos e nas defesas de uma participação e controle dos trabalhadores sobre o sindicato havia dubiedades, como por exemplo a defesa do ‘imposto sindical’.

Depois de um certo período é possível perceber uma grande contradição na execução do que se propunha, o “novo sindicalismo”. Relembrando Reich, aquilo que um dia possibilitou o movimento, pode no momento seguinte vir a paralisá-lo.

Aquele movimento que nasceu negando da estrutura sindical, identificando-a como a do ‘sindicalismo de estado’, e intervencionista por parte dos governos da ditadura, agora, de uma certa maneira é apresentado como uma negação formal ao imposto sindical. Nos sindicatos com bases menores de representação, e ‘defesa informal’ da manutenção ao direito de organização sindical. Visto o governo se propõe a acabar com o imposto sindical e qualquer outra estrutura vinculada ao estado que ajude na manutenção financeira dos sindicatos.

Neste caso específico, podemos usar outra categoria da dialética, apresentada por Reich, **‘a negação da negação’**. Onde, num primeiro momento, o Estado intervém para frear e controlar o movimento dos “independentes”. Durante a era Vargas, essa política é implementada com o objetivo de conter e impor a estrutura verticalizada. Num primeiro momento, os setores combativos, na luta contra essa estrutura sindical, vão negá-la. Para num segundo momento incorporá-la. Ficando refém ao ponto defendê-la para sobreviver no movimento. Semelhante processo ocorreu com a CUT.

Hoje, dizem que os trabalhadores, organizados em sindicatos não querem se opor ao regime. Por isso dizem ‘nossa linha de atuação sindical é de proposta reais, imediatas, com possibilidades concretas da ganho’, dentro desta sociedade. E vão mais longe, quando afirmam ‘não cambem as organizações dos trabalhadores apresentarem proposta abstratas de construção com o socialismo’. O socialismo é algo abstrato. Não realizável, neste momento. Portanto a luta no campo da ‘radicalização dos direitos’. Essa é nossa proposta de Socialismo, como um horizonte utópico. Aqui temos mais um exemplo da negação da negação. A CUT nasce imbricada com a luta anticapitalista e em defesa do socialismo.

A presente pesquisa expressa o quanto estas questões de financiamento internacionais na formação política dos militantes sindicais sofreram influência da socialdemocracia europeia. E no caso do Sinpro-DF há ainda muito o que se estudar. Até mesmo pela importância e inserção nacional que possui.

REFERÊNCIAS

12º CONCURTO, 2015. *Cadernos de Resoluções*. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/document/bfb90aae2acb0e5a978f8334312f15b6/file/af-caderno-de-resolucoes-12-concut-web.pdf>. 05/04/2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOTH, Vilmar José. *A Política de Formação da CNTE em Faces aos Desafios da Luta de Classes*. Tese de doutorado. PPGC UFSC, 2016.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. *O Processo de Alienação e Desalienação dos Trabalhadores no Capitalismo: Um Estudo Sobre o Papel da Formação Teórica Política na Construção da Consciência de Classe*. Tese de doutorado. UERJ, 2010.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. *O Materialismo Histórico Dialético e o Estudo de Políticas Públicas de Educação: Questões do Método: Método, Temas e Olhares*. In: CUNHA, C.; SOUSA, V.; SILVA, M. A. (Orgs.) *Investigação em Política e Gestão da Educação: Método, Temas e Olhares*. Fino Trato. BH, 2016.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. *Professores em Início de Carreira: as dificuldades e descobertas do trabalho docente no cotidiano da escola*. In: CURADO SILVA, K. A. P. C. D. & CRUZ, S. P. da S. (orgs.) *O Professor Iniciante. Sentidos e Significados do Trabalho Docente*. Jundiaí, SP. Ed. Paco, 2017.

CUT. *Cartilha Trabalho Decente na Estratégia da CUT*. https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/11/310_310_cartilha-trabalho-decente-na-estrategia-da-cut.pdf

CUT. *Cartilha Trabalho Decente na Estratégia da CUT*. https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/11/310_310_cartilha-trabalho-decente-na-estrategia-da-cut.pdf . Acesso em 22/04/2019.

CUT. *Resoluções da 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT*. São Paulo, 2017 <https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/0a9bf8b382e4b0083b1f7ee7993c8558/file/15-plenaria-estatutaria-nacional-resolucoes-2.pdf> (Acesso em 22/04/19).

DAL ROSSO, Sadi. (org). *Crise Socioeconômica e Processo de Trabalho*. In: *Trabalho na Capital*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2011.

DAL ROSSO, Sadi. CRUZ, Hélvia Leite. RÊSES, Erlando da Silva. *Condições de Emergência do Sindicalismo Docente*. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n 2 (65), 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009. Acesso em 22/04/2019.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “Aprender a Aprender” – Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós-Modernas da Teoria Vigotskiana*. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2000.

ECOCUT. *Caderno de Formação*. 21ª Turma de Formação. Mimeografado, 2016.

ERTLE, Valeir. Unicidade e Pluralidade: sem direitos sindicais efetivos não dá. <https://www.cut.org.br/artigos/unicidade-e-pluralidade-sem-direitos-sindicais-efetivos-nao-da-3c57>. Acessado em 10/05/2019.

FERREIRA JR, Amarilio. A Confederação dos Professores do Brasil. In: Gindin, Julian; Ferreira, Marcia Ondina Vieira; Dal Rosso, Sadi (orgs). Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos. Biblioteca Sindicalismo em Educação, volume 2. Paralelo 15. Brasília, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Editora Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra.

FREITAS, Leda Gonçalves de. A Contribuição do Movimento Sindical dos Professores Para a Construção da Gestão Democrática das Escolas Públicas do Distrito Federal no Período 1985/1994. Dissertação de Mestrado. FE-UnB, 1996.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias. Campinas, 2006.

GENNARI, Emilio. Sindicato e Organização de Base. Passos e Tropeços de Ontem e de Hoje. CPV. São Paulo, 1999.

GIANOTTI, Vito. Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1988.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas. São Paulo, 2011.

IASI, Mauro Luis _____. *Ensaio sobre a Consciência e Emancipação*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2011.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a Negação e o Consentimento*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

KELLE, Udo. Análise com Auxílio de Computador: Codificação e Indexação. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal, Lógica Dialética. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

LIMA, Paíque Duques. A Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década século XXI. In: Erlando da Silva Rêses (org). Universidade e Movimentos Sociais. Fino Traço, Belo Horizonte, 2015.

LÖWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Editora Paz e Terra. 1978.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica. Coleção Educação Popular nº 6. Edições Loyola. São Paulo, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. Formação Sindical. História de uma Prática Cultural no Brasil. São Paulo, Escrituras, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 9, n. 3, p. 325 – 356, dez. 2017.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Editora Boitempo. São Paulo, 2012.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008

MARX, Karl. *O Capital*, livro I. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Coleção os Pensadores. Nova Cultural, 1996

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. *Movimento Sindical dos(as) Trabalhadores(as) em Educação*. CNTE, Brasília, 2014. http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo01_fasciculo05_movimentosincaleducacaobrasil.pdf. Acesso em 22/04/2019.

MORAES, Vinícius de. *O Operário em Construção*. <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>. Acesso em 05/03/2019.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2011.

NEVES, Victor de Souza; MOTTA, Stefano; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; PRADO, Fernando Correa; MARTINS, Caio. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. *Marx e Marxismo*. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo, v. 2, p. 357-381, 2014.

POLITZER, Georges. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. HEMUS Livraria e Editora, São Paulo, sem data.

Reich, Wilhelm. *Materialismo Dialética e Psicanálise*. Martins Fontes. Sem data.

RÊSES, Erlando da Silva (org.). *Universidade e Movimentos Sociais*. Editora Fino Trato. Belo Horizonte, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação para Profissão. O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil*. Paralelo 15. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Iram Jácome. e SANTANA, Marcos Aurélio. *Verbetes Central Única dos Trabalhadores*. www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores. Acesso em 17/05/2019.

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Pedagogia do Trabalho. Raízes da Educação Socialista*. Volume 1. Editora Moraes. São Paulo, 1981.

SAVIANI, Demerval. Prefácio. In: ANTUNES, Caio. *A Escola do Trabalho, Formação Humana em Marx*. Papel Social. Campinas, 2018.

SAVIANI, Demerval. *História da Ideias Pedagógicas no Brasil*. Autores Associados. Campinas, 2008.

SAVIANI, Demerval. *O Panorama das Escolas de Educação Contra Hegemônica*. In: *Pedagogia Socialista. Legado da Revolução de 1917 e Desafios Atuais*. Expressão Popular, 2017.

SILVA, Cyntia de Oliveira e. *O Resgate da Trajetória Histórico-Política do 13 de Maio NEP- Núcleo de Educação Popular*. Tese de Mestrado, Florianópolis, SC, 2008.

SINPRO. *Caderno de Formação nº 1. Conhecer a História Para Transformar a Sociedade*. Sinpro-DF, 1989. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/03/caderno-de-formacao-n-1.pdf>. Acesso em 15/04/2019.

SINPRO. *Caderno de Formação nº 2. Sindicato, Direção Colegiada e suas Instâncias de Base*. Sindicato dos Professores do Distrito Federal, 1990. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/03/caderno-de-formacao-n-2.pdf>. Acesso em 15/04/2019.

SINPRO. Quadro Negro. Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal. Ano XXXV, nº 185, 2014.

SINPRO. Quadro Negro. Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal. Ano XXXVII, nº 196, 2016.

SOUZA, A. C. e CORCIONE, D. *Concepções e Correntes Sindicais no Brasil* <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/60/f1151concep-e-correntes-sindicais-n-brasil---amarildo-e-domingos.pdf>. Acesso em 22/04/2019..

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de. e RÊSES, Erlando da Silva . *Análise e Tendência na Formação Sindical e Política no Sindicato dos Professores no Distrito Federal*. In: *BAUER, Carlos et al. Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. Volume 3. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da Contestação à Conformação. A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista*. Editora Unicamp, Campinas, 2002.



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Educação - FE
 Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
 Linha Políticas Públicas e Gestão da Educação
 Orientador: Prof. Dr. ERLANDO DA SILVA RÊSES
 Orientando: Antonio Carlos Andrade de Souza

Este Questionário tem como objetivo levantar dados para buscar compreender, de forma inicial, a importância da Formação Sindical do Sinpro-DF, junto a seus participantes e a sua categoria. Este projeto faz parte de uma proposta maior de compreender um Programa de Formação Sindical do Sinpro-DF, e a sua importância.

1º) QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO SINPRO-DF

RESPONDA AS QUESTÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS:

A. Em que regional você trabalha?

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Águas Claras | <input type="checkbox"/> Lagos Sul e Norte | <input type="checkbox"/> Riacho Fundo I e II |
| <input type="checkbox"/> Brazlândia | <input type="checkbox"/> Núcleo Bandeirante | <input type="checkbox"/> Samambaia |
| <input type="checkbox"/> Candangolândia | <input type="checkbox"/> Paranoá/Itapoã | <input type="checkbox"/> Santa Maria |
| <input type="checkbox"/> Ceilândia | <input type="checkbox"/> Planaltina | <input type="checkbox"/> São Sebastião |
| <input type="checkbox"/> Gama | <input type="checkbox"/> Plano Piloto/Cruzeiro | <input type="checkbox"/> Sobradinho |
| <input type="checkbox"/> Guará | <input type="checkbox"/> Recanto das Emas | <input type="checkbox"/> Taguatinga |

B. Qual a sua faixa-etária:

- 20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 40 anos 41 a 45 anos
 46 a 50 anos 51 a 55 anos 56 a 60 anos acima de 60 anos

C. Qual o seu sexo? _____ Qual a sua orientação sexual? _____

D. Há quanto tempo você é professor(a)? _____ anos

E. Há quanto tempo é professor(a) da SEE-DF? _____ anos

F. Qual a sua ÁREA DE ATUAÇÃO?

- Atividades Orientação Área específica.

Se de área específica, qual?

- Códigos e linguagens Ciências da natureza e matemática Ciências humanas

G. Em que modalidade de ensino que você atua:

- Educação Infantil Anos Iniciais do E. Fundamental Anos Finais do E. Fundamental
 Ensino Médio Ensino Especial EJA

H. Você participa em alguma organização social?

- Não Partido Igreja Movimento Popular Movimento Social
 Outros _____

SOBRE A SUA ATUAÇÃO COM RELAÇÃO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

- 1) Na sua escola, tem delegada(o) sindical?
 SIM NÃO
 Se não, por quê? _____
- 2) Você é delegada(o) sindical?
 SIM NÃO
- 3) Você já foi delegada(o) sindical em outro momento?
 SIM NÃO
- 4) Na escola tem representante de turno?
 SIM NÃO Não seSe sim, quantos? _____
- 5) Como ficou sabendo do Curso de Formação do Sinpro-DF?
 Sítio eletrônico do Sinpro Diretor do Sinpro Colega professor(a)
 Outros
- 6) O que ou quem te estimulou a participar do Curso de Formação?

- 7) Qual é a sua atual turma de Formação?
 7ª Turma Avançado 8ª Turma Avançado 22ª Turma Básica
- 8) Qual foi a sua turma de Módulo Básico? _____ Em que ano foi? _____
- 9) O quanto você acha que a participação nos cursos de Formação, junto a ECOCUT, vem contribuindo com a sua formação pessoal?
 Muito Médio Pouco Nada
- 10) Você acha que a Formação está contribuindo com sua atuação pedagógica?
 Muito Médio Pouco Não sei
- 11) Você acha que a Formação está contribuindo com a sua atuação sindical?
 Muito Médio Pouco Não sei
- 12) Alguém da sua escola já participou do Curso de Formação anteriormente?
 Sim Não Não sei
- 13) Para você, quem financia os custos do Curso de Formação?
 todos os professores o sindicato a CUT a CNTE o FAT
 outra instituição _____
- 14) Quanto você acha que é o custo com a Formação?
 Muito Médio Pouco Não sei
- 15) A Formação é um gasto ou um investimento?
 Gasto Investimento Não sei
- 16) Você se dispõe a contribuir com a discussão sobre a sua participação na Formação Sindical? Sim Não Talvez
 Se sim ou talvez, deixe seu contato: _____



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Educação - FE
 Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
 Linha Políticas Públicas e Gestão da Educação
 Orientador: Prof. Dr. ERLANDO DA SILVA RÊSES
 Orientando: Antonio Carlos Andrade de Souza

2º) QUESTIONÁRIO SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO E OPINIÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO SINDICAL

- I. Qual é a sua atual turma de Formação? 7ª Avançada 8ª Avançada 22ª Básica
- II. Qual o seu sexo? _____ Qual a sua orientação sexual? _____

SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

- III. Dos encontros de Formação do **Nível Básico**, você participou de quantos?
 4 encontros 3 encontros 2 encontros 1 encontro
- IV. Somente para turma de **Nível Avançado**, de quantos encontros de Formação você participou neste nível?
 5 encontros 4 encontros 3 encontros 2 encontros 1 encontro

SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO e ATUAÇÃO SINDICAL MAIS RECENTE

- A. Você participou de algum processo de escolha dos delegados da CONAPE?
 Sim Não Só li sobre
- B. De que maneira participou de discussões sobre a CONAPE?
 Não participei Na Escola Na Regional Reunião no Sinpro
- C. Você é delegado para a CONAPE?
 Sim Não
- D. Alguém da sua escola (fora você) é delegado eleito para a CONAPE?
 Sim Não
- E. Você informou/convidou seus alunos/pais a participarem da Conferência da CONAPE na sua escola? Sim Não

SOBRE SUA APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO SINDICAL

- Você conhece **outros participantes** do Curso de Formação de **Turmas anteriores**?
 Não Poucos Mais ou menos Muitos
- Você acha que a Formação ajuda na participação das atividades sindical?
 Não Pouco Mais ou menos Muito
- Você acha significativo o processo de Formação Sindical?
 Não Pouco Mais ou menos Muito
- Você acha que é completo o Curso de Formação Sindical?
 Não Pouco Mais ou menos Muito
- Você teria condições de ministrar cursos de formação, a partir do que você aprendeu?
 Sim Não Talvez
- Você pretende ministrar cursos de formação, a partir do que você aprendeu?
 Pretendo Não pretendo Talvez
- Você já ouviu falar sobre o processo de Formação de Formadores?
 Não Sim. Se sim, o que _____
- Você já ouviu falar sobre **outros momentos** de Formação na história do Sinpro-DF?
 Sim Não Se sim, qual(is) _____
- Você já ouviu falar em alguma destas entidades:
 Não Lararföbundet CES (Cent Estudos Sindicais) NEP 13 DE MAIO
- Sobre a **tarifa 2, para casa**, leitura do texto: **MARX E A CRISE: os fantasmas, agora são eles**, o que você fez:
 Não li o texto Li, mas não compreendi Li e compreendi pouco Li e compreendi bem

SOBRE SUAS AVALIAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO

11. O que você **mais gostou**, durante o processo de formação? _____

12. O que você **não gostou**, sobre o processo de formação? _____

13. O que você tem de **elogios**, sobre o processo de formação? _____

14. O que ouviu de **elogios, dos outros**, sobre o processo de formação? _____

15. O que você tem de **críticas**, sobre o processo de formação? _____

16. O que ouviu de **críticas, dos outros**, sobre o processo de formação? _____

17. Quais **outros aspectos** poderiam ser acrescentados? _____

EXPERIÊNCIAS PESSOAIS, A PARTIR DO CURSO

18. Você faria uma outra atividade de formação do Sinpro-DF, se tivesse?
 Sim Não Talvez
19. Você fez **amizades** durante o processo de formação?
 Não Poucas Algumas Muitas
20. Você teve **indisposições** com alguém durante o processo de formação?
 Não Poucas Algumas Muitas
21. Você conseguiu **trocar experiências** com outras(os) colegas de curso?
 Não Poucas Algumas Muitas
22. Você se sentiu respeitado durante todo o processo de participação no Curso de Formação? _____
23. O que você tem a dizer sobre:
- a) a ECOCUT? _____

- b) os formadores da ECOCUT? _____

- c) os formadores convidados? _____

- d) os materiais didáticos? _____

- e) os colegas? _____

- f) elogios a algumas/alguns colegas? _____

- g) críticas a alguns/algumas colegas? _____

- h) sobre a página experimental da CNTE? _____

MAIS UMA VEZ, OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO!



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Educação - FE
 Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
 Linha Políticas Públicas e Gestão da Educação
 Orientador: Prof. Dr. ERLANDO DA SILVA RÊSES
 Orientando: Antonio Carlos Andrade de Souza

**QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AS(AOS) DIRETORAS(ES) DO SINPRO-DF, EM
 CONTATO COM A FORMAÇÃO SINDICAL:
 PARTICIPAÇÃO E OPINIÃO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO SINDICAL**

A maioria das questões serão abertas. Se possível, faça comentários sobre suas opiniões. Todas estas questões têm, no mínimo, uma linha para comentários. Não precisa se identificar. Só se você fizer questão disso.

As respostas serão interpretadas como sendo opinião individual. E não da diretoria.

Caso seja necessário, há uma quantidade de linhas adicionais, complementares após o final das questões, que podem ser utilizadas de acordo com o seu critério: complemento de resposta ou o que achar necessário.

Desde já, agradecemos a sua significativa participação na resposta a este questionário.

1. Enquanto diretor(a) do sindicato, você está em qual mandato? _____
2. Qual o seu sexo? _____ Qual a sua orientação sexual? _____
3. **Quando começou a ser realizada uma política de Formação do Sinpro-DF?** _____

4. **Quando começou a ser realizada a atual política de Formação do Sinpro-DF?** _____

5. Você conhece os participantes de Curso de Formação de **turmas anteriores?**
 Não Poucos Muitos
6. Você conhece os participantes das Turmas de Formação **em andamento?**
 Não Poucos Muitos
7. Você acha que a Formação **ajuda na participação** das(os) professoras(es) e orientadoras(es) nas atividades sindicais?
 Não Pouco Muito Não sei
8. Para você, qual a importância do processo de Formação Sindical?
 Nenhuma Pouca Muita Não sei
9. Você acha que o Curso de Formação Sindical abrange as necessidades das(os) professoras(es) e orientadoras(es)?
 Pouco Muito Não sei
10. Quais outros aspectos poderiam **ser acrescentados?** _____

11. Na sua opinião, **todas(os) na diretoria aprovam** o Processo de Formação Sindical?
 Sim a maioria a minoria não sei
12. Todas(os) as (os) diretoras(es) do Sinpro-DF **já participaram** do processo de Formação Sindical?
 Sim a maioria a minoria não sei
13. Nas duas últimas gestões da diretoria, **quantas(os) diretoras(es) participaram** do curso de Formação Sindical? _____

14. Quantas(os) diretoras(es) **estão no primeiro** mandato na diretoria? _____
15. Quantas(os) diretoras(es) tem **mais de 1** (um) mandato na diretoria? _____
16. Ter participado da Formação **é um dos ‘critérios’** para participar das eleições/chapa à diretoria do sindicato? _____
17. A diretoria espera que **o participante** no curso de Formação seja **Delegado Sindical?**

- () Sim () Não () Não sei
18. Na sua opinião, o que a diretoria acha sobre **os gastos com a Formação Sindical**? _____

19. De onde vem **os recursos financeiros** para a Formação Sindical? _____

20. Você sabe ou já ouviu falar sobre **outros processos de Formação anteriores** ao atual Programa de Formação, do Sinpro? _____

21. Você conhece outros processos de Formação Sindical **em outros sindicatos**? _____

22. Já ouviu falar sobre a proposta de Formação **em outros estados** brasileiros? _____

23. Você sabe quantos **outros sindicatos** realizam o programa de Formação **da CNTE**? _____

24. Nos **outros estados**, quem assume as despesas de Formação? _____

25. **Quais outros estados** fazem uma política de Formação? _____

26. **Quais outras categorias do DF** fazem uma Política de Formação? _____

27. **Você tem vontade de fazer** o Curso de Formação de Formadores? _____

28. Você **já viu/leu** o **Caderno de Formação nº 1**, do Sinpro-DF: Conhecer a História para Transformar a Sociedade? _____

29. Você **já viu/leu** o **Caderno de Formação nº 2**: Sindicado, Direção Colegiada e suas Instâncias de Base? _____

30. Você já ouviu falar em **Lararförbundet**?
() Sim () Não Se sim, o que ouviu? _____

31. Você já ouviu falar em **CES (Centro de Estudos Sindicais)**?
() Sim () Não Se sim, o que ouviu? _____

32. Você já ouviu falar em **NEP (Núcleo de Educação Popular) 13 de Maio**?
() Sim () Não Se sim, o que ouviu? _____

33. Você conhecia a história do Sinpro-DF, **antes de ser diretor(a)**?
() Não () Pouco () Muito
34. Hoje, você **conhece bem a história** do Sinpro-DF?
() Não () Pouco () Muito

Linhas de Complemento para completar quaisquer das questões anteriores. Basta colocar o número da questão. Também podem ser feitos outros comentários que julgar necessários.

MAIS UMA VEZ, OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO!

CALENDÁRIO 2º SEMESTRE - 2017

Agosto

- | | |
|--|---|
| 7 - Plenária com os delegados sindicais | 16 - Oficinas sobre hortas em pequenos espaços e ervas medicinais |
| 15 - Plenária para formar 22ª turma de formação básica | 17 - Plenária para formação da 7ª turma de formação avançada |

Setembro

- | | |
|---|------------------------------------|
| 7 - Grito dos Excluídos | 22 - Feira do MST/MPA |
| 13 - IV Seminário de Saúde do Trabalhador | 23 - Feira do MST/MPA |
| 15 - Seminário por uma educação antirracista e sem LGBTfobias | 24 - Feira do MST/MPA |
| 16 - Seminário por uma educação antirracista e sem LGBTfobias | 29 - Simpósio EJA |
| | 30 - I Módulo de Formação Avançada |

Outubro

- | | |
|--|---|
| 1 - I Módulo de Formação Avançada | 20 - Seminário sobre PDE |
| 2 - Encontro Nacional do MAB Plataforma da Energia | 21 - I Módulo de Formação Básica e II Módulo de Formação Avançada |
| 3 - Ato nacional em Defesa da Petrobrás no RJ | 22 - I Módulo de Formação Básica e II Módulo de Formação Avançada |
| 2 - Curso de aposentados em Caldas Novas | 28 - III Módulo de Formação Avançada |
| 3 - Curso de aposentados em Caldas Novas | 29 - III Módulo de Formação Avançada |
| 4 - Curso de aposentados em Caldas Novas | |
| 5 - Curso de aposentados em Caldas Novas | |
| 6 - Encontro de Grêmios Estudantis | |

Novembro

- | | |
|---|---|
| 8 - Plenária dos Delegados Sindicais | 21 - CONAPE/DF |
| 9 - Curso Avançado dos aposentados na Chácara do Sinpro - Seminário Ciclo e Semestralidade | 22 - Abraço Negro*, como fechamento do ciclo de debates sobre raça nas escolas |
| 13 - IV Encontro Pedagógico Latino-americano em BH | 23 - CONAPE/DF |
| 14 - IV Encontro Pedagógico Latino-americano em BH | 24 - Ciclo de debate sobre Educação Especial |
| 16 - IV Encontro Pedagógico Latino-americano em BH / Marcha continental latino-americana contra o neoliberalismo no Uruguai | 25 - II Módulo de Formação Básica / IV Módulo de Formação Avançada / Encontro de Mulheres |
| 17 - IV Encontro Pedagógico Latino-americano em BH / Marcha continental latino-americana contra o neoliberalismo no Uruguai | 26 - II Módulo de Formação Básica / IV Módulo de Formação Avançada |
| 18 - Marcha continental latino-americana contra o neoliberalismo no Uruguai | |

Dezembro

- | | |
|--|--|
| 1 - Seminário com alunos e professores sobre DST Aids | Formação Avançada |
| 7 - Evento de Certificação da Formação para os aposentados | 10 - III Módulo de Formação Básica / V Módulo de Formação Avançada |
| 9 - III Módulo de Formação Básica / V Módulo de | 15 - Certificação da Formação Básica e Avançada |

CALENDÁRIO 2018

Fevereiro

- 07 - Plenária para escolha da delegação para o Fórum Social Mundial. 2018, da diretoria do Sinpro-DF.
20 a 23 - Semana pedagógica.
08 - Plenária Geral dos(as) Delegados(as) Sindicais (debate sobre conjuntura e início das atividades do ano eletivo). 27 - Plenária dos Delegados(as) Sindicais (debate sobre Neoliberalismo X Estado de Bem-Estar Social, proferida pelo ex-ministro da Educação, Aloizio Mercadante).
15 e 16 - Seminário de formação e planejamento para

Março

- 13 a 17 - Fórum Social Mundial (Salvador/BA).
17 a 22 - Fórum Alternativo Mundial da Água (Brasília/DF).
26 - Reunião para Formação da 23ª turma básica

Abril

- 06 - Atividade formativa para Diretoria do Sinpro sobre os 23 anos de política econômica no Brasil 20 - Ciclos de debates: Orientador Educacional
20 - II Encontro Modular de Formação para os egressos dos cursos de formação do Sinpro sobre Projeto Político Pedagógico - PPP
10 - I Curso sobre o balanço dos 30 anos da Constituição Federal, com o IPEA, para os delegados/as sindicais.
13 - Conape Distrital 21 e 22 - Módulo I Curso de Formação Sindical Etapa Básica
18 - Ciclos de debates: Educação Infantil.

Maio

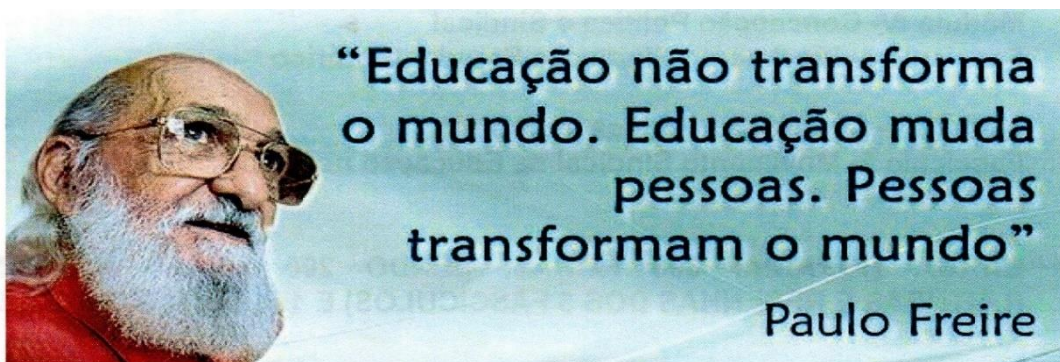
- 03 - II Curso sobre o balanço dos 30 anos da Constituição Federal, com o IPEA, para os delegados/as sindicais. 19 e 20 - Módulo II Curso de Formação Sindical Etapa Básica
02 - Ciclos de debates: Educação Especial 24 a 26 - Conape Nacional (Belo Horizonte/MG).
02 - Ciclos de debates: Educação de Jovens e Adultos 31 - 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação Chico Mendes

Junho

- 01 e 02 - 11º Congresso dos Trabalhadores em Educação. as sindicais.
04 a 07 - I etapa do Curso de Formação para professores/as e orientadores/as aposentados 15 - Formação para os funcionários do Sinpro sobre os 23 anos de política econômica no Brasil
07 - III Curso sobre o balanço dos 30 anos da Constituição Federal, com o IPEA, para os delegados/as sindicais. 23 e 24 - Módulo III Curso de Formação Sindical Etapa Básica

Julho

- 03 - IV Curso sobre o balanço dos 30 anos da Constituição Federal, com o IPEA, para os delegados/as sindicais. 13 - Reunião para formação da 9ª turma de Formação Sindical - Etapa Avançada



Como funciona este programa de formação?

1. **Curso de Formação Sindical Etapa Básica**, é um Curso inicial. Já foram realizadas 23 turmas, aproximadamente 730 professores e orientadores educacionais. Duração: 03 módulos de 02 dias e atividades de horas indiretas = 72 horas.
2. **Curso de Formação Etapa Avançada**: Esse curso têm conteúdos mais aprofundados do que o curso Básico. Só faz o Avançado quem já participou do Curso Básico. Foram realizadas 8 turmas Etapa Avançada, totalizando, aproximadamente, 320 participantes. Duração: 05 módulos de 02 dias e atividades de horas indiretas= 240 horas.
3. **Cursos de Formação com os Professores/As Aposentados/as**, que tem como finalidade investir no professor (a) aposentado (a) para que não se afaste do sindicato e da luta sindical. Já foram realizadas 18 turmas com, aproximadamente, 799 professores/as e orientadores/ as aposentados/as.

Local: Os cursos são de imersão. Local: Hotel Fazenda Vila Velluti. (aprox.37 km)

Eixos do Programa de Formação

- Módulo I- Concepção Política e Sindical
Fascículo 1- Introdução à Sociologia

- Módulo II- Concepção Política e Sindical
Fascículo 2- Teoria Política

Módulo III- Concepção Política e Sindical
Fascículo 3- Economia Política

Módulo IV- Concepção Política e Sindical
Fascículo 4- Movimento Sindical e Popular Histórico

Módulo V- Concepção Política e Sindical
Fascículo 5- Movimento Sindical na Educação no Brasil

CARGA HORÁRIA: 300 HORAS, SENDO 200 HORAS INDIRETAS (LEITURAS E RESENHAS DOS 5 FASCÍCULOS) E 100 HORAS DIRETAS.

Proposta de datas:

Mód. I – AGOSTO: 25 e 26 (saída dia 24)

Mód. II – SETEMBRO: 15 e 16 (saída dia 14)

Mód. III – OUTUBRO: 20 e 21 (saída dia 19)

Mód. IV- NOVEMBRO: 10 E 11 (saída dia 9)

Mód. V- Dezembro: 08 e 09 (saída dia 7)

Secretaria de Formação Sindical do SINPRO-DF

[Na reunião com os interessados em participar da 9ª Turma de Formação Avançada.]

(em 05/07/2018)

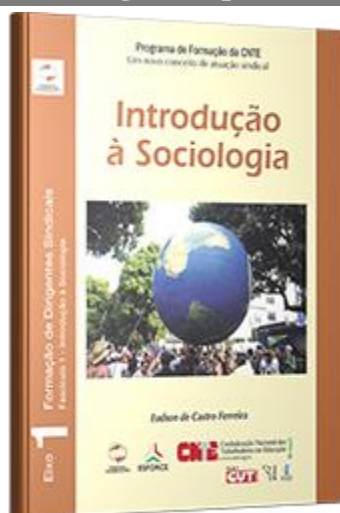
Programa de Formação da CNTE Um novo conceito em atuação sindical

Eixo 1: Eixo 1: Concepção Política e Sindical;

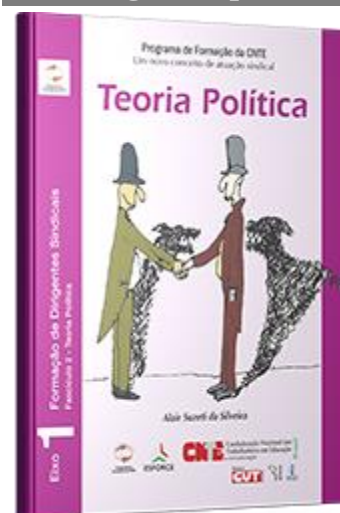
Projeto do Programa de Formação



Eixo 01 - Fascículo 01 Introdução à Sociologia (Português/Espanhol)



Eixo 01 - Fascículo 02 Teoria Política (Português/Espanhol)



Eixo 01 - Fascículo 03 Economia Política



Eixo 01 - Fascículo 04 Introdução à História do Movimento Sindical



Eixo 01 - Fascículo 05 Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil



